

PROGRAMA OPERACIONAL REGIÃO DE LISBOA

2014–2020

Versão técnica de trabalho em desenvolvimento e que serve de suporte à negociação informal em curso com a Comissão Europeia

Versão de trabalho

PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO DE LISBOA 2014 – 2020

21. fevereiro 2014

Versão de trabalho

Índice

ÍNDICE5

LISTA DE ACRÓNIMOS 7

SECÇÃO 1. ESTRATÉGIA DO PROGRAMA OPERACIONAL COM VISTA A CONTRIBUIR PARA A ESTRATÉGIA DA UNIÃO PARA UM CRESCIMENTO INTELIGENTE, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO E PARA A COESÃO ECONÓMICA, SOCIAL E TERRITORIAL 8

1.1 Estratégia do Programa Operacional com vista a contribuir para a Estratégia da União para um Crescimento Inteligente, Sustentável e inclusivo e para a Coesão Económica, Social e Territorial.....	10
1.1.1. Descrição da estratégia do programa operacional com vista a contribuir para a prossecução da estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e para a coesão económica, social e territorial	10
1.1.2. Justificação da escolha dos objetivos temáticos e prioridades de investimento correspondentes com base no acordo de parceria e na identificação das necessidades regionais, e nacionais se for caso disso, incluindo as necessidades identificadas pelas recomendações pertinentes do Conselho específicas por país adotadas em conformidade com o artigo 121.º, n.º 2, do TFUE e as recomendações adotadas pelo Conselho em conformidade com o artigo 148.º, n.º 4, do TFUE, tendo em conta a avaliação ex ante	20
1.2 Justificação da dotação financeira	27

SECÇÃO 2. EIXOS PRIORITÁRIOS 35

SECÇÃO 3. PLANO FINANCEIRO DO PROGRAMA OPERACIONAL 203

3.1 Montante da dotação financeira total de cada fundo e montantes da reserva de eficiência.....	204
3.2. Dotação financeira total por fundo e cofinanciamento nacional (EUR)	205

SECÇÃO 4. ABORDAGEM INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL..... 208

4.1 Desenvolvimento local promovido pelas comunidades locais.....	210
4.2 Ações integradas para o desenvolvimento urbano sustentável	211
4.3 Investimento Territorial Integrado (ITI)	213
4.4 Modalidades de ações inter-regionais e transnacionais, no âmbito do programa operacional, com os beneficiários localizados em pelo menos um outro Estado-Membro.....	213
4.5 Contribuição das ações previstas no âmbito do programa para as estratégias macro-regionais e para as bacias marítimas, dependentes das necessidades da zona abrangida pelo programa identificadas pelo Estado-Membro.....	215

SECÇÃO 5. NECESSIDADES ESPECÍFICAS DAS ZONAS GEOGRÁFICAS MAIS AFETADAS PELA POBREZA OU GRUPOS ALVO EM MAIOR RISCO DE DISCRIMINAÇÃO OU EXCLUSÃO SOCIAL 216

5.1 Áreas geográficas mais afetadas pela pobreza/ grupos-alvo expostos a um maior risco de discriminação ou exclusão social	217
5.2 Estratégia para abordar as necessidades específicas das zonas geográficas mais afetadas pela pobreza / dos grupos-alvo expostos a um maior risco de discriminação ou exclusão social.....	218

SECÇÃO 6 NECESSIDADES ESPECÍFICAS DAS ÁREAS GEOGRÁFICAS COM DESVANTAGENS DEMOGRÁFICAS OU NATURAIS SEVERAS E PERMANENTES..... 221

SECÇÃO 7. AUTORIDADES E ÓRGANISMOS RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO, PELO CONTROLO E PELA AUDITORIA, E PAPEL DOS PARCEIROS RELEVANTES 222

7.1 Identificação das autoridades e organismos competentes.....	223
---	-----

SECÇÃO 8. COORDENAÇÃO ENTRE OS FUNDOS, O FEADER, O FEAMP E OUTROS INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO DA UNIÃO E NACIONAIS E O BEI 227

SECÇÃO 9. CONDIÇÕES EX-ANTE 231

9.1. Condições Ex-ante.....	232
9.2 Descrição das ações necessárias para cumprir as condições ex-ante, organismos responsáveis e o calendário das ações	232
SECÇÃO 10. REDUÇÃO DOS ENCARGOS ADMINISTRATIVOS PARA OS BENEFICIÁRIOS	233
10.1 Redução dos Encargos Administrativos para os Beneficiários.....	234
SECÇÃO 11. PRINCÍPIOS HORIZONTAIS.....	235
11.1. Desenvolvimento Sustentável.....	236
11.2. Igualdade de Oportunidades e Não-Discriminação	236
11.3. Igualdade de Género	237
SECÇÃO 12. ELEMENTOS SEPARADOS	238
12.1. GRANDES PROJETOS COM EXECUÇÃO PREVISTA DURANTE O PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO	239
12.2. QUADRO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA OPERACIONAL	239
12.3. PARCEIROS RELEVANTES ENVOLVIDOS NA PREPARAÇÃO DO PROGRAMA	239

Lista de Acrónimos

ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.
 CCDR LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
 CDR – Combustíveis Derivados de Resíduos
 C&T – Ciência e Tecnologia
 CLDS – Contratos Locais de Desenvolvimento Social
 CO₂ – Dióxido de Carbono
 CQEP – Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional
 DGEG – Direção-Geral de Energia e Geologia
 DGPC – Direção-Geral do Património Cultural
 DLBC – Desenvolvimento Local Liderado pela Comunidade
 DLD – Desempregados de Longa Duração
 ECO.AP – Programa Específico de Eficiência na Administração Pública
 EIT – European Institute of Innovation and Technology
 ERPVA – Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental
 EUROSTAT – *European Statistics*
 FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
 FSE – Fundo Social Europeu
 Ha – Hectare
 I&D – Investigação e Desenvolvimento
 I&D&I – Investigação e Desenvolvimento e Inovação
 I&DT – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
 I&I – Investigação e Inovação
 ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.
 IMT – Instituto da Mobilidade e Transportes
 INE – Instituto Nacional de Estatística, I.P.
 ISCED - International Standard Classification of Education
 JESSICA – Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas
 KIC – Knowledge Innovation Communities
 kWh – Kilowatt Hour
 MAI – Administração Interna
 ME – Ministério da Educação
 MF – Ministério das Finanças
 MJ – Ministério da Justiça
 MESS – Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social
 MTep – Milhões de toneladas de equivalente de petróleo
 NEET – Not Currently Engaged in Employment, Education or Training
 NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
 OES – Occupational Employment Statistics
 ONG – Organizações não Governamentais
 PIB – Produto Interno Bruto
 PIEF – Programa Integrado de Educação e Formação ?
 PINEP – Programa de Incentivo à Natalidade e Empregabilidade Parcial
 PME – Pequenas e Médias Empresas
 PNAEE – Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
 PNR – Plano Nacional de Reformas
 PO – Programa Operacional
 POR – Programa Operacional Regional
 PREN – Planos de Racionalização dos Consumos de Energia
 PROTAML – Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa
 RCM – Resolução do Conselho de Ministros
 RFCN – Rede Fundamental para a Conservação da Natureza
 RNCCI – Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados
 RSI – Rendimento Social de Inserção
 RUTE – Redes urbanas de energia térmica
 RVCC – Reconhecimento de Validação e Certificação de Competências
 SCT – Sistema Científico e Tecnológico

SGFOR – Sistema de Gestão da Formação
SIEF – Sistema de Informação do Emprego e Formação
SIGAE – Sistema de Informação e Gestão da Área do Emprego
SI PO – Sistema de Informação do PO
SIIFSE – Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu
SISS – Sistema de Informação da Segurança Social
SNS – Serviço Nacional de Saúde
TEP/habitante – Tonelada equivalente de petróleo/habitante
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
UE – União Europeia
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
VAB – Valor Acrescentado Bruto

SECÇÃO 1. ESTRATÉGIA DO PROGRAMA OPERACIONAL COM VISTA A CONTRIBUIR PARA A ESTRATÉGIA DA UNIÃO PARA UM CRESCIMENTO INTELIGENTE, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO E PARA A COESÃO ECONÓMICA, SOCIAL E TERRITORIAL

Versão de trabalho

1.1 Estratégia do Programa Operacional com vista a contribuir para a Estratégia da União para um Crescimento Inteligente, Sustentável e inclusivo e para a Coesão Económica, Social e Territorial

1.1.1. Descrição da estratégia do programa operacional com vista a contribuir para a prossecução da estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e para a coesão económica, social e territorial

A estratégia “Europa 2020” para um Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo na União Europeia (UE), adotada pelo Conselho Europeu de 17 de junho de 2010, estabeleceu as metas concretas a atingir até 2020 em áreas como a inovação, a energia, o emprego, a educação e a inclusão, tendo em vista ultrapassar o impacto da crise económica e voltar a colocar a Europa na via do crescimento.

Os desafios da estratégia “Europa 2020” colocam-se não só aos Estados-Membros como às suas Regiões, pelo que a definição da forma de responder à sua concretização deve ser equacionada e refletida também a esta escala.

Ao nível nacional, o Governo Português determinou em novembro de 2012 as prioridades estratégicas para o ciclo 2014-2020 (RCM n.º 98/2012, de 26 de novembro) e em maio de 2013 os pressupostos do Acordo de Parceria (RCM n.º 33/2013, de 20 de maio). Procurou-se assegurar uma forte sintonia com as prioridades da estratégia “Europa 2020” e com a sua tradução no Programa Nacional de Reformas.

A Região de Lisboa tem como principal ambição para o período 2014-2020 dar continuidade à trajetória de desenvolvimento que tem vindo a seguir desde 1986, superando os atuais estrangulamentos sociais e económicos e aproveitando de forma mais inteligente, inclusiva e sustentável as potencialidades geradas pelo território e pelo seu capital humano, cultural e ambiental.

Entre 1986 e 2006, a Região de Lisboa percorreu com sucesso o caminho da “convergência” com a Europa. Passou desde então a enfrentar novos desafios na Política de Coesão com uma redução significativa de fundos estruturais e com uma nova realidade territorial, em que a Região de Lisboa (NUTSII) passou a ser constituída apenas por duas NUTSIII – Grande Lisboa e Península de Setúbal.

Nesse âmbito, a CCDRLVT elaborou em 2007 uma Estratégia Regional para o horizonte de 2020 – um plano estratégico de longo prazo para os dois períodos de programação seguintes – como forma de dar resposta aos novos objetivos de desenvolvimento regional, de acordo com a política de desenvolvimento económico e social do país e em linha com as orientações estratégicas europeias e com as novas realidades e dinâmicas da economia mundial.

A Estratégia Regional, Lisboa 2020 assumiu a ambição de transformar Lisboa numa Região competitiva, cosmopolita, coesa e conectada, reforçando a sua capitalidade euro-atlântica e marcando a sua presença numa economia globalizada.

No contexto da elaboração do Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020, documento de suporte do Programa Operacional (PO) de Lisboa 2014-2020, foi reequacionado o posicionamento estratégico da Região no quadro da elaboração de um diagnóstico prospetivo atualizado, da elaboração de uma estratégia de crescimento inteligente para a região e de uma reflexão abrangente sobre a estratégia de desenvolvimento regional. Concluiu-se que a “Estratégia Regional Lisboa 2020” mantém a sua validade como referencial geral, exigindo-se, contudo, nesta segunda etapa do caminho para 2020, uma maior focalização tendo em consideração a referida estratégia de especialização inteligente da Região, os grandes desafios sociais e ambientais identificados ao nível europeu e com maior expressão na Região,

a evolução recente dos indicadores socioeconómicos e as oportunidades entretanto geradas no quadro da economia europeia e mundial.

Assim, o PO de Lisboa visa dar continuidade à trajetória de reforço da competitividade regional, intensificando de forma muito marcante as apostas na inovação, na I&D e na diversificação e fortalecimento das PME, com vista à sua internacionalização e participação nos processos de crescimento e inovação. O objetivo é confirmar e consolidar a posição de Lisboa entre as regiões inovadoras da UE, integrando-a plenamente na economia do conhecimento.

A sustentabilidade deste processo de transformação regional está dependente, contudo, de uma ação concertada a outros dois níveis. Por um lado, a valorização da dimensão ambiental, onde pesa a transição para uma economia de baixo teor de carbono e a proteção e valorização dos recursos naturais, reforçando a resiliência territorial às alterações climáticas e, por outro, a promoção do emprego e da inclusão social, especialmente relevantes no contexto de crise económica.

O PO de Lisboa tem como principal ambição contribuir de forma efetiva para a concretização dos objetivos da estratégia “Europa 2020”. Para tal apresenta um claro alinhamento entre a programação regional e os objetivos temáticos comuns definidos para a UE. No período 2014-2020, os FEEI serão uma importante alavanca para a implementação de políticas regionais nos domínios da competitividade, da inclusão e da sustentabilidade. A sinergia entre os fundos comunitários, fundos nacionais e locais permitirá que a Região de Lisboa disponha de uma oferta de soluções adequadas aos desafios que se colocam à competitividade deste território.

A Região escolheu por isso orientar os seus esforços para projetos que promovem a investigação, o desenvolvimento tecnológico, a inovação e o aumento da competitividade das PME, a eficiência energética e a proteção do ambiente e da biodiversidade, a inclusão, o ensino e a aprendizagem ao longo da vida. Em suma, projetos que visam tornar a Região de Lisboa mais competitiva na economia global, mais inclusiva no acesso ao mercado de trabalho por parte dos jovens, dos menos qualificados e dos mais desfavorecidos e mais sustentável na utilização de recursos.

Em consonância com os objetivos da União e com os objetivos temáticos e principais resultados definidos no Acordo de Parceria, a Região de Lisboa escolheu desenvolver um programa financiado pelo FEDER e pelo FSE, procurando promover uma efetiva sinergia entre fundos e uma abordagem integrada.

Contribuir para o Crescimento Inteligente na União Europeia promovendo a competitividade e internacionalização da Região de Lisboa)

Lisboa é uma região que concentra 27% da população residente no país, representa 26,2% do emprego e 47,5% da produção empresarial nacional. Em 2011, apresentava um valor médio do PIB *per capita* consideravelmente superior (140) à média nacional (PT=100) e concentrava 37,2% do Valor Acrescentado Bruto nacional.

A Região é responsável por 33% das exportações nacionais e a dinâmica económica regional assenta num conjunto de setores muito diversificados e na sedeação e “densidade” dos elementos mais dinâmicos do desenvolvimento económico (sistema de ciência e tecnologia, grupos financeiros, multinacionais, categorias socioprofissionais mais qualificadas e com maior capacidade de consumo).

Atualmente a especialização produtiva da Região de Lisboa assenta nos “serviços empresariais”, “transporte, logística e distribuição” e “energia e ambiente”, seguindo-se as “indústrias alimentares”, as “mecânicas e eletrónicas” e “químicas”. Esta especialização confere-lhe uma base sólida para aprofundar os processos de industrialização em setores chave e para desenvolver lógicas de cadeia de valor, em

atividades integradas ao longo da sua extensão. Por outro lado, emergem, no contexto atual, novas áreas de especialização, ligados ao “turismo”, à “economia azul” e às “indústrias culturais”.

Na componente dos serviços empresariais, a Região de Lisboa concentra cerca de 40% das unidades empresariais e 50% dos postos de trabalho do País no segmento dos denominados serviços avançados às empresas, o que torna este segmento da economia regional uma área de forte especialização produtiva que deve contribuir para melhorar o posicionamento internacional do país no setor dos serviços transacionáveis e para suportar uma maior integração entre o tecido produtivo e os serviços.

A despesa em I&D na Região tem vindo a aumentar significativamente, tendo atingido, em 2010, 2,31% de despesas em I&D no total do PIB, valor bastante superior à média nacional e europeia. Para este desempenho contribuem especialmente as empresas da Região, que são as instituições que mais executam despesa neste domínio.

Destaque-se a notoriedade que a Região assume no panorama científico e tecnológico nacional, que provém da elevada concentração de instituições de ensino superior e politécnico, e de investigação e desenvolvimento científico, incluindo laboratórios do Estado. Estas instituições detêm uma importância estratégica na especialização inteligente e na competitividade regional, conferindo-lhe uma massa crítica assinalável na área da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico, induzindo tanto a captação de profissionais com qualificação e competência superiores, como a atração de estudantes e investigadores.

Mantendo um nível médio de qualificação da mão-de-obra superior à média nacional (25,3% com ensino superior face aos 21,1% do país) e com uma maior concentração da população ativa em atividades de I&D (2% em 2010), a Região de Lisboa caracteriza-se por ser uma das regiões com melhor “ambiente criativo”, o que se traduz numa maior capacidade para potenciar ações que visem o aprofundamento da sociedade da informação, nomeadamente através da garantia de infraestruturas de apoio à inovação com especial ênfase na dinamização das indústrias ligadas à I&D e à cultura, que concorrem para a renovação do tecido industrial e dos fatores de competitividade.

Na base da inovação regional encontram-se não só os processos autónomos de investigação e de desenvolvimento tecnológico, mas fundamentalmente a transferência deste conhecimento e tecnologia das instituições de investigação e ensino superior para o setor empresarial.

A inovação constitui um veículo importante de articulação entre o sistema científico e tecnológico nacional e as atividades de especialização da Região de Lisboa, como no caso das indústrias químicas que têm um elevado potencial de afirmação na Região, nomeadamente numa nova lógica de *clusters* produtivos que associem investigação, indústria e serviços avançados.

A saúde é uma das áreas em que a Região revela tradição, verificando-se um significativo relacionamento entre as empresas e as entidades do sistema científico e tecnológico. A dinâmica virtuosa deste setor é evidenciada pela sua afirmação e criação de valor, seja em termos produtivos como de investigação científico e tecnológica.

A integração mais aprofundada entre as atividades de investigação, os segmentos de produção (fabricação de produtos farmacêuticos e equipamentos de saúde) e os serviços de saúde, que no seu conjunto têm um peso na estrutura de unidades empresariais e de postos de trabalho que supera, em cerca de 19% e 12%, respetivamente, a estrutura nacional padrão, encerra um potencial de geração de valor muito significativo.

O turismo é uma atividade fundamental pela sua capacidade de gerar riqueza e criar postos de trabalho, e pelo seu contributo para a valorização dos recursos naturais, culturais e patrimoniais, identitários e

diferenciadores da Região, exercendo um efeito multiplicador sobre toda a economia. O turismo representa hoje um setor económico consolidado e relevante na Região de Lisboa, com expressão nas formas mais modernas da procura turística internacional, como os City Breaks, o Turismo de Negócios e de Cruzeiros, o Golfe, o Turismo de Natureza e o clássico Sol & Mar. A Região ocupa atualmente a 9ª posição no ranking de regiões metropolitanas europeias em número de dormidas (total e de não residentes), tendo reforçado, entre 2000 e 2011 o número de dormidas em mais de 30%, mas detendo ainda uma elevada capacidade de desenvolvimento em novas áreas ou em segmentos mais elevados da cadeia de valor.

As indústrias culturais e os meios criativos são identificados como um dos domínios diferenciadores da estratégia de crescimento inteligente da Região de Lisboa pelo seu potencial em termos da criação de valor. A Região revela já hoje uma especialização neste domínio, fruto do efeito capitalidade, dado que é onde se concentra uma parte expressiva dos equipamentos (teatros, salas de espetáculo, estúdios de televisão, etc.), dos talentos (atores, produtores, guionistas, artistas, etc.), das empresas e das instituições de ensino mais relevantes no contexto da respetiva cadeia de valor. Sendo um setor com fortes oportunidades de interação com outros, nomeadamente o turismo, as indústrias culturais e criativas apresentam um potencial de desenvolvimento acelerado, tendo em conta o papel de Lisboa enquanto cidade capital europeia que se tem vindo a afirmar como destino turístico.

Destaca-se ainda o papel motriz que a Região já desempenha, mas que deverá ser reforçado, em termos do aumento do público e dos utilizadores da produção cultural difundida a partir de Lisboa, seja também em termos do progressivo aumento da produção cultural realizada fora de Lisboa.

A economia azul tem vindo a afirmar-se como um pilar central da estratégia de desenvolvimento nacional, no qual Lisboa apresenta uma boa posição competitiva. A Região Lisboa conta com recursos diferenciadores nos domínios do conhecimento, da exploração de recursos marinhos (fileira da alimentação de origem marinha) e da criação e exploração de novos usos e recursos do mar (energias renováveis, biotecnologia marinha, TIC, robótica, tecnologias subaquáticas), que lhe dão vantagens competitivas no quadro das regiões nacionais e à escala europeia.

A prospeção e valorização dos recursos marinhos é um setor com potencial de crescimento na Região em resultado da importância assumida pela pesca e pela indústria de conserva de peixe. A pesca e aquacultura são atividades económicas determinantes para a produção e para o consumo alimentar, permitindo responder à grande procura no mercado nacional e assumir posições competitivas à escala internacional.

O desenvolvimento de um *cluster* marítimo que explore os recursos e promova novos usos incrementará e maximizará o uso sustentável do oceano e das zonas costeiras, através de um crescimento económico inovador e gerador de emprego que associe os setores tradicionais com setores tecnologicamente intensivos, como as TIC e a robótica.

A Região é provavelmente a única região capital europeia com uma base industrial relevante nas temáticas associadas à mobilidade e transportes. Em termos de unidades produtivas e de sustentação de postos de trabalho e de criação de riqueza, o setor da mobilidade e transportes concentra uma expressiva representatividade na Península de Setúbal, com reflexos em indicadores expressivos de especialização produtiva. Embora em estádios de maturidade diferentes, articulam-se em torno do setor da mobilidade e transportes, um conjunto de *clusters* de atividades, desde o cluster automóvel ao cluster aeronáutico ou às indústrias naval e do espaço, que estabelecem entre si um potencial importante de afirmação de dianteiras na valorização económica de dinâmicas recentes, como a mobilidade elétrica e a navegação assistida. Globalmente, o setor da mobilidade e transportes responde por 13% das exportações portuguesas (2011), sendo Lisboa responsável por 48% desse valor de exportação.

A posição geoestratégica da Região, única capital europeia no oceano Atlântico, e as capacidades que detém para a participação nas cadeias de valor e no desempenho de funções relevantes na economia competitiva global, colocam-na numa posição superior da intermediação euro-atlântica, especialmente se conseguir posicionar-se nas rotas logísticas de transporte marítimo e transporte ferroviário transeuropeu e nas redes de circulação de conhecimento e bens qualificados.

Neste enquadramento o PO de Lisboa irá apostar em duas linhas de intervenção para o reforço da sua competitividade e internacionalização.

A primeira linha incide no reforço das condições para a investigação e o desenvolvimento, com o intuito de aumentar os níveis de investimento público e privado neste setor. A segunda linha de intervenção visa promover o reforço da competitividade das PME, fomentando a sua diversificação, internacionalização e participação no processo de crescimento e inovação.

Contribuir para o Crescimento Inclusivo na União Europeia promovendo a inclusão social e a criação de emprego na Região de Lisboa

A taxa de emprego na Região de Lisboa, de acordo com o EUROSTAT, atingiu em 2012, 65,4%, valor ligeiramente abaixo das médias nacional (66,5%) e europeia (68,4%). A atual crise económica tem afetado a Região e tem revelado impactos muito importantes na redução da capacidade empregadora, o que é especialmente evidente no crescimento da taxa de desemprego entre 2011 e 2013. No final do 2.º trimestre de 2013, a Região registava a sua mais elevada taxa de desemprego (19,3%), sendo que mais de 89% dos desempregados eram adultos com 25 e mais anos, destacando-se entre estes aqueles que tinham 55 e mais anos (18% do total de desempregados).

Por esta razão o combate ao desemprego constitui uma das prioridades estratégicas do PO de Lisboa, em linha com a estratégia Europa 2020, procurando contribuir para a meta da UE de até 2020, alcançar a participação de 75% da população, entre os 20 e os 64 anos, no mercado de trabalho, por via da criação líquida de emprego.

A forte relação, no atual contexto económico, entre as dificuldades de empregabilidade e os baixos níveis de qualificação dos ativos são particularmente evidentes na Região quando se observa o perfil de qualificações dos desempregados. Segundo o IEFP, no 2º trimestre de 2013, 71% dos desempregados detinham níveis de qualificação iguais ou inferiores ao 3º ciclo do básico.

Por outro lado, a reduzida dinâmica do mercado de trabalho tem sido especialmente penalizadora para a transição dos jovens para a vida ativa. No final do 3º trimestre havia 16.969 desempregados inscritos nos serviços de emprego da Região com menos de 25 anos, o que corresponde a cerca de 10% do total. A integração sustentável dos jovens e dos desempregados adultos no mercado de trabalho e a melhoria das suas condições de empregabilidade constituem domínios de prioritários da ação do PO de Lisboa. Para tal deverá ser fomentada a contratação de desempregados, contrariando a sua prolongada inatividade. Será também apoiada a realização de estágios para jovens, criando-lhes oportunidades de acesso ao mercado de trabalho e promovendo a qualificação profissional. Finalmente, será apoiada a criação de emprego por conta própria e incentivado o empreendedorismo nos mais diversos setores – criativo, social, tecnológico –, não só como instrumento de promoção do emprego, mas também de dinamização de soluções inovadoras. Esta prioridade é reforçada pelo compromisso europeu destinada à empregabilidade dos jovens.

A forma diferenciada como o desemprego tem incidido na Região penaliza de forma mais acentuada os indivíduos com menores níveis de qualificação e conduz a um aumento significativo da pobreza e da

exclusão social em determinadas áreas urbanas, onde se concentram grupos populacionais mais vulneráveis. Existe assim uma leitura da territorialização da pobreza e da exclusão social que evidencia a persistência de territórios urbanos onde as múltiplas problemáticas associadas à exclusão assume uma mais gravosa expressão.

O aumento de famílias em situação de privação material é apontado pelas Redes Sociais a região com um problema emergente. Esta situação é especialmente evidente no aumento, em cerca de 66%, do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), no período 2007/2011. Este aumento situou-se muito acima do registado à escala nacional (21%) e elevou o número de beneficiários deste apoio para 3,9% da população residente na Região de Lisboa.

No domínio do combate à pobreza e à exclusão social, assume particular relevância a regeneração física, económica e social de comunidades e zonas urbanas desfavorecidas, afetadas por fenómenos de exclusão social e de desvitalização e degradação de tecidos urbanos. Revela-se assim a necessidade de desenvolver novas abordagens integradas e ensaiar novas metodologias que ofereçam às comunidades um papel liderante, em linha com os desafios estratégicos e instrumentais que a CE coloca à disposição das Regiões.

Apesar dos esforços sucessivos na promoção de uma maior igualdade entre homens e mulheres e das mulheres representarem, em 2011, 54,1% da população regional com qualificação académica de nível superior, tendem a persistir diferenças assinaláveis entre os géneros na participação no mercado de trabalho. A continuação na eliminação desta desigualdade e o reforço da afirmação do papel da mulher na dimensão laboral, tendo em vista a promoção da sua independência económica, são prioridades regionais, em coerência com o Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação e da Estratégia para a Igualdade entre Mulheres e Homens (2010-2015) da UE.

O decréscimo da natalidade na Região - continuação da tendência de queda entre 2001 e 2011 (de 11,9‰ para 11‰) -, e o aumento da esperança de vida (no triénio 2009-2011 os indivíduos podiam esperar viver à nascença, em média, mais 3,33 anos do que no triénio de 1999-2001) têm contribuído para um rápido agravamento do problema demográfico da Região de Lisboa. Esta situação exige uma nova geração de políticas de emprego articuladas com medidas de apoio às famílias que promovam a natalidade e uma melhor conciliação entre a vida familiar e profissional.

O acentuado envelhecimento populacional torna também premente a necessidade de readequar a oferta de equipamentos e respostas sociais às alterações quantitativas e qualitativas do perfil de procura. Destaque-se, neste âmbito, para o aumento de idosos que devido ao isolamento (famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos aumentaram de 8,64% para 10,27% em 10 anos), à idade avançada, a doenças ou à demência, registam uma dependência funcional elevada, carecendo de cuidados especializados e continuados para os quais a Região não está suficientemente dotada.

No domínio dos equipamentos sociais orientados para a infância, o contexto regional apresenta uma ampla diversidade e especialização. Tendo em conta apenas as creches - resposta social de âmbito socioeducativo destinada a crianças até aos 3 anos de idade -, verifica-se que as taxas de cobertura eram, em 2011, ainda muito baixas. A capacidade das creches da Região era de 32.262 lugares a que correspondia uma taxa de cobertura na ordem dos 28%

Apesar da atração dos fluxos migratórios internacionais ter-se reduzido expressivamente nos últimos anos, em resultado da crise económica e da estagnação do mercado de trabalho, a Região de Lisboa foi fortemente beneficiada ao longo da última década pela fixação de população imigrante. Entre 2001 e 2011, a população residente estrangeira aumentou cerca de 50%, concentrando a Região cerca de 50% dos estrangeiros que residiam em Portugal em 2011.

O Terceiro Setor tem-se assumido cada vez mais como um parceiro estratégico e essencial no combate à pobreza e à exclusão social, registando-se um aumento e diversificação dos atores que atuam na esfera social (IPSS, ONG, Associações sem fins lucrativos, Cooperativas, etc.). A consolidação do Terceiro Setor como um ator estratégico na promoção de inovação social confronta-se ainda com dificuldades que condicionam a eficácia e eficiência do seu desempenho e que carecem de resolução no próximo período de programação financeira.

O compromisso da Região de Lisboa com os objetivos da estratégia “Europa 2020”, em termos de crescimento inclusivo e a superação do atual quadro de problemas de emprego e inclusão, exigem duas linhas de respostas do PO de Lisboa.

Por um lado, apoiando projetos que visem promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral. Por outro lado, apoiando projetos que visem promover a inclusão social e combater a pobreza, respondendo designadamente aos seguintes objetivos específicos:

Contribuir para o Crescimento Inclusivo e Inteligente na União Europeia promovendo a qualificação do capital humano na Região de Lisboa

Nas duas últimas décadas foi desenvolvido um esforço muito significativo na Região de Lisboa visando a melhoria dos défices de educação e de formação da população. Estes esforços traduziram-se, por exemplo, na participação de 12,6% da população em idade ativa (25-64 anos) em iniciativas de aprendizagem ao longo da vida e numa redução significativa do analfabetismo (3,23% em 2011). Por outro lado, aumentou a inserção no sistema de ensino da maioria das crianças e jovens em idade escolar (apenas 1,71% da população residente com idades entre os 6 e os 15 anos que não o frequentava)

A evolução verificada permitiu que a Região se apresentasse em 2011 com a mão-de-obra melhor qualificada no contexto nacional: 19,5% com ensino secundário completo (17,4% no país) e 25,6% com ensino superior (19,2% no país). Contudo, uma análise mais abrangente de alguns indicadores da educação e da formação ilustram vulnerabilidades importantes que constituem uma prioridade de atuação do PO de Lisboa.

Apesar da melhoria registada na redução do abandono escolar, com uma diminuição de cerca de 10 pontos percentuais nos últimos quatro anos, persiste ainda uma taxa de abandono precoce de educação e formação muito elevada (20,1% em 2012), que acompanha a tendência nacional. Este valor é claramente superior ao da média europeia (12,2% UE27). Complementarmente, os níveis de insucesso escolar (taxas de retenção e de desistência) são significativos (8,9% em 2011), superiores à média nacional (7,5% em 2011), observando-se fragilidades relevantes no desempenho escolar. A superação destas fragilidades exige que se observem outras dimensões de qualificação do sistema educativo e de formação e o reforço do ensino profissional.

A última década ficou caracterizada pelo forte investimento na diversificação de ofertas de educação/formação de dupla certificação escolar e profissional, que resultou num crescimento assinalável do número de jovens diplomados em modalidades de ensino e formação profissional. A taxa de participação dos jovens em cursos profissionais no ensino secundário regular aumentou de 7,3% para 20,8%, entre 2005 e 2011, bem como a taxa de participação em cursos de dupla certificação nas modalidades do ensino secundário orientadas para jovens, passou de 30,3% para 38,3%, no meso período. Pese embora este crescimento, é necessário alargar e intensificar estas respostas para uma mais significativa formação de quadros médios especializados.

Ao considerar-se a população entre os 30 e 34 anos com diploma de ensino superior, a Região de Lisboa apresentava, no mesmo ano, um valor 33,9%, superior à média nacional, que é de 24,8%, mas igualmente inferior à média da EU 27 (35,8%). No entanto, e de forma a atingir a meta inscrita no PNR (40% de população entre os 30 e 34 anos com diploma de ensino superior em 2020), importa dar continuidade ao processo de reforço das qualificações de ensino superior da população da Região de Lisboa.

Assumindo a educação e a aprendizagem ao longo da vida como pilares fundamentais do processo de qualificação da competitividade regional e de garantia de um crescimento inclusivo que robusteça as condições de acesso ao mercado de trabalho, o PO de Lisboa irá promover operações que contribuam para aumentar a inclusão de forma sustentada, aumentando os níveis de empregabilidade dos ativos no curto, médio e longo prazo.

Contribuir para o Crescimento Sustentável na União Europeia promovendo a sustentabilidade e eficiência no uso de recursos na Região de Lisboa

A sustentabilidade territorial do processo de desenvolvimento regional pressupõe uma abordagem convergente e integrada de três domínios fundamentais: ambiental, económico e social. O diagnóstico que suporta a estratégia da Região de Lisboa evidencia que para se atingirem os objetivos de desenvolvimento da Região relevam significativamente um conjunto de prioridades de investimento ligadas ao domínio da sustentabilidade e da utilização eficiente dos recursos.

Numa abordagem integrada da sustentabilidade e da competitividade regional, importa ter em atenção que na Região de Lisboa perduram problemas ambientais e existem vulnerabilidades incompatíveis com o estatuto de uma região desenvolvida; o incremento da melhoria do desempenho ambiental em determinadas atividades constitui um fator básico de competitividade das mesmas; os recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais numa região como Lisboa constituem um capital territorial diferenciador e fortemente competitivo para a atração de capital empresarial e humano, no contexto europeu e mundial.

A transição para uma economia de baixo carbono é uma prioridade da estratégia Europa 2020 a que a Região de Lisboa quer responder com responsabilidade e visibilidade, contribuindo para o cumprimento das metas nacionais. O nível de consumo de eletricidade na Região representava, em 2010, cerca de 26,7% do consumo nacional, sendo que o consumo “não doméstico” e “industrial”, representava cerca de 60% do total da Região, com um contributo idêntico das duas tipologias. As infraestruturas e edifícios têm um peso relevante, assumindo a iluminação das vias públicas e a iluminação interior dos edifícios públicos 9% do consumo energético na Região.

Neste contexto a Região de Lisboa pretende apoiar o seu crescimento em princípios conducentes com uma economia competitiva e de baixo carbono, assumindo uma trajetória de redução das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE), nomeadamente envolvendo os domínios da indústria, das infraestruturas e dos edifícios públicos e da habitação. A abordagem a promover assenta na diversificação das fontes energéticas, no sentido da descarbonificação, a par do fomento da adoção de melhores práticas no consumo de energia.

A Região concentrava em 2011 cerca de 12,7% do parque habitacional nacional. Cerca de 56% dos edifícios na Região tinham, nesse mesmo ano, mais de 30 anos de idade. A vetustez do edificado, associada aos elevados níveis de degradação que uma percentagem importante dos edifícios apresenta, fazem com que a eficiência energética do edificado seja globalmente baixa. A melhoria do desempenho energético dos edifícios assume, por isso, um importante significado para se atingirem as metas de eficiência energética na Região.

O setor dos transportes é responsável por mais de 1/3 do consumo de energia final, sobretudo associado ao meio rodoviário. O PO de Lisboa na componente da promoção de estratégias de baixa emissão de carbono contribuirá para a promoção de modelos e sistemas de transportes ecológicos e de mobilidade suave no contexto de projetos de desenvolvimento urbano sustentável e de valorização dos recursos naturais e patrimoniais da região.

Os elementos patrimoniais e museológicos constituem um recurso de elevado valor e potencial para a economia regional, sendo um fator decisivo na diferenciação territorial com implicações diretas na sua atratividade turística. Estes elementos permitem notabilizar Lisboa à escala internacional, tendo uma grande importância na crescente captação de fluxos turísticos, uma vez que os recursos patrimoniais são a base da experiência e da cadeia de valor do turismo urbano e um dos principais suportes da afirmação turística da Região de Lisboa. Além disso, a valorização dos bens culturais e dos serviços que eles proporcionam é fundamental para captar e densificar a 'classe criativa' e gerar um ambiente mais favorável à inovação.

A Região de Lisboa apresenta condições climáticas e ambientais de grande amenidade e espaços naturais de elevado valor faunístico e florístico, destacando-se a orla costeira, as frentes ribeirinhas, os estuários do Tejo e do Sado, os Parques Naturais de Sintra – Cascais e da Arrábida, os territórios que integram a estrutura ecológica regional e os espaços rurais.

Algumas destas áreas possuem valores naturais muito significativos e estão incluídas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Com 56.971ha de Sítios e 28.871ha de Zonas de Proteção Especial (Rede Natura 2000), a Região de Lisboa apresenta, no quadro das metrópoles europeias, uma elevada extensão de espaços com interesse para a conservação da natureza e biodiversidade, nos quais deverão desenvolver-se projetos conducentes à sua proteção e valorização.

Estes espaços associam à produção agrícola, florestal e silvestre à qualificação ambiental e paisagística e ao lazer e turismo. No caso do Estuário do Tejo, a sua posição no centro da Área Metropolitana de Lisboa confere-lhe potencialidades para protagonizar um projeto integrado de conservação da natureza, valorização ambiental e competitividade económica, apoiado pelos sistemas urbanos que o envolvem.

Melhorar o uso e a gestão sustentáveis dos recursos naturais; valorizar as estruturas ecológicas metropolitanas e os serviços dos ecossistemas; resolver fenómenos de poluição e desqualificação ambiental e mitigar a degradação da rede hidrográfica e de áreas fundamentais para o funcionamento do ciclo hidrológico, assumem-se como focos da intervenção regional.

A Região de Lisboa é um território marcado por uma grande diversidade morfológica e funcional urbana, persistindo a existência de áreas problemáticas do ponto de vista da qualidade ambiental, associadas à perda de vitalidade económica e ao decréscimo populacional de áreas centrais, ao abandono de áreas industriais e à ocorrência de fenómenos de contaminação do solo e de poluição do ar.

Estes espaços, pela sua extensão e integração no sistema urbano, económico e logístico metropolitano dispõem de condições para protagonizar novas dinâmicas económicas e ancorar funções estruturantes do novo modelo económico regional, em resultado de projetos de regeneração urbana, qualificação ambiental e da valorização dos principais ativos existentes, contribuindo para a melhoria do ambiente e para a dinamização do emprego e do crescimento económico.

Para acautelar a saúde pública e cumprir as obrigações legais nacionais e comunitárias, a Região de Lisboa deverá prosseguir ações de diagnóstico sistemático da qualidade do ar e implementar medidas de promoção da redução da poluição, designadamente as previstas nos Planos de Melhoria da Qualidade do Ar da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

O PO de Lisboa irá apostar em duas linhas de intervenção para o reforço da sustentabilidade e eficiência no uso de recursos. A primeira linha visa promover uma transição para uma economia de baixo carbono e a segunda linha de intervenção visa proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos.

Versão de trabalho

1.1.2. Justificação da escolha dos objetivos temáticos e prioridades de investimento correspondentes com base no acordo de parceria e na identificação das necessidades regionais, e nacionais se for caso disso, incluindo as necessidades identificadas pelas recomendações pertinentes do Conselho específicas por país adotadas em conformidade com o artigo 121.º, n.º 2, do TFUE e as recomendações adotadas pelo Conselho em conformidade com o artigo 148.º, n.º 4, do TFUE, tendo em conta a avaliação *ex ante*

Quadro 1. Justificação da escolha dos objetivos temáticos e prioridades de investimento

Objetivo Temático escolhido	Prioridade de Investimento escolhida	Justificação da escolha (500 caracteres cada PI)
1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	1.1. Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu.	<ul style="list-style-type: none"> Principal concentração de recursos científicos e localização de centros do SCT com importância estratégica nacional. Necessidade de consolidar e valorizar a presença de Lisboa entre as regiões inovadoras da eu e de colocar a I&D ao serviço da internacionalização da Região. Necessidade de consolidar as infraestruturas de I&D&I com vista a assegurar massa crítica e escala. Fomentar o investimento em I&D, contribuindo para as metas europeias de 3% do PIB em I&D.
	1.2. Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, ecoinovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e inovação aberta através de especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral.	<ul style="list-style-type: none"> Fracos níveis de colaboração entre as empresas e as universidades, entre as empresas e os centros tecnológicos e entre as empresas em geral e as atividades de I&D. Empresas da Região recorrem pouco à prestação de serviços avançados por parte das unidades de I&D e das infraestruturas tecnológicas. Reduzida eficiência na transferência de tecnologia e défice de “transformação de conhecimento” gerados pela I&D em produtos ou serviços inovadores e reduzidas competências internas das empresas em I&D&I. Reduzida inserção de recursos humanos qualificados nas empresas.
3. Reforçar a competitividade das PME	3.1. Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros	<ul style="list-style-type: none"> Estimular o empreendedorismo qualificado, os <i>spin off</i> e a consolidação de empresas intensivas em tecnologia e conhecimento, aproveitando o capital humano que a região possui.

de empresas.	<ul style="list-style-type: none"> Baixo nível de transformação do conhecimento gerado pela I&D em produtos ou serviços inovadores. Fraca taxa de sobrevivência das iniciativas empresariais, associada às debilidades ao nível da capacidade de gestão e organização das empresas. * Reduzida articulação e qualificação das infraestruturas de incubação.
3.2. Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização.	<ul style="list-style-type: none"> Produtos de especialização da Região com procura internacional pouco dinâmica e enfrentando um aumento das pressões concorrenciais. Reduzido peso nas exportações de bens e serviços com maior intensidade de tecnologia e conhecimento e valor das exportações em percentagem do PIB praticamente inalterado e perda de quotas de mercado mundiais e nos principais destinos de exportação. Significativa orientação do setor produtivo para o mercado interno e base exportadora exígua e fraca capacitação de muitas empresas para presença nos mercados externos.
3.3. Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços.	<ul style="list-style-type: none"> Especialização produtiva da Região assente ainda em atividades de reduzido valor acrescentado e baixa intensidade tecnológica e de conhecimento. Insuficiente desenvolvimento de atividades produtivas mais intensivas em conhecimento e criatividade e com forte incorporação de valor acrescentado. Forte potencial da região em setores na área da sustentabilidade e dos serviços às empresas e às pessoas. Baixos níveis de I&D&I nas empresas.
3.4. Apoio à capacidade das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação	<ul style="list-style-type: none"> Falhas de mercado relevantes ao nível da disponibilidade de capital para partilha de risco do empreendedorismo e inovação. (estes constrangimentos em matéria de financiamento, seja do fundo de maneio e tesouraria das PME, seja do investimento, condicionam os seus processos de crescimento, inovação e internacionalização). Reduzida capacidade das PME em acederem a financiamento internacional ou a mecanismos de financiamento não bancário (emissão de dívida). O mercado financeiro revela-se também conservador e com pouca disponibilidade para promover formas inovadoras de financiamento.

4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores	4.2. Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas.	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir a fatura energética nos custos de produção dada a intensidade energética do setor empresarial regional (consumo de energia elétrica na indústria regional representa 22,2% do consumo total da indústria nacional). Aumentar a competitividade económica por via da adoção de novos modelos de consumo de energia pelas empresas, sobretudo nas unidades industriais com maior dimensão - indústrias químicas, de cerâmica e vidro, e de cimentos. Estes setores terão de adaptar o seu modelo de negócio apostando na ecoeficiência e nas tecnologias limpas.
	4.3. A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos	<ul style="list-style-type: none"> Grande concentração de equipamentos e serviços públicos, em termos nacionais, em resultado do efeito de capitalidade. Grande ineficiência energética do setor público (a iluminação interior de edifícios da Administração Pública representa 6,8% do consumo de energia elétrica regional), assumindo-se no instrumento no PNAEE a meta de aumentar a eficiência energética neste setor em 30%, até 2020. 56% do parque habitacional tem mais de 30 anos e apresenta níveis de vetustez e degradação elevados e baixos índices de eficiência energética.
	4.5. A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente, as zonas urbanas, incluindo a promoção de mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação	<ul style="list-style-type: none"> Os transportes possuem um peso importante no consumo de energia primária regional (próximo de 1/3, sendo o consumo de combustível de 0,5 TEP/habitante), constituindo um dos domínios críticos para promover a eficiência energética. Incentivar a transferência modal do transporte individual motorizado para modos de transporte mais eficientes e reforçada a intermodalidade e mobilidade urbana sustentável, com a criação de condições para um aumento de meios de mobilidade suaves.
6. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos	6.3. Conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural	<ul style="list-style-type: none"> A Região ocupa atualmente a 9ª posição no ranking de regiões metropolitanas europeias em número de dormidas, tendo reforçado, entre 2000 e 2011 o número de dormidas em mais de 30%. A riqueza de ativos culturais (3 locais classificados como Património da Humanidade, mais de um centena de monumentos nacionais e sete dezenas de museus) é a base da atratividade turística, sendo a procura significativa (33.993 visitantes/museu) e geradora de dinâmica hoteleira (9.027.432 dormidas/ano).
	6.4. Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos, e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede NATURA 2000 e de infraestruturas verdes.	<ul style="list-style-type: none"> A Região destaca-se no contexto dos espaços metropolitanos europeus pela riqueza e diversidade ecológica, estando extensas áreas do seu território reconhecidas pelo seu interesse para a conservação da natureza e biodiversidade (85.842 ha de Sítios e Zonas de Proteção Especial (Rede Natura 2000) e 44.803 ha de Áreas Protegidas). A valorização dos ativos naturais e a sua sustentabilidade exige o seu estudo, proteção e aproveitamento, no âmbito de modelos de gestão que protejam as estruturas ecológicas e valorizem os serviços dos ecossistemas.
	6.5. Adoção de medidas destinadas a melhorar o	<ul style="list-style-type: none"> A Região caracteriza-se por grandes espaços com funções urbanas com diferentes morfologias, formas e intensidades de

	ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.	<p>ocupação, mas também pela existência de significativas áreas de uso industrial abandonado. Em resultado do processo de desindustrialização verificado na Região, nomeadamente na Península de Setúbal, existem extensas áreas industriais obsoletas ou em declínio (Quimiparque: 234 ha; Siderurgia: 372 ha).</p> <ul style="list-style-type: none"> Será promovida a qualificação e reconversão destes espaços, aproveitando-se as suas vantagens locativas para gerar novas dinâmicas económicas, em articulação com a RIS3.
8. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	8.1. O acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores.	<ul style="list-style-type: none"> Forte aumento do desemprego na Região, que atingiu 19,3% da população ativa no final do 2º trimestre de 2013. A crise do mercado de trabalho refletiu-se no aumento do tempo de permanência no desemprego (43,8% dos desempregados procuravam emprego há 12 ou mais meses no 2ºT2013). A facilitação do acesso ao emprego na Região através de apoios à inserção profissional de desempregados e do financiamento da melhoria das qualificações dos desempregados. Contribuir para a meta da UE de 75% da população entre os 20 e os 64 anos esteja empregada em 2020.
	8.3. Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras.	<ul style="list-style-type: none"> O elevado nível de desemprego na Região exige novas medidas que estimulem a participação económica dos ativos. O apoio ao empreendedorismo e à criação de emprego por conta própria constituem medidas a privilegiar. O peso dos trabalhadores por conta própria (trabalhador por conta própria ou empregador) no total da população empregada na Região era de apenas 13,8% (2011). Pese embora a crescente relevância do empreendedorismo, através da criação de incubadoras, apoios às <i>start-ups</i> e de programas de aceleração de microempresas, esta é uma área com ampla margem de progressão.
	8.4. Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, nomeadamente nos domínios do acesso ao emprego, da progressão na carreira, da conciliação da vida profissional e privada e da promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual.	<ul style="list-style-type: none"> Apesar dos esforços regionais para a promoção de maior igualdade entre homens e mulheres, persistem diferenças assinaláveis entre os géneros na participação no mercado de trabalho. O ganho médio mensal das mulheres era 22,7% inferior ao dos homens e a percentagem de mulheres empregadas ou a trabalhar por conta própria era de 11,5% (inferior aos 12,9% nos homens). A conciliação entre a vida familiar e profissional, com medidas que estimulem a fecundidade e contrariem o envelhecimento demográfico são essenciais.
	8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança.	<ul style="list-style-type: none"> Em 2011, 25,9% dos empregados na Região não possuíam o 3º ciclo do ensino básico, 22% dispunham daquele nível habilitacional, 29,1% tinham completado o ensino secundário ou pós-secundário. Apenas 19,9% dispunham de licenciatura. O nível de qualificação dos ativos constitui uma fragilidade para a transformação produtiva da Região e para o reforço de uma economia suportada na inovação e no conhecimento. Forte relação entre a falta de qualificação e as dificuldades de empregabilidade: no final do 3º trimestre de 2013, 71% dos

		desempregados tinham níveis de qualificação iguais ou inferiores ao 3º ciclo do básico.
9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	9.1. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade.	<ul style="list-style-type: none"> A crise económica e social tem registado um forte impacto no mercado de trabalho alcançando-se uma taxa de desemprego de 19,5%, superior à média do país (17,7%). A incidência do desemprego é mais acentuada em determinadas áreas urbanas e junto de determinados grupos mais vulneráveis, contribuindo para aumentar a exclusão social e a pobreza. O impacto social do aumento do desemprego é testemunhado pelo crescimento, em cerca de 66%, do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), no período 2007/2011.
	9.3. Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades.	<ul style="list-style-type: none"> Entre 2001/2011, a população estrangeira aumentou 50%, concentrando a Região 50% dos estrangeiros residentes em Portugal. Por essa razão a Região tem um maior potencial de escalabilidade dos fenómenos de discriminação étnica, racial ou religiosa. O forte aumento dos idosos, entre 2001 e 2011, que aumentaram de 15,4%, para 18,2% da população residente. Em paralelo verifica-se um aumento do etarismo. A luta contra os estereótipos sexistas, a violência doméstica, assim como o apoio às vítimas e às mães solteiras e grávidas adolescentes são prioritárias na Região.
	9.4. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral.	<ul style="list-style-type: none"> A conjuntura recessiva teve impactes nas famílias (aumento do desemprego e reestruturação das prestações sociais) desencadeando transformações na procura de equipamentos coletivos, induzindo a necessidade de reestruturar as redes e de fomentar o trabalho em parceria entre as instituições, aumentando a eficiência. Persistem na Região áreas com fortes necessidades de ampliação e qualificação das respostas (eg, serviços de saúde mental, apoio aos deficientes e pessoas idosas). O aumento da esperança média de vida, o envelhecimento populacional e o enfraquecimento das redes familiares tornam estas respostas ainda mais prementes.
	9.6. Investimento no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária.	<ul style="list-style-type: none"> Em 2011, 43 freguesias da Região apresentavam uma taxa de desemprego três mais pontos percentuais superiores à média regional. A persistência de áreas urbanas desfavorecidas, com grande concentração de problemas económicos e menor disponibilidade de meios para responderem a essa desvantagem. A Região de Lisboa tem sido um espaço privilegiado para o ensaio de abordagens urbanas inovadoras, destacando-se os programas URBAN I e URBAN II e, especialmente, a Iniciativa Bairro Críticos que conferiu grande centralidade à participação da sociedade civil.

	<p>9.7. Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A taxa de cobertura de creches na Região era, em 2011, ainda muito baixa (28%). A expansão desta oferta é fundamental para melhorar a compatibilização da vida familiar e profissional e estimular a natalidade. • A ampliação da rede de cuidados continuados integrados assume grande importância para responder ao envelhecimento da Região, mas também devido à necessidade de ampliar da oferta de serviços de saúde destinados a doentes que tenham prognóstico de vida limitado, intenso sofrimento, problemas e necessidades que exigem apoio específico, organizado e interdisciplinar. • A reorganização da oferta hospitalar, com vista à melhoria da eficiência e da eficácia da prestação de cuidados de saúde constitui um desafio da Região em resultado da existência de várias unidades dispersas pela cidade de Lisboa a funcionarem em edifícios inadequados e envelhecidos.
	<p>9.8. A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O padrão de crescimento urbano da Região e a inexistência de uma gestão urbanística eficaz geraram fraturas e sócio urbanísticos que persistem, verificando-se a prevalência de áreas urbanas críticas onde se concentram inúmeras problemáticas socioeconómicas. • A desintegração do tecido urbano, a desqualificação do espaço público, a escassez de respostas de proximidade e a degradação do edificado originaram áreas de habitação precária, de construção tradicional degradada, zonas de origem clandestina e bairros de realojamento guetizados, caracterizados pela pobreza e exclusão social.
<p>10. Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida</p>	<p>10.1. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apesar da recente diminuição em cerca de 10 pontos percentuais da taxa de abandono escolar, persiste na Região uma taxa de abandono precoce de educação e formação muito elevada, (22,7% em 2011), claramente superior à média europeia. • Os níveis de insucesso escolar (taxas de retenção e de desistência) são igualmente significativos (8,9% em 2011), superiores ao valor médio nacional (7,5% no mesmo ano), observando-se fragilidades relevantes ao nível do desempenho escolar (competências adquiridas).
	<p>10.2. Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para grupos desfavorecidos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A estrutura da qualificação da população residente na Região, em 2011, apresentava um peso relativamente elevado de população com ensino superior (16,8%), quando comparado com a média nacional (11,8%), mas claramente inferior ao valor médio europeu (26,8% UE27). • Ao considerar-se a população entre os 30 e 34 anos com diploma de ensino superior, a Região de Lisboa apresenta um valor de 33,9%, superior à média nacional, que é de 24,8% (face a 35,8% da UE 27). • Em 2010, a Região tinha um rácio de 1,95 doutorados do ensino superior por 1.000 habitantes, valor manifestamente inferior ao valor médio europeu (2,92 UE 27).

<p>10.3. Melhoria do acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A Região apresenta atualmente algumas debilidades no que se refere à qualificação da sua população comparativamente aos valores médios comunitários. • Releve-se o baixo nível médio de qualificações da população, o qual constitui um constrangimento fundamental ao desenvolvimento social, económico e territorial da Região. Ainda que claramente superior ao valor médio nacional (de 37,6%), o nível de escolaridade de nível secundário da população entre os 25 e 64 anos era, em 2011, de 59,5%, face a 74,2% da UE 27.
<p>10.4 - Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Observam-se na Região de Lisboa debilidades no ajustamento entre a procura e oferta de qualificações de jovens, materializando-se, nomeadamente, no peso das vias profissionalizantes no total dos alunos do secundário (31,8%, em 2011) abaixo da média da UE 27 (51,5%) e na carência de mecanismos robustos de estruturação da oferta formativa, que garantam uma oferta de educação/formação adequada às necessidades do mercado.
<p>10.5 - Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A Região apresenta a mais forte concentração de instituições de ensino superior do país, dispondo em 2013 de uma rede de 108 estabelecimentos públicos e privados. A maioria dos equipamentos foi construída há mais de vinte anos, pelo que apresentam necessidades de requalificação. • Dada a crescente concorrência internacional entre universidades, de captação de estudantes do espaço europeu de ensino superior, e de aposta numa economia regional suportada na inovação e conhecimento, a Região vai promover a modernização e adaptação das instalações que revelem maiores necessidades.

1.2 Justificação da dotação financeira

O Programa Operacional (PO) de Lisboa 2014-2020 dispõe de um montante global de FEDER e FSE de 833.333.547,00€.

A alocação do FEDER e do FSE por Eixos Prioritários (EP) teve por base a identificação das prioridades de investimento, os referenciais da política de coesão europeia, as orientações nacionais e o diagnóstico dos principais constrangimentos regionais.

A Região de Lisboa integra o grupo das Regiões mais desenvolvidas, tendo elaborado um diagnóstico prospetivo e uma estratégia consonante com os objetivos e desafios que se colocam a este tipo de regiões.

As apostas do Programa Operacional refletem uma intenção de concentração temática e orientação para os resultados, incidindo fortemente em tipologias de apoio que visam, principalmente, ajudar a Região a tornar-se ainda mais competitiva na economia global, mais inclusiva no acesso ao mercado de trabalho por parte dos jovens, dos menos qualificados e dos mais desfavorecidos e mais sustentável a médio-longo prazo, no quadro de uma economia de baixo carbono e de uma utilização mais eficiente dos recursos. Reflete ainda a decisão de contemplar um grande projeto relativo a um equipamento de saúde com efeitos significativos em termos da melhoria dos níveis de resposta às necessidades de prestação de cuidados de saúde na Região e País e que, adicionalmente, se assume como estruturante para uma das áreas prioritárias da estratégia de crescimento inteligente da região.

No quadro das orientações de concentração temática, o Programa assegura uma concentração de fundos aos Objetivos Temáticos 8. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores, 9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação e 10 Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida, superior a 45%, conforme está previsto para as regiões mais desenvolvidas da EU. Por outro lado, a alocação total prevista para o Objetivo Temático 9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação, ultrapassa largamente (112,4%) o limiar mínimo fixado para as Regiões Mais Desenvolvidas de 25%. Finalmente, a dotação financeira pelos vários Eixos e Objetivos Temáticos prevê a concentração de 60,1% de FEDER nos Objetivos Temáticos 1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, 3. Reforçar a competitividade das PME e 4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores, em linha com as orientações previstas.

A alocação financeira definida no PO de Lisboa teve em conta as decisões nacionais sobre a coordenação e articulação de fundos e fontes de financiamento e os âmbitos de atuação dos vários Programas Operacionais, fazendo uma seleção de prioridades que visa integrar e majorar a intervenção dos vários instrumentos.

Assim, o PO de Lisboa concentra a globalidade dos Fundos (FEDER e FSE) nos Objetivos Temáticos do domínio da Competitividade e Internacionalização, que correspondem a 37,7% da dotação do PO de Lisboa, visando o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da investigação (EP 1) e o reforço da competitividade das PME (EP 3). Os domínios da Inclusão Social e Emprego e da Qualificação do Capital Humano, representam 48,1% da dotação, focalizados nos objetivos temáticos que visam a promoção do emprego e apoio da mobilidade laboral (EP 8), a promoção da inclusão social e o combate à pobreza (EP 9) e o investimento no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida (EP 10). O domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos perfaz 11,3% da dotação e destina-se a apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono (EP 4) e a proteção do ambiente e a promoção da eficiência do uso dos recursos (EP 6). Os 2,9% remanescentes estão reservados para a Assistência Técnica.

O EP 1 apresenta uma alocação de cerca de 172 M€, que representam 27,6% do FEDER do PO. Esta concentração de FEDER deve-se, no essencial, à necessidade identificada pela Região de Lisboa de reforçar as condições de base avançadas para a investigação e para o desenvolvimento tecnológico e visa aumentar os níveis de investimento público e privado neste setor, com o intuito de reforçar a produção de conhecimento e a sua transformação em capacidades de inovação e criação de valor económico.

O EP 3 com uma alocação de cerca de 143 M€ representa 22,9% do FEDER do PO e pretende dar continuidade à promoção da competitividade do tecido empresarial regional, focado agora numa lógica de reforço da intervenção na internalização de fatores chave de competitividade, visando promover uma maior diversificação das PME, a sua qualificação e internacionalização, bem como uma maior participação no processo de crescimento e de inovação.

O EP 4 apresenta uma alocação de 60 M€, que representam 9,6% do FEDER do PO. A aposta na transição para uma economia de baixo carbono e na melhoria da eficiência energética são fatores relevantes para o desenvolvimento sustentável da Região, para a competitividade das empresas e para a racionalização dos padrões de consumo das instituições e das famílias. No contexto da Área Metropolitana de Lisboa assumem, ainda, especial relevância projetos de desenvolvimento urbano sustentável assentes em estratégias de baixa emissão de carbono dirigidas à promoção da mobilidade urbana sustentável.

O EP 6 apresenta uma alocação de 34 M€, que representam 5,5% do FEDER do PO. Esta alocação focaliza as intervenções apoiadas pelo PO de Lisboa na melhoria da utilização e gestão dos recursos naturais e na valorização das estruturas ecológicas metropolitanas e dos serviços dos ecossistemas, bem como na resolução de fenómenos de poluição e desqualificação ambiental. Neste âmbito, inclui-se, também, a valorização do património cultural enquanto recurso de elevado valor e potencial para a economia e a sustentabilidade regional.

O EP 8 apresenta uma alocação de cerca de 74 M€, que representam 35,4% do FSE do PO. Pretende-se promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral no sentido de dar resposta a uma necessidade premente do País que afeta cada vez mais a Região de Lisboa. Visa-se em particular combater o desemprego jovem, incentivar a criação de emprego por conta própria, o empreendedorismo e criação de empresas. Pretende-se, igualmente, apoiar a promoção da igualdade entre homens e mulheres e a conciliação da vida profissional e privada, bem como incentivar ações que promovam a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança.

O EP 9 apresenta uma alocação multifundo, 160 M€ FEDER e cerca de 76 M€ FSE, que representam respetivamente 25,7% e 36,3% destes fundos do PO. Esta conjugação articulada de fundos reforça a capacidade de contribuição da Região para os objetivos previstos na estratégia Europa 2020, no que respeita ao aumento do emprego e ao combate à pobreza e a exclusão social, apoiando abordagens integradas e a utilização articulada e sinérgica dos fundos nos territórios e grupos alvo prioritários. Será apoiada a regeneração física, económica e social de comunidades e zonas urbanas desfavorecidas, afetadas por fenómenos de exclusão social e de desvitalização e degradação de tecidos urbanos. O foco da aplicação do FEDER será a reorganização hospitalar com vista à melhoria da eficiência e eficácia dos cuidados de saúde, para o que está prevista a construção de um novo hospital na zona oriental de Lisboa.

O EP 10 apresenta uma alocação multifundo, de cerca de 30 M€ FEDER e cerca de 60 M€ FSE que representam respetivamente 4,8% e 28,3% destes fundos do PO. Esta distribuição é justificada pelos compromissos da Região de Lisboa com o objetivo da estratégia Europa 2020 de elevar a percentagem de população com ensino superior ou equiparado entre 30-34 anos e de combater o abandono escolar. A

dotação programada visa ainda intervir em situações de reconhecida carência de requalificação e capacitação das infraestruturas de ensino superior.

Versão de trabalho

Quadro 2. Panorâmica da estratégia de investimento do programa operacional

Eixo prioritário	Fundo (FEDER ¹ , Fundo de Coesão, FSE ² ou IEJ ³)	Apoio da União ⁴ (EUR)	Parcela do apoio total da União para o programa operacional (por fundo e eixo prioritário) ⁵	Objetivo temático ⁶	Prioridades de investimento ⁷	Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento	Indicadores de resultados comuns e específicos do programa para os quais foi definida uma meta
1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	FEDER	171.710.983	27,6%	OT1	P1.1	OE1.1.1	
						OE1.1.2	
						OE1.1.3	
					P1.2	OE1.2.1	
						OE1.2.2	
						OE1.2.3	
3. Reforçar a competitividade das PME	FEDER	142.713.177	22,9%	OT3	P3.1	OE3.1.1	
					P3.2	OE3.2.1	
					P3.3	OE 3.3.1	

¹ Fundo de Desenvolvimento Regional.

² Fundo Social Europeu.

³ Iniciativa Emprego Jovem.

⁴ Total do apoio da União (incluindo a dotação principal e a reserva de eficiência).

⁵ Informação por fundo e por eixo prioritário.

⁶ Designação do objetivo temático, não aplicável à assistência técnica.

⁷ Designação da prioridade de investimento, não aplicável à assistência técnica.

					P3.4	OE3.4.1	
Eixo prioritário	Fundo (FEDER ⁸ , Fundo de Coesão, FSE ⁹) ou IEJ ¹⁰)	Apoio da União ¹¹ (EUR)	Parcela do apoio total da União para o programa operacional (por fundo e eixo prioritário) ¹²	Objetivo temático ¹³	Prioridades de investimento ¹⁴	Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento	Indicadores de resultados comuns e específicos do programa para os quais foi definida uma meta
4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores	FEDER	60.000.000	9,6%	OT4	P4.2	OE4.2.1	
						OE4.2.2	
					P4.3	OE4.3.1	
						OE4.3.2	
					P4.5	OE4.5.1	
6. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos	FEDER	34.000.000	5,5%	OT6	P6.3	OE6.3.1	
					P6.4	OE6.4.1	
					P6.5	OE6.5.1	

⁸ Fundo de Desenvolvimento Regional.

⁹ Fundo Social Europeu.

¹⁰ Iniciativa Emprego Jovem.

¹¹ Total do apoio da União (incluindo a dotação principal e a reserva de eficiência).

¹² Informação por fundo e por eixo prioritário.

¹³ Designação do objetivo temático, não aplicável à assistência técnica.

¹⁴ Designação da prioridade de investimento, não aplicável à assistência técnica.

						OE6.5.2	
Eixo prioritário	Fundo (FEDER ¹⁵ , Fundo de Coesão, FSE ¹⁶) ou IEJ ¹⁷)	Apoio da União ¹⁸ (EUR)	Parcela do apoio total da União para o programa operacional (por fundo e eixo prioritário) ¹⁹	Objetivo temático ²⁰	Prioridades de investimento ²¹	Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento	Indicadores de resultados comuns e específicos do programa para os quais foi definida uma meta
8. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	FSE	74.610.864	35,4%	OT8	P8.1	OE8.1.1	
						OE8.1.2	
					P8.3	OE8.3.1	
					P8.4	OE8.4.1	
						OE8.4.2	
					P8.5	OE8.5.1	
						OE8.5.2	
						OE8.5.3	
9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	FEDER	160.000.000	25,7%	OT9	P9.6	OE9.6.1	
					P9.7	OE9.7.1	

¹⁵ Fundo de Desenvolvimento Regional.

¹⁶ Fundo Social Europeu.

¹⁷ Iniciativa Emprego Jovem.

¹⁸ Total do apoio da União (incluindo a dotação principal e a reserva de eficiência).

¹⁹ Informação por fundo e por eixo prioritário.

²⁰ Designação do objetivo temático, não aplicável à assistência técnica.

²¹ Designação da prioridade de investimento, não aplicável à assistência técnica.

					P9.8	OE9.8.1	
Eixo prioritário	Fundo (FEDER ²² , Fundo de Coesão, FSE ²³) ou IEJ ²⁴)	Apoio da União ²⁵ (EUR)	Parcela do apoio total da União para o programa operacional (por fundo e eixo prioritário) ²⁶	Objetivo temático ²⁷	Prioridades de investimento ²⁸	Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento	Indicadores de resultados comuns e específicos do programa para os quais foi definida uma meta
9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	FSE	76.400.000	36,3%	OT9	P9.1	OE9.1.1	
						OE9.1.2	
						OE9.1.3	
						OE9.1.4	
					P9.3	OE9.3.1	
					P9.4	OE9.4.1	
					P9.6	OE9.6.1	
10. Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	FSE	59.696.046	28,3%	OT10	P10.1	OE10.1.1	
						OE10.1.2	
					P10.2	OE10.2.1	
						OE10.2.2	
					P10.3	OE10.3.1	

²² Fundo de Desenvolvimento Regional.

²³ Fundo Social Europeu.

²⁴ Iniciativa Emprego Jovem.

²⁵ Total do apoio da União (incluindo a dotação principal e a reserva de eficiência).

²⁶ Informação por fundo e por eixo prioritário.

²⁷ Designação do objetivo temático, não aplicável à assistência técnica.

²⁸ Designação da prioridade de investimento, não aplicável à assistência técnica.

					P10.4	OE10.4.1	
Eixo prioritário	Fundo (FEDER ²⁹ , Fundo de Coesão, FSE ³⁰) ou IEJ ³¹)	Apoio da União ³² (EUR)	Parcela do apoio total da União para o programa operacional (por fundo e eixo prioritário) ³³	Objetivo temático ³⁴	Prioridades de investimento ³⁵	Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento	Indicadores de resultados comuns e específicos do programa para os quais foi definida uma meta
10. Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	FEDER	29.933.477	4,8%	OT10	P10.5	OE10.5.1	
						OE10.5.2	
Assistência técnica	FEDER	24.270.000	3,9%				
TOTAL	FEDER + FSE	833.334.547	100%				

²⁹ Fundo de Desenvolvimento Regional.

³⁰ Fundo Social Europeu.

³¹ Iniciativa Emprego Jovem.

³² Total do apoio da União (incluindo a dotação principal e a reserva de eficiência).

³³ Informação por fundo e por eixo prioritário.

³⁴ Designação do objetivo temático, não aplicável à assistência técnica.

³⁵ Designação da prioridade de investimento, não aplicável à assistência técnica.

SECÇÃO 2. EIXOS PRIORITÁRIOS

2.A. Descrição dos Eixos Prioritários para além da Assistência Técnica

2.A.1 Eixo Prioritário 1

ID do Eixo Prioritário	1
Designação do Eixo Prioritário	Reforçar a Investigação, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação

<input type="checkbox"/> Todo o eixo prioritário será executado exclusivamente através de instrumentos financeiros	
<input type="checkbox"/> Todo o eixo prioritário será executado exclusivamente através de instrumentos financeiros instituídos ao nível da União	
<input type="checkbox"/> Todo o eixo prioritário será executado através do desenvolvimento promovido pelas comunidades locais	
<input type="checkbox"/> Para o FSE: Todo o eixo prioritário é dedicado à inovação social ou à cooperação transnacional, ou ambas	

2.A.2 Justificação para o estabelecimento de um eixo prioritário abrangendo mais do que um categoria de região, ou mais do que um objetivo temático ou mais do que um fundo

Não aplicável

2.A.3 Fundo, categoria de região e base de cálculo para o apoio da União

Fundo	FEDER
Categoria de região	Mais desenvolvida
Base de Cálculo (despesa elegível total ou despesa elegível pública)	

2.A.4. Prioridade de Investimento 1.1

Prioridade de Investimento 1.1	Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu
--------------------------------	--

2.A.5. Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e aos resultados esperados

ID	1
Objetivo Específico	<i>Aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente, orientada para a especialização inteligente regional e visando estimular uma economia de base tecnológica e de alto valor acrescentado, privilegiando a excelência, a cooperação e a internacionalização</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>Existem na Região recursos assinaláveis na área da investigação científica e desenvolvimento tecnológico que importa potenciar. Atingiram-se níveis de despesas em I&D no total do PIB bastante superiores à média nacional e mesmo europeia. No que respeita à concentração de emprego em atividades de I&D e de empresas com atividades de inovação, a Região de Lisboa, apresenta, igualmente uma expressão consideravelmente superior ao resto do País.</p> <p>Pretende-se manter o estímulo à criação de novos conhecimentos e à manutenção e intensificação do esforço de I&D das instituições científicas e tecnológicas, promovendo a sua articulação com as empresas e atuando no incremento das suas capacidades científicas e tecnológicas e visibilidade internacional.</p> <p>O apoio à produção científica será especialmente focalizado nas áreas do conhecimento mais relacionadas com a estratégia de especialização inteligente da região ou com desafios sociais inseridos nas grandes prioridades do programa quadro Horizonte 2020.</p> <p>Os ações a desenvolver com o apoio da União têm como principais resultados esperados aumentar o número de projetos de investigação científica de excelência com escala crítica e em áreas com potencial de inovação e transferência de conhecimento para a economia, potenciando a capacidade de inovação e produtividade do sistema económico da região e do país no médio e longo prazos, a aferir pelo aumento do número de publicações científicas indexadas por fator de impacto em domínios enquadráveis na estratégia de especialização inteligente da região. Espera-se igualmente aumentar o nível de internacionalização do sistema regional de I&I, nomeadamente via inserção em programas europeus de I&D e em redes internacionais de conhecimento, a aferir pelo aumento do número de participações portuguesas no Horizonte 2020.</p>

Quadro 3. Indicadores de Resultados Específicos do Programa

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de reporte
	Nº de publicações científicas indexadas, ponderado por fator de impacto (em domínios científicos enquadráveis na estratégia de especialização inteligente)	Nº	Mais desenvolvida				DGEEC (BD Thompson – Reuters)	Anual
	- Participações no Programa Quadro de I&D da EU, em volume de financiamento (não envolve a participação de empresas)	Nº	Mais desenvolvida				GPPQ/FCT	Anual

ID	2
Objetivo Específico	<i>Reforçar a inserção das infraestruturas do SCT nas redes internacionais de I&D</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>Existe uma significativa concentração de infraestruturas e recursos científicos na Região que possuem uma importância estratégica quer para a Região quer para o País. Estas infraestruturas são indutoras da captação de profissionais de qualificação e competência superiores e da atração de estudantes e investigadores.</p> <p>Regista-se uma significativa fragmentação destas infraestruturas que lhes retira o efeito de escala e a capacidade de afirmação internacional.</p> <p>Há uma necessidade de reorganizar e consolidar as infraestruturas de I&D&I, promovendo a sua qualificação e a escala de atividades fundamental para a sua internacionalização. Esta reorganização terá por base o roteiro de infraestruturas estratégicas nacional de I&D&I, complementado pelo apoio a instituições do SCT com relevância para a estratégia de especialização inteligente da região, que se pretendam capacitar e modernizar.</p> <p>Neste domínio as ações a desenvolver procurarão assegurar a capacitação técnico-científica de infraestruturas de investigação de alto impacto selecionadas para inclusão no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Interesse Estratégico, incluindo a sua integração em redes europeias de I&D (e.g. ESFRI), permitindo que as mesmas constituam um pilar estratégico no desenvolvimento de investigação de excelência a nível nacional e internacional. Numa lógica de otimização e racionalização de recursos, procura ainda assegurar-se a prestação de serviços de qualidade e relevância à comunidade científica, educacional e empresarial, tendo em vista o reforço do seu papel na concretização das estratégias de desenvolvimento regional e nacional, permitindo obter um sistema regional e nacional de I&D e de inovação mais integrado e com maior capacidade, com impacte na competitividade regional e nacional.</p>

Quadro 3. Indicadores de Resultados Específicos do Programa

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de reporte
	Percentagem dos fundos estrangeiros no financiamento das atividades de I&D	%	Mais desenvolvida				EUROSTAT	Anual

ID	3
Objetivo Específico	<i>Reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial, promovendo maior eficácia no Sistema de Inovação Regional e a criação de valor económico</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>A inovação materializa um veículo importante de articulação entre o SCT e as atividades económicas com potencial de geração de valor e de transformação estrutural da economia. A este nível, registam-se progressos na Região nos processos de transferência de tecnologia entre o SCT e o tecido empresarial. No entanto, ainda existem níveis insuficientes de colaboração.</p> <p>Importa priorizar a valorização dos resultados da I&D nas instituições de C&T, o reforço da inovação nas empresas e a criação de plataformas modernas de convergência e colaboração permanente entre agentes do SCT e das empresas para promover a mobilização do conhecimento e da criatividade, no sentido de dar uma melhor resposta às necessidades identificadas nos mercados.</p> <p>Para tal, importa estruturar as organizações vocacionadas para a transferência de tecnologia, para a promoção do empreendedorismo tecnológico e para a prestação de serviços tecnológicos às empresas, promovendo o reforço da inovação em particular nos domínios de especialização inteligente da Região de Lisboa. A criação e dinamização de núcleos de investigação e inovação nas empresas pode contribuir fortemente para a concretização deste objetivo específico.</p> <p>Neste domínio os principais resultados a obter das ações desenvolvidas com o apoio da união estarão associados à criação de novos canais de transferência e difusão de conhecimento para o tecido económico, tanto por via da criação e reforço de plataformas de divulgação e transferência de conhecimento para a comunidade empresarial, como pela promoção do empreendedorismo altamente qualificado, nomeadamente, de jovens envolvidos em projetos de investigação com potencial de valorização económica, bem como do incremento do número de patentes e de empresas registadas, a aferir pelo aumento das proporção das receitas próprias das unidades de I&D, enquanto indicador do reforço da prestação de serviços destas entidades a empresas e de processos de patenteamento/licenciamento.</p>

Quadro 3. Indicadores de Resultados Específicos do Programa

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de reporte
	Percentagem das receitas próprias no financiamento	%	Mais desenvolvida				SI ou GPPQ/FCT	Bienal

2.A.6. Ações a apoiar no âmbito da Prioridade de investimento 1.1

2.A.6.1 Descrição do tipo e exemplos de ações a apoiar e do seu contributo esperado para os objetivos específicos correspondentes, incluindo, se for caso disso, a identificação dos principais grupos-alvo, territórios-alvo em especial e tipos de beneficiários

Prioridade de Investimento 1. 1	<i>Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu</i>
<p>Ações que visem aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio a projetos de I&D do SCTN, preferencialmente em domínios e prioridades de especialização inteligente ou de desafios societais particularmente incidentes na região (incluindo projetos multidisciplinares em co-promoção com empresas); • Apoio à participação em programas europeus de I&D, incluindo capacitação, administrativa e técnico-científica, à preparação de projetos, participação e divulgação e disseminação de resultados de I&D. <p>Ações que visem reforçar as infraestruturas regionais de I&D&I, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consolidação e promoção de centros de competência de investigação científica de interesse estratégico. • Reorganização e consolidação das infraestruturas de I&D&I (incluindo a melhoria de indicadores de rentabilidade e competitividade), em particular nas áreas de especialização inteligente regional; • Atividades de interação e de transferência de conhecimento; inserção em redes internacionais e nacionais de clusterização e de excelência científica e tecnológica, etc.; <p>Ações que visem reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio a atividades de disseminação e difusão de novos conhecimentos e tecnologias gerados nos projetos de I&D; • Apoio a ações de valorização económica dos resultados da investigação, nomeadamente: patenteamento e licenciamento de propriedade industrial; • Apoio a projetos “semente” promovidos por investigadores e/ou equipas de investigação. <p>Território Alvo Específico: Globalidade da NUTS II Lisboa</p> <p>Tipologia de Beneficiário: Entidades do SCT, Entidades privadas sem fins lucrativos, Associações Empresariais, Não PME, Empresa de média dimensão, Pequena empresa, Microempresa.</p>	

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção das operações

Prioridade de Investimento 1.1	Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu
<p>As operações deverão evidenciar coerência com a estratégia subjacente ao PO e enquadrar-se no Eixo Prioritário e Prioridade de Investimento, bem como na tipologia de ações previstas e demonstrar o contributo para os respetivos objetivos e metas.</p> <p>Como princípio geral, as operações a apoiar no âmbito do presente Eixo Prioritário respeitarão a legislação comunitária e nacional conexas com as disposições gerais da regulamentação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, respeitarão igualmente a regulamentação do Fundo que financia este Eixo Prioritário e, ainda, a regulamentação específica que vier a ser definida.</p> <p>A seleção de operações respeitará os princípios da não discriminação e da transparência, bem como os princípios da racionalidade económica alargando-se o âmbito de exigência da análise custo-benefício na instrução de candidaturas, sempre que se justifique, devendo as operações demonstrar sustentabilidade adequada à sua tipologia.</p> <p>Para potenciar os resultados, as operações serão sujeitas a processos competitivos de candidatura, privilegiando-se a modalidade do concurso.</p>	

2.A.6.3. Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Prioridade de Investimento 1.1	Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu

2.A.6.4 Utilização prevista dos Grandes projetos

Prioridade de Investimento 1.1	Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu
Não foram identificadas ações que configurem grandes projetos	

2.A.6.5 Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5. Indicadores de realização comuns e específicos de resultados

ID	Indicador (nome do indicador)	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T		
	Número de novos investigadores em instituições apoiadas	N.º	FEDER	Mais Desenvolvida				Sistema de Informação do PO	Anual
	Número de investigadores inseridos em projetos apoiados com publicações indexadas nos últimos 5 anos	N.º	FEDER	Mais Desenvolvida				Sistema de Informação do PO	Anual
	Número de investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação apoiadas	N.º	FEDER	Mais Desenvolvida				Sistema de Informação do PO	Anual
	Número de empresas em cooperação com instituições de investigação	N.º	FEDER	Mais Desenvolvida				Sistema de Informação do PO	Anual
	Número de projetos de transferência e utilização de conhecimento	N.º	FEDER	Mais Desenvolvida				Sistema de Informação do PO	Anual

2.A.4. Prioridade de Investimento 1.2

Prioridade de Investimento 1.2	Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação; o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, ecoinovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, <i>clusters</i> e inovação aberta através de especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral
--------------------------------	---

2.A.5. Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e aos resultados esperados

ID	1
Objetivo Específico	<i>Aumentar o investimento empresarial em I&D&I, reforçando a ligação das empresas às entidades do SCT e promovendo o aumento das atividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de valor baseado na inovação</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>O reforço da I&DT empresarial e a articulação entre empresas e centros de saber é um objetivo fundamental das intervenções visando a competitividade da economia portuguesa por via da promoção da economia baseada no conhecimento.</p> <p>Com este fim importa incentivar as empresas a desenvolverem individualmente ou integrarem consórcios de investigação e reforçar os mecanismos de mobilização, demonstração, disseminação e transferência de tecnologia.</p> <p>O apoio à constituição de núcleos de investigação e desenvolvimento é outro dos veículos para a promoção deste objetivo em paralelo com a dinamização da procura de serviços tecnológicos por parte das empresas.</p> <p>As atividades de demonstração do potencial económico dos resultados da I&DT são igualmente instrumentos relevantes para este fim.</p> <p>Assim, globalmente, os apoios da União visarão aumentar o investimento empresarial em atividades de I&D e a criação de novos conhecimentos que promovam a competitividade da Região, em especial em setores de maior intensidade tecnológica ou de conhecimento, bem como aumentar a cooperação empresarial e a articulação entre empresas e centros de I&D, acelerando a difusão, transferência e utilização de tecnologias, conhecimentos e resultados de I&D no tecido empresarial, a aferir pelo aumento da proporção da despesa das empresas em I&D em relação ao VAB.</p>

Quadro 3. Indicadores de Resultados Específicos do Programa por Objetivo Específico

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de reporte
	Percentagem das despesas das empresas em I&D em relação ao volume de VAB, por dimensão de empresa	%	Mais desenvolvida				INE, Sistema de contas integradas das empresas	Anual

ID	2
Objetivo Específico	<i>Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação que visem a inovação e a internacionalização de empresas e cadeias de valor, (clusterização), privilegiando o alinhamento com a estratégia de</i>

	especialização inteligente da região
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>A operacionalização de lógicas coletivas, visando o reforço da inovação e da internacionalização, seja sob a forma de redes seja de outras formas de parceria e cooperação que envolvam empresas, entidades prestadoras de serviços avançados de suporte e entidades do SCT, constitui um mecanismo eficiente de entrosamento das empresas com as infraestruturas de suporte à competitividade empresarial.</p> <p>Este mecanismo colmata as falhas em recursos, particularmente das PME, criando um mercado de serviços técnicos, tecnológicos e de formação para as entidades prestadoras de serviços avançados à competitividade e para as entidades do SCT e promove, de forma mais efetiva, projetos de valorização económica de I&D e de transferência de tecnologia.</p> <p>Os apoios da União procurarão assim contribuir para reforçar as estratégias de <i>clusterização</i>, nomeadamente no quadro das prioridades definidas na Estratégia de Especialização Inteligente da Região, e reforçar a capacidade colaborativa, através do desenvolvimento de redes e de outras formas de parceria e de cooperação, a aferir pelo aumento da proporção de empresas que cooperam entre si ou com outras instituições no âmbito das atividades de inovação.</p>

Quadro 3. Indicadores de Resultados Específicos do Programa por Objetivo Específico

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de reporte
	Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, M e Q) com cooperação para a inovação	%	Mais desenvolvida				Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (MEC), Inquérito Comunitário à inovação (CIS)	Bienal

ID	3
Objetivo Específico	<i>Aumentar o investimento empresarial em atividades inovadoras, promovendo o aumento da produção transacionável e internacionalizável e a progressão na cadeia de valor</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>O incremento qualitativo que se pretende para a economia da região exige projetos de investimento empresarial de natureza inovadora, incluindo investimento de natureza estruturante ou de interesse estratégico com claro efeito de arrastamento e envolvimento das PME e do tecido económico regional ou nacional.</p> <p>O foco estará em projetos no setor transacionável, produção de bens e serviços diferenciadores e de qualidade e com elevado nível de incorporação nacional,</p>

	<p>criando oportunidades de internacionalização ou reforçando a presença nos mercados internacionais. Setores intensivos em tecnologias, com maior valor acrescentado nacional nas exportações e, eventualmente, atividades com algum caráter estratégico e emergente ou onde o grau de penetração das importações seja significativo, merecerão atenção.</p> <p>Os apoios da União visarão assim contribuir para aumentar a inovação no tecido empresarial e a intensidade exportadora da economia da região, através da aposta na produção internacionalizável e aumentar o investimento em setores com potencial de crescimento, designadamente tendo em conta as prioridades definidas no âmbito da estratégia de especialização inteligente da região, a aferir pelo aumento da proporção de empresas com atividades de inovação.</p>
--	--

Quadro 3. Indicadores de Resultados Específicos do Programa por Objetivo Específico

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de reporte
	Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, M e Q) com atividades de Inovação (Não PME)	%	Mais desenvolvida				Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (MEC), Inquérito Comunitário à inovação (CIS)	Bienal

2.A.6. Ações a apoiar no âmbito da Prioridade de investimento 1.2

2.A.6.1 Descrição do tipo e exemplos de ações a apoiar e do seu contributo esperado para os objetivos específicos correspondentes, incluindo, se for caso disso, a identificação dos principais grupos-alvo, territórios-alvo em especial e tipos de beneficiários

Prioridade de Investimento 1.2	<p>Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação; o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, ecoinovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, <i>clusters</i> e inovação aberta através de especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral</p>
<p>Ações que visem aumentar o investimento empresarial em I&D&I, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> Apoio a projetos de I&DT por parte de empresas, de forma individual ou com envolvimento de outras entidades do sistema nacional de I&D&I, visando o reforço da produtividade, competitividade e 	

inserção das empresas no mercado global através da realização de atividades de investigação industrial e desenvolvimento pré-concorrencial;

- Apoio à criação e dinamização de núcleos de investigação e inovação nas empresas (criação e reforço das competências internas das empresas em matéria de produção de conhecimento com potencial efeito na competitividade e inovação empresarial);
- Apoio à participação de empresas em programas europeus de I&DT e estímulo à clusterização;
- Apoio a atividades de demonstração do potencial económico dos resultados da I&DT (divulgação de resultados e boas práticas em termos de I&D&I empresarial, propriedade industrial, ações de validação pré-comercial de novos produtos ou processos, etc.);

Ações que visem reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação que visem o reforço da inovação e da internacionalização de empresas e cadeias de valor, nomeadamente:

- Apoio a ações coletivas de promoção da participação de empresas da região em programas de cooperação;
- Apoio à coordenação e gestão de parceria de estratégias de eficiência coletiva (ações de clusterização, ações visando a eficiência coletiva e o aumento de escala das empresas, ações de disseminação de conhecimento e transferência de tecnologia (modernização, inovação e internacionalização), atividades de colaboração internacional com outros Clusters e inserção em plataformas internacionais de conhecimento e inovação);
- Apoio à emergência de redes de colaboração regionais e de reforço dos sistemas regionais de inovação;
- Apoio à difusão das inovações no tecido económico;

Ações que visem aumentar o investimento empresarial em atividades inovadoras promovidas por não PME, nomeadamente:

- Apoio a projetos de investimento de natureza inovadora e qualificada, que se traduza na produção de bens e serviços diferenciadores e de qualidade e com elevado nível de incorporação nacional, criando oportunidades de internacionalização ou reforçando a presença nos mercados internacionais;
- Apoio a projetos de investimento de natureza estruturante e de maior dimensão e com mobilidade internacional ou de interesse estratégico, com claro efeito de arrastamento e envolvimento das PME e do tecido económico nacional e impactes ao nível do emprego qualificado.

Território Alvo Específico: Globalidade da NUTS II Lisboa

Tipologia de Beneficiário: Entidades do SCT, Entidades privadas sem fins lucrativos, Associações Empresariais, Não PME, Empresa de média dimensão, Pequena empresa, Microempresa, Instituição Financeira de Desenvolvimento, Fundos de Fundos públicos, Fundos públicos de garantias, Fundos de capital de risco, Sociedades gestoras de *Business Angels*.

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção das operações

Prioridade de Investimento 1.2	Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação; o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento
--------------------------------	--

	<p>de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, ecoinovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, <i>clusters</i> e inovação aberta através de especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral</p>
<p>As operações deverão evidenciar coerência com a estratégia subjacente ao PO e enquadrar-se no Eixo Prioritário e Prioridade de Investimento, bem como na tipologia de ações previstas e demonstrar o contributo para os respetivos objetivos e metas.</p> <p>Como princípio geral, as operações a apoiar no âmbito do presente Eixo Prioritário respeitarão a legislação comunitária e nacional conexa com as disposições gerais da regulamentação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, respeitarão igualmente a regulamentação do Fundo que financia este Eixo Prioritário e, ainda, a regulamentação específica que vier a ser definida.</p> <p>A seleção de operações respeitará os princípios da não discriminação e da transparência, bem como os princípios da racionalidade económica alargando-se o âmbito de exigência da análise custo-benefício na instrução de candidaturas, sempre que se justifique, devendo as operações demonstrar sustentabilidade adequada à sua tipologia.</p> <p>Para potenciar os resultados, as operações serão sujeitas a processos competitivos de candidatura, privilegiando-se a modalidade do concurso.</p>	

2.A.6.3.Utilização prevista dos instrumentos financeiros

<p>Prioridade de Investimento 1.2</p>	<p>Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação; o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, ecoinovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, <i>clusters</i> e inovação aberta através de especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral</p>
<p>Pondera-se nesta Prioridade de Investimento, a utilização de instrumentos de financiamento das PME e da inovação numa perspetiva integrada das componentes de capital e dívida (mezzanine funding), no sentido de não só apoiar o efeito de spin-off dos grandes centros do SCTN localizados na região como também capacitar financeiramente as PME que em parceria com entidades do SCTN estejam envolvidas no desenvolvimento de projetos de I&D&I relevantes e com forte poder de transferência e difusão de tecnologia. Pretende-se disponibilizar as estas entidades apoios financeiros complementares ao subsídio não reembolsável, promovendo outras oportunidades adicionais de financiamento em projetos de risco elevado, que pretendam expandir a sua atividade através da participação em parcerias ou em redes internacionais, nomeadamente as de interesse europeu, como por exemplo as que são elegíveis ao Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação – Horizonte 2020 ou outras, promovendo-se assim não só a alavancagem de recursos financeiros públicos através de recursos financeiros privados, inerente à utilização de instrumentos de engenharia financeira, como também promovendo-se se possível</p>	

o efeito de alavancagem entre os Fundos Estruturais e outros Fundos Comunitários, vocacionados para a promoção da investigação.

2.A.6.4 Utilização prevista dos Grandes projetos

Prioridade de Investimento 1.2	Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação; o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, ecoinovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, <i>clusters</i> e inovação aberta através de especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral
Não foram identificadas ações que configurem grandes projetos	

2.A.6.5 Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5. Indicadores de realização comuns e específicos de resultados

ID	Indicador (nome do indicador)	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T		
	Número de empresas que cooperam com instituições de investigação	N.º	FEDER	Mais Desenvolvida				Sistema de Informação do PO	Anual
	Número de empresas que beneficiam de apoio na prioridade de investimento	N.º	FEDER	Mais Desenvolvida				Sistema de Informação do PO	Anual
	Número de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado	N.º	FEDER	Mais Desenvolvida				Sistema de Informação do PO	Anual

2.A.7 Inovação Social, cooperação transnacional e contributo para os objetivos temáticos 1-7

Eixo Prioritário 1	Reforçar a Investigação, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação
--------------------	---

O principal objetivo da cooperação transnacional entre os Estados-Membros, no âmbito do FSE, é contribuir para a qualidade e a eficácia da política de emprego e para a implementação de reformas. Tal objetivo consegue-se, no âmbito da cooperação, com a promoção da troca e partilha de informações e de boas práticas, implicando trabalho conjunto para alcançar soluções comuns, através da aprendizagem mútua entre as Administrações, os parceiros sociais, as ONG e outras instituições no domínio do emprego, da inclusão social e da formação.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, como entidade responsável, quer pela preparação das estratégias, quer pela participação regional nos programas de Cooperação Territorial Europeia (CTE) para os quais é elegível, assegura a coerência programática da intervenção da região de Lisboa nos diferentes espaços de cooperação transnacional e inter-regional, bem como a articulação e a complementaridade entre as prioridades a desenvolver no programa operacional regional de Lisboa as componentes regionais nos programas do Objetivo Cooperação Territorial Europeia. Esta coordenação é ainda reforçada pela responsabilidade de gestão do PO Regional 2014-2020.

De entre as prioridades que Portugal elegeu no âmbito da CTE, destacam-se:

Valorização do conhecimento e da inovação no quadro da Estratégia Europa 2020, tendo em conta o sistema científico e tecnológico nacional e a sua capacidade de integração em redes de conhecimento;

- Melhoria da competitividade das PME;
- Adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos;
- Proteção do meio ambiente e eficiência de recursos;
- Emprego e mobilidade laboral.

Tendo em vista a coordenação e a melhor utilização dos fundos provenientes dos dois grandes objetivos da política de coesão, no âmbito das prioridades referidas será dada particular atenção às seguintes vertentes:

- intercâmbio de informação e de investigação, troca de experiências, disseminação de boas práticas, transferência de “know-how” e partilha de ferramentas em projetos inovadores;
- participação em “clusters”, redes, projetos-piloto e preparação de estratégias de intervenção conjuntas;
- colaboração em ações inter-regionais que permitam o reforço da capacitação institucional para a preparação e gestão de projetos e intervenções comuns;
- participação em ações e projetos transfronteiriços de desenvolvimento socioeconómico e de valorização dos recursos endógenos.

Pretende-se centrar os programas de CTE em intervenções que potenciem as prioridades de investimento definidas no PO, através de ações promovidas em parcerias alicerçadas na cooperação entre os agentes regionais e locais, definidas em função dos respetivos espaços geográficos – estas intervenções deverão ser focalizadas em torno de objetivos específicos, sendo selecionados preferencialmente projetos demonstradores, com produtos e resultados tangíveis e transferíveis, sem deixar de capitalizar os resultados obtidos em períodos anteriores e que possam constituir ponto de partida de novos projetos.

No que se refere ao contributo do FSE para Objetivo Temático 1 – Reforçar a Investigação, o

Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação, a cujos objetivos este Eixo Prioritário (EP) visa responder, será de relevar algumas das ações previstas no EP8 e EP10, designadamente os apoios à integração de doutorados nas empresas e a programas de mobilidade de doutorados entre empresas e outras entidades do SCT, no EP8, e programas e bolsas de doutoramento no EP10.

Versão de trabalho

2.A.8 Quadro de desempenho

Quadro 6. Quadro de Desempenho do Eixo Prioritário 1

Eixo Prioritário	Indicador Tipo	ID	Indicador ou fase fundamental da execução	Unidade de medida, se for pertinente	Fundo	Categoria de região	Metas para 2018			Objetivo final (2023)			Fonte dos dados	Explicação da relevância do indicador, se necessário
							H	M	T	H	M	T		

Informação qualitativa adicional sobre a criação do quadro de desempenho (facultativo)

2.A.9 Tipo de intervenção

Quadro 8: Dimensão 2 Forma de financiamento

Fundo	FEDER	
Categoria de região	Mais Desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
1		

Quadro 9: Dimensão 3 Tipo de território

Fundo		
Categoria de região		
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR

Quadro 10: Dimensão 4 Mecanismos de execução territorial

Fundo		
Categoria de região		
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR

Quadro 11: Dimensão 6 Tema secundário do FSE (apenas FSE)

Fundo		
Categoria de região		
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR

2.A.10 Resumo da utilização prevista de assistência técnica, incluindo, se necessário, ações para reforçar a capacidade administrativa das autoridades envolvidas na gestão e controlo dos programas e beneficiários

Eixo Prioritário 1	Reforçar a Investigação, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação
<p>No âmbito do modelo de gestão, acompanhamento e controlo do PO, pode revelar-se necessário reforçar a capacidade administrativa dos agentes envolvidos, recorrendo-se para o efeito ou ao quadro de operações de Assistência Técnica do período de programação 2007-2013 ou aos apoios estabelecidos para o período de programação 2014-2020.</p>	

2.A.1 Eixo Prioritário 3

ID do Eixo Prioritário	3
Designação do Eixo Prioritário	Reforçar a Competitividade das PME

<input type="checkbox"/> Todo o eixo prioritário será executado exclusivamente através de instrumentos financeiros	
<input type="checkbox"/> Todo o eixo prioritário será executado exclusivamente através de instrumentos financeiros instituídos ao nível da União	
<input type="checkbox"/> Todo o eixo prioritário será executado através do desenvolvimento promovido pelas comunidades locais	
<input type="checkbox"/> Para o FSE: Todo o eixo prioritário é dedicado à inovação social ou à cooperação transnacional, ou ambas	

2.A.2 Justificação para o estabelecimento de um eixo prioritário abrangendo mais do que um categoria de região, ou mais do que um objetivo temático ou mais do que um fundo

<i>Não aplicável</i>

2.A.3 Fundo, categoria de região e base de cálculo para o apoio da União

Fundo	
Categoria de região	
Base de Cálculo (despesa elegível total ou despesa elegível pública)	

2.A.4. Prioridade de Investimento 3.1

Prioridade de Investimento 3.1	Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas
--------------------------------	---

2.A.5. Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e aos resultados esperados

ID	1
Objetivo Específico	<i>Promover o empreendedorismo qualificado e criativo</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>A Região apresenta um elevado nível de empreendedorismo, traduzido num significativo volume de empresas criadas, no entanto apresenta uma fraca taxa de sobrevivência dessas iniciativas empresariais. A rede de unidades de incubação apresenta-se dispersa, sem articulação e sem massa crítica. É necessária uma maior seletividade nos apoios à incubação, designadamente do empreendedorismo de base tecnológica, promovendo apoios indexados a resultados.</p> <p>Perante este diagnóstico, importa melhorar as capacidades de gestão e organização empresarial, melhorando o quadro de apoio técnico e financeiro de estímulo às iniciativas inovadoras, o quadro de apoio financeiro à emergência de negócios em domínios criativos e inovadores e o quadro de apoio aos primeiros anos de vida das empresas intensivas em conhecimento e tecnologia, assegurando uma melhoria da sobrevivência das iniciativas.</p> <p>Sendo o empreendedorismo o meio privilegiado de introdução de inovações significativas na economia e de instigar processos de reestruturação dos mercados, assume uma particular importância na geração de crescimento económico e emprego, ao potenciar o aproveitamento económico de oportunidades de negócio.</p> <p>Assim, as ações a desenvolver no quadro desta prioridade de investimento pretendem melhorar o desempenho da região em termos de empreendedorismo, seja por via do reforço e qualificação das iniciativas seja pelo aumento da sua sobrevivência.</p> <p>Para tal, serão privilegiados quer o apoio aos nascimentos quer o apoio às iniciativas nos seus primeiros anos de vida, com programas de capacitação dos empreendedores e de qualificação da rede de unidades de incubação que atualmente se encontram dispersas, sem articulação e sem massa crítica, para que os apoios que estas prestam, nomeadamente serviços de aconselhamento empresarial, sejam mais eficazes e contribuam para a maior sobrevivência e maior crescimento. Para além do reforço do</p>

	<p>empreendedorismo endógeno será também estimulada a atração de talentos.</p> <p>Espera-se como resultado das ações a desenvolver estimular o espírito empresarial e a criação de empresas, nomeadamente em domínios de especialização inteligente, incluindo o setor criativo, a aferir através do aumento da proporção dos nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia e serviços intensivos em conhecimento.</p>
--	---

Quadro 3. Indicadores de Resultados Específicos do Programa por Objetivo Específico

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de reporte
	Proporção do nascimento de empresas em sectores de alta a média alta tecnologia e serviços intensivos em conhecimento	%	Mais desenvolvida				INE, sistema de Contas Integradas das Empresas	Anual

2.A.6. Ações a apoiar no âmbito da Prioridade de investimento 3.1

2.A.6.1 Descrição do tipo e exemplos de ações a apoiar e do seu contributo esperado para os objetivos específicos correspondentes, incluindo, se for caso disso, a identificação dos principais grupos-alvo, territórios-alvo em especial e tipos de beneficiários

Prioridade de Investimento 3.1	Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas
<p>Ações que visem a promoção do empreendedorismo qualificado e criativo, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deteção, estímulo e apoio à concretização de novas empresas e novos negócios; • Ações coletivas de estímulo ao espírito empresarial e à criação de empresas; • Apoio à capacitação e dinamização das infraestruturas de incubação; • Apoio direto aos empreendedores/ empresas nascentes em domínios de especialização inteligente, incluindo no setor criativo, e contemplando a atração de talentos; • Apoio à criação de serviços avançados de aconselhamento empresarial bem como à criação de plataformas de serviços de apoio aos negócios criativos que ajudem a estabelecer redes de parceria. <p>Território Alvo Específico: Globalidade da NUTS II Lisboa</p> <p>Tipologia de Beneficiário: Empresa de média dimensão, Pequena empresa, Microempresa, Entidades privadas sem fins lucrativos, Associações Empresariais, Entidades do SCT, Fundos de Fundos públicos,</p>	

Fundos públicos de garantias, Fundos de capital de risco, Sociedades gestoras de *Business Angels*.

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção das operações

Prioridade de Investimento 3.1	Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas
<p>As operações deverão evidenciar coerência com a estratégia subjacente ao PO e enquadrar-se no Eixo Prioritário e Prioridade de Investimento, bem como na tipologia de ações previstas e demonstrar o contributo para os respetivos objetivos e metas.</p> <p>Como princípio geral, as operações a apoiar no âmbito do presente Eixo Prioritário respeitarão a legislação comunitária e nacional conexas com as disposições gerais da regulamentação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, respeitarão igualmente a regulamentação do Fundo que financia este Eixo Prioritário e, ainda, a regulamentação específica que vier a ser definida.</p> <p>A seleção de operações respeitará os princípios da não discriminação e da transparência, bem como os princípios da racionalidade económica alargando-se o âmbito de exigência da análise custo-benefício na instrução de candidaturas, sempre que se justifique, devendo as operações demonstrar sustentabilidade adequada à sua tipologia.</p> <p>Para potenciar os resultados, as operações serão sujeitas a processos competitivos de candidatura, privilegiando-se a modalidade do concurso.</p>	

2.A.6.3.Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Prioridade de Investimento 3.1	Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas
<p>Pondera-se nesta Prioridade de Investimento a aplicação de um conjunto alargado de instrumentos de engenharia financeira, muito vocacionados para a promoção do empreendedorismo, o apoio a capital semente e <i>early-stage</i> direcionados essencialmente para projetos inovadores, bem como a facilitação de acesso a fontes de financiamento de capital alheio não cobertas pelo mercado. De entre os instrumentos possíveis de aplicação, destacam-se as seguintes tipologias de formas de financiamento: (i) Fundos de empréstimos com vista a facilitar o acesso ao financiamento por parte das PME; (ii) Fundos de garantia para PME, dirigidos a empresas e projetos que, pelo seu risco ou cariz inovador, apresentem maiores dificuldades na obtenção de financiamento bancário; (iii) Instrumentos de capital de risco para PME e empresas emergentes, privilegiando as fases iniciais do seu ciclo de vida e o investimento em projetos inovadores; e (iv) Instrumentos de financiamento das PME e da inovação numa perspetiva integrada das componentes de capital e dívida (<i>mezzanine funding</i>).</p>	

2.A.6.4 Utilização prevista dos Grandes projetos

Prioridade de Investimento 3.1	Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas
---------------------------------------	---

	empresas, designadamente através de viveiros de empresas
Não foram identificadas ações que configurem grandes projetos	

2.A.6.5 Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5. Indicadores de Realização comuns e específicos de resultados

ID	Indicador (nome do indicador)	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de reporte
	Nº de novas empresas apoiadas	N.º	FEDER	Mais Desenvolvida	300	Sistema de Informação do PO	Anual

2.A.4. Prioridade de Investimento 3.2

Prioridade de Investimento 3.2	Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à sua internacionalização
---------------------------------------	---

2.A.5. Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e aos resultados esperados

ID	1
Objetivo Específico	<i>Reforçar a capacitação empresarial para a internacionalização, promovendo o aumento das exportações e a visibilidade internacional de Portugal</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>Nas últimas décadas, os produtos de especialização da região enfrentaram uma procura internacional pouco dinâmica, bem como um aumento das pressões concorrenciais, não se verificando um aumento substancial do peso nas exportações de bens e serviços com maior intensidade de tecnologia e conhecimento. Globalmente, o valor das exportações em percentagem do PIB manteve-se praticamente inalterado desde meados da década de noventa (sendo significativamente inferior ao de economias comparáveis), verificando-se também uma perda de quotas de mercado mundiais e nos principais destinos de exportação. Somente o caso do turismo surge como um setor económico de especialização consolidado e internacionalizado, respondendo às procuras mais atuais, importando reforçar o posicionamento competitivo da região, nomeadamente através da aposta na vocação marítima e cosmopolita.</p> <p>Por outro lado, as PME da região apresentam ainda uma elevada orientação para o mercado interno e para a produção não transacionável. Adicionalmente, a deficiente capacidade financeira das PME constitui uma limitação à internacionalização e à sua penetração em mercados externos. Também a deficiente capacidade técnica e de gestão ao nível da organização, inovação e marketing internacional constituem estrangulamentos a uma maior presença</p>

	<p>internacional.</p> <p>Importa assim desenvolver ações focadas no setor transacionável, visando promover uma maior presença internacional das PME e a capacidade de concorrer no mercado interno com as produções oriundas doutros países.</p> <p>As ações a desenvolver no quadro desta prioridade de investimento e visando o objetivo específico de promover o aumento das exportações e a visibilidade internacional de Portugal privilegiarão, complementariamente às ações desenvolvidas no quadro de outras linhas estratégicas com foco na inovação e na melhoria dos processos, intervenções que promovam modelos de negócio orientados para os mercados internacionais, as ações de promoção e marketing e as ações que visem o acesso aos mercados, nomeadamente através da presença efetiva na economia digital, privilegiando mercados / segmentos não tradicionais.</p> <p>Para atingir este objetivo deverão ser contempladas quer ações de apoio a estratégias individuais de aprofundamento da presença externa, quer ações coletivas, mecanismo frequentemente mais eficaz e eficiente para apoiar os primeiros estádios de internacionalização.</p> <p>Espera-se como resultado das ações a desenvolver com apoio da União o reforço da capacidade exportadora de PME portuguesas, a aferir pelo aumento da intensidade exportadora das PME (proporção do valor das exportações no VAB).</p>
--	---

Quadro 3. Indicadores de Resultados Específicos do Programa por Objetivo Específico

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de reporte
	Valor de exportações/ VVN nas PME	%	Mais desenvolvida				SI POR	Anual

2.A.6. Ações a apoiar no âmbito da Prioridade de investimento 3.2

2.A.6.1 Descrição do tipo e exemplos de ações a apoiar e do seu contributo esperado para os objetivos específicos correspondentes, incluindo, se for caso disso, a identificação dos principais grupos-alvo, territórios-alvo em especial e tipos de beneficiários

Prioridade de Investimento 3.2	Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à sua internacionalização
<p>Ações que visem reforçar a capacitação empresarial para a internacionalização, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> Apoio a ações coletivas ou projetos individuais que promovam a presença internacional das PME (promoção de modelos de negócio orientados para os mercados internacionais, como ações de promoção e marketing internacional e ações que visem o acesso a novos mercados, incluindo a utilização de canais digitais); 	

- Apoio à participação das empresas em redes internacionais, em processos colaborativos de internacionalização, de partilha de conhecimento e ao desenvolvimento e promoção internacional;
- Apoio a ações de conhecimento e prospeção com vista ao conhecimento efetivo dos mercados, externos visando as especificidades concretas da oferta da empresa;
- Apoio à realização de projetos que visem a cooperação interempresarial, ou a aplicação de novos modelos de negócio, com vista ao aumento de dimensão e/ou do valor acrescentado dentro da fileira e a sua maior capacitação para a internacionalização;
- Apoio a projetos que visem reforçar a capacidade de acolhimento de grandes eventos internacionais.

Território Alvo Específico: Globalidade da NUTS II Lisboa

Tipologia de Beneficiário: Empresa de média dimensão, Pequena empresa, Microempresa, Associações Empresariais, Entidades do SCT, Empresas públicas, Outras entidades públicas.

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção das operações

Prioridade de Investimento 3.2	Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à sua internacionalização
<p>As operações deverão evidenciar coerência com a estratégia subjacente ao PO e enquadrar-se no Eixo Prioritário e Prioridade de Investimento, bem como na tipologia de ações previstas e demonstrar o contributo para os respetivos objetivos e metas.</p> <p>Como princípio geral, as operações a apoiar no âmbito do presente Eixo Prioritário respeitarão a legislação comunitária e nacional conexas com as disposições gerais da regulamentação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, respeitarão igualmente a regulamentação do Fundo que financia este Eixo Prioritário e, ainda, a regulamentação específica que vier a ser definida.</p> <p>A seleção de operações respeitará os princípios da não discriminação e da transparência, bem como os princípios da racionalidade económica alargando-se o âmbito de exigência da análise custo-benefício na instrução de candidaturas, sempre que se justifique, devendo as operações demonstrar sustentabilidade adequada à sua tipologia.</p> <p>Para potenciar os resultados, as operações serão sujeitas a processos competitivos de candidatura, privilegiando-se a modalidade do concurso.</p>	

2.A.6.3. Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Prioridade de Investimento 3.2	Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à sua internacionalização

2.A.6.4 Utilização prevista dos Grandes projetos

Prioridade de Investimento 3.2	Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à sua internacionalização
Não foram identificadas ações que configurem grandes projetos	

2.A.6.5 Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5. Indicadores de Realização comuns e específicos de resultados

ID	Indicador (nome do indicador)	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de reporte
	Nº de empresas que beneficiam de apoio na prioridade de investimento	N.º	FEDER	Mais Desenvolvida	150	SI POR	Anual

2.A.4. Prioridade de Investimento 3.3

Prioridade de Investimento 3.3	Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços
--------------------------------	--

2.A.5. Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e aos resultados esperados

ID	1
Objetivo Específico	<i>Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de produtos e serviços</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>A região é especializada, ou tem capacidade de o ser, num conjunto de setores com elevado potencial de crescimento e relevantes à escala internacional, nomeadamente na área da sustentabilidade e dos serviços às empresas e às pessoas. Neste quadro, importa consolidar cachos de atividade emergentes e/ou consolidados nos setores de média e média alta tecnologia ou serviços intensivos em conhecimento, em setores em que a região tem especialidade produtiva, em que possui competências no SCT ou em setores de forte potencial no panorama nacional e internacional. Verificam-se ainda deficiências organizativas e de gestão a par de uma insuficiente inserção em redes de cooperação e de conhecimento.</p> <p>Não obstante importantes progressos, o tecido produtivo da Região tem ainda uma forte presença de pequenas empresas, em atividades de reduzido valor acrescentado e baixa intensidade tecnológica e de conhecimento, apresentando insuficiente desenvolvimento de atividades produtivas mais</p>

	<p>intensivas em conhecimento e criatividade e com forte incorporação de valor acrescentado nacional.</p> <p>Importa apoiar projetos de natureza inovadora, que se traduzam na produção de bens e serviços diferenciadores e de qualidade, que reforcem os fatores dinâmicos de competitividade, nomeadamente a moda e <i>design</i>, desenvolvimento e engenharia de produtos, TIC, economia digital, eficiência energética e serviços e processos. Importa também apoiar ações visando corrigir as deficiências organizativas e de gestão e a insuficiente inserção em redes de cooperação e de conhecimento.</p> <p>Para além dos apoios a projetos individuais, importa contemplar lógicas de promoção de eficiência coletiva, por forma a potenciar os efeitos das intervenções e aumentar o potencial de disseminação de boas práticas.</p> <p>Espera-se, como resultado das ações a desenvolver com apoio da União, contribuir para a qualificação das estratégias de negócio das PME portuguesas, quer por via de do reforço das suas condições imateriais de competitividade (estratégia, gestão e organização, marketing, TIC, ecoeficiência, qualidade, formação, etc.), quer por via de investimentos de natureza inovadora e qualificada, a aferir pelo aumento da proporção de PME com atividade de inovação.</p>
--	---

Quadro 3. Indicadores de Resultados Específicos do Programa por Objetivo Específico

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de reporte
	Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a J, M e Q) com atividades de Inovação (PME)	%	Mais desenvolvida				Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (MEC), Inquérito Comunitário à inovação (CIS)	Anual

2.A.6. Ações a apoiar no âmbito da Prioridade de investimento 3.3

2.A.6.1 Descrição do tipo e exemplos de ações a apoiar e do seu contributo esperado para os objetivos específicos correspondentes, incluindo, se for caso disso, a identificação dos principais grupos-alvo, territórios-alvo em especial e tipos de beneficiários

Prioridade de Investimento 3.3	Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços
Ações que visem reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de produtos e serviços, nomeadamente:	

- Apoio a projetos de investimento produtivo de natureza inovadora, que se traduza na produção de bens e serviços diferenciadores e de qualidade e com elevado nível de incorporação de valor nacional, criando oportunidades de internacionalização ou reforçando a presença nos mercados internacionais;
- Apoio a projetos de qualificação das estratégias de organização e de gestão das PME, relevantes para a competitividade e inovação da empresa, (moda e design, desenvolvimento e engenharia de produtos, economia digital e TIC, propriedade industrial, certificação, eficiência energética, etc.)
- Apoio a ações coletivas de assistência empresarial, incluindo serviços públicos de aconselhamento de PME;
- Apoio à procura de serviços tecnológicos por parte de PME;
- Apoio a serviços de suporte empresarial que detenham competências adequadas para prestar aconselhamento técnico qualificado às PME

Território Alvo Específico: Globalidade da NUTS II Lisboa

Tipologia de Beneficiário: Empresa de média dimensão, Pequena empresa, Microempresa, Associações Empresariais, Outras entidades públicas.

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção das operações

Prioridade de Investimento 3.3	Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços
<p>As operações deverão evidenciar coerência com a estratégia subjacente ao PO e enquadrar-se no Eixo Prioritário e Prioridade de Investimento, bem como na tipologia de ações previstas e demonstrar o contributo para os respetivos objetivos e metas.</p> <p>Como princípio geral, as operações a apoiar no âmbito do presente Eixo Prioritário respeitarão a legislação comunitária e nacional conexa com as disposições gerais da regulamentação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, respeitarão igualmente a regulamentação do Fundo que financia este Eixo Prioritário e, ainda, a regulamentação específica que vier a ser definida.</p> <p>A seleção de operações respeitará os princípios da não discriminação e da transparência, bem como os princípios da racionalidade económica alargando-se o âmbito de exigência da análise custo-benefício na instrução de candidaturas, sempre que se justifique, devendo as operações demonstrar sustentabilidade adequada à sua tipologia.</p> <p>Para potenciar os resultados, as operações serão sujeitas a processos competitivos de candidatura, privilegiando-se a modalidade do concurso.</p>	

2.A.6.3. Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Prioridade de Investimento 3.3	Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços

2.A.6.4 Utilização prevista dos Grandes projetos

Prioridade de Investimento 3.3	Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços
Não foram identificadas ações que configurem grandes projetos	

2.A.6.5 Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5. Indicadores de Realização comuns e específicos de resultados

ID	Indicador (nome do indicador)	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de reporte
	Nº de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa	N.º	FEDER	Mais Desenvolvida		SI POR	Anual
	Número de empresas que beneficiam de apoio na prioridade de investimento	N.º	FEDER	Mais Desenvolvida		SI POR	Anual

2.A.4. Prioridade de Investimento 3.4

Prioridade de Investimento 3.4	Apoio à capacidade das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação
--------------------------------	---

2.A.5. Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e aos resultados esperados

ID	1
Objetivo Específico	Melhorar as condições de financiamento das empresas para a inovação e internacionalização (capital e dívida), promovendo o aumento do investimento e do emprego
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	Face ao risco de Portugal, as PME enfrentam elevadas taxas de juro e acesso restrito a capitais alheios. Adicionalmente há falhas de mercado relevantes ao nível da disponibilidade de capital para partilha de risco do empreendedorismo e inovação. Estes constrangimentos em matéria de financiamento, seja do fundo de maneo e tesouraria das PME, seja do investimento, condicionam os seus processos de crescimento, inovação e internacionalização. Adicionalmente verifica-se uma reduzida capacidade das PME em acederem a

	<p>financiamento internacional ou a mecanismos de financiamento não bancário (emissão de dívida). O mercado financeiro revela-se também conservador e com pouca disponibilidade para promover formas inovadoras de financiamento (mix de capital de risco, <i>business angels</i>, garantias, etc.).</p> <p>Assim para promover a necessária transformação da estrutura produtiva, adotando modelos de negócio assentes na inovação, com um foco na competitividade internacional, é fundamental assegurar condições de financiamento adequadas.</p> <p>As ações a desenvolver no quadro desta prioridade de investimento visam contribuir para o acesso ao financiamento em quantidades e custos adequados, mitigando os efeitos que a fragmentação existente nos mercados financeiros tem tido em termos de competitividade e capacidade concorrencial das empresas portuguesas, em particular das PME.</p> <p>Serão valorizadas formas inovadoras de financiamento que combinem capital de risco, <i>business angels</i> e garantias, alargando o espectro de intervenção do mecanismo de concessão de garantias, bem como instrumentos simplificados de apoio ao financiamento de PME, promovendo em particular o acesso das PME aos mercados de capitais reduzindo a sua dependência do financiamento bancário.</p> <p>Espera-se como resultado das ações a desenvolver com apoio da União contribuir para a mitigação das condições adversas de financiamento das PME portuguesas (e.g. custo e maturidades) a aferir através de um indicador relativo ao financiamento global a PME (e.g. Volume de financiamento de apoio à internacionalização das PME).</p>
--	---

Quadro 3. Indicadores de Resultados Específicos do Programa por Objetivo Específico

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de reporte
	% de capital próprio das empresas detido por fundos públicos de capital de risco ou BA	%	Mais desenvolvida					Anual

2.A.6. Ações a apoiar no âmbito da Prioridade de investimento 3.4

2.A.6.1 Descrição do tipo e exemplos de ações a apoiar e do seu contributo esperado para os objetivos específicos correspondentes, incluindo, se for caso disso, a identificação dos principais grupos-alvo, territórios-alvo em especial e tipos de beneficiários

Prioridade de Investimento 3.4	Apoio à capacidade das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação
<p>Ações que visem melhorar as condições de financiamento das empresas para a inovação e internacionalização, promovendo mecanismos de apoio ao financiamento das estratégias de investimento e consolidação das estratégias empresariais, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar instrumentos de financiamento da gestão de tesouraria e investimentos de médio e longo prazo das empresas; • Apoiar o financiamento da inovação e projetos em domínio de risco numa perspetiva integrada (capital e dívida); • Apoiar a consolidação e reforço dos mecanismos de garantia mútua e alargar o espectro de intervenção do mecanismo de concessão de garantias; • Dinamizar instrumentos simplificados de apoio ao financiamento de PME. <p>Território Alvo Específico: Globalidade da NUTS II Lisboa</p> <p>Tipologia de Beneficiário: Instituição Financeira de Desenvolvimento, Fundos de Fundos públicos, Fundos públicos de garantias, Fundos de capital de risco, Sociedades gestoras de <i>Business Angels</i>.</p>	

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção das operações

Prioridade de Investimento 3.4	Apoio à capacidade das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação
<p>As operações deverão evidenciar coerência com a estratégia subjacente ao PO e enquadrar-se no Eixo Prioritário e Prioridade de Investimento, bem como na tipologia de ações previstas e demonstrar o contributo para os respetivos objetivos e metas.</p> <p>Como princípio geral, as operações a apoiar no âmbito do presente Eixo Prioritário respeitarão a legislação comunitária e nacional conexas com as disposições gerais da regulamentação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, respeitarão igualmente a regulamentação do Fundo que financia este Eixo Prioritário e, ainda, a regulamentação específica que vier a ser definida.</p> <p>A seleção de operações respeitará os princípios da não discriminação e da transparência, bem como os princípios da racionalidade económica alargando-se o âmbito de exigência da análise custo-benefício na instrução de candidaturas, sempre que se justifique, devendo as operações demonstrar sustentabilidade adequada à sua tipologia.</p> <p>Para potenciar os resultados, as operações serão sujeitas a processos competitivos de candidatura, privilegiando-se a modalidade do concurso.</p>	

2.A.6.3.Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Prioridade de Investimento 3.4	Apoio à capacidade das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação
<p>Pondera-se nesta Prioridade de Investimento a aplicação de um conjunto alargado de instrumentos de engenharia financeira, que podem assumir a forma de instrumentos de dívida (instrumento de crédito diretamente financiado: empréstimo, ou instrumento de dívida sem financiamento: garantias) ou instrumentos de capital próprio (investimentos de capital puro, quase-capital ou outros instrumentos de partilha de risco). Estes instrumentos financeiros poderão ser combinados com subvenções, bonificações de juros e contribuições para prémios de garantias, com o objectivo de melhorar as condições de financiamento das empresas para a inovação e internacionalização, promovendo mecanismos de apoio ao financiamento das estratégias de investimento e consolidação das estratégias empresariais.</p> <p>De entre os instrumentos possíveis de aplicação, destacam-se as seguintes tipologias de formas de financiamento:</p> <p>(i) Fundos de empréstimos com vista a facilitar o acesso ao financiamento por parte das PME, nomeadamente através de: (a) Contratualização, junto do sistema financeiro, de linhas de crédito; (b) Dinamização de instrumentos de titularização de créditos, destinados a potenciar o financiamento de pequenos projetos de PME; (c) Utilização de novos instrumentos de dívida.</p> <p>(ii) Fundos de garantia para PME, dirigidos a empresas e projetos que, pelo seu risco ou cariz inovador, apresentem maiores dificuldades na obtenção de financiamento bancário.</p> <p>(iii) Instrumentos de capital de risco para PME e empresas emergentes, privilegiando as fases iniciais do seu ciclo de vida e o investimento em projetos inovadores, nomeadamente através de: (a) Instrumentos de financiamento do empreendedorismo, assegurando o capital e as capacidades de gestão requeridas em iniciativas de maior risco, com a intervenção de <i>Business Angels</i>; (b) Fundos de capital de risco.</p> <p>(iv) Instrumentos de financiamento das PME e da inovação numa perspetiva integrada das componentes de capital e dívida (<i>mezzanine funding</i>).</p>	

2.A.6.4 Utilização prevista dos Grandes projetos

Prioridade de Investimento 3.4	Apoio à capacidade das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação
Não foram identificadas ações que configurem grandes projetos	

2.A.6.5 Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5. Indicadores de Realização comuns e específicos resultados

ID	Indicador (nome do indicador)	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de reporte
	N.º de empresas que beneficiam de apoio financeiro, com exceção de subvenções	Nº	FEDER	Mais Desenvolvida		SI do POR	Anual

2.A.7 Inovação Social, cooperação transnacional e contributo para os objetivos temáticos 1-7

Eixo Prioritário 3	Reforçar a Investigação, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação
	<p>O principal objetivo da cooperação transnacional entre os Estados-Membros, no âmbito do FSE, é contribuir para a qualidade e a eficácia da política de emprego e para a implementação de reformas. Tal objetivo consegue-se, no âmbito da cooperação, com a promoção da troca e partilha de informações e de boas práticas, implicando trabalho conjunto para alcançar soluções comuns, através da aprendizagem mútua entre as Administrações, os parceiros sociais, as ONG e outras instituições no domínio do emprego, da inclusão social e da formação.</p> <p>A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, como entidade responsável, quer pela preparação das estratégias, quer pela participação regional nos programas de Cooperação Territorial Europeia (CTE) para os quais é elegível, assegura a coerência programática da intervenção da região de Lisboa nos diferentes espaços de cooperação transnacional e inter-regional, bem como a articulação e a complementaridade entre as prioridades a desenvolver no programa operacional regional de Lisboa as componentes regionais nos programas do Objetivo Cooperação Territorial Europeia. Esta coordenação é ainda reforçada pela responsabilidade de gestão do PO Regional 2014-2020.</p> <p>De entre as prioridades que Portugal elegeu no âmbito da CTE, destacam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorização do conhecimento e da inovação no quadro da Estratégia Europa 2020, tendo em conta o sistema científico e tecnológico nacional e a sua capacidade de integração em redes de conhecimento; • Melhoria da competitividade das PME; • Adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos; • Proteção do meio ambiente e eficiência de recursos; • Emprego e mobilidade laboral. <p>Tendo em vista a coordenação e a melhor utilização dos fundos provenientes dos dois grandes objetivos da política de coesão, no âmbito das prioridades referidas será dada particular atenção às seguintes vertentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • intercâmbio de informação e de investigação, troca de experiências, disseminação de boas práticas, transferência de “know-how” e partilha de ferramentas em projetos inovadores; • participação em “clusters”, redes, projetos-piloto e preparação de estratégias de intervenção conjuntas; • colaboração em ações inter-regionais que permitam o reforço da capacitação institucional para a preparação e gestão de projetos e intervenções comuns; • participação em ações e projetos transfronteiriços de desenvolvimento socioeconómico e de valorização dos recursos endógenos. <p>Pretende-se centrar os programas de CTE em intervenções que potenciem as prioridades de</p>

investimento definidas no PO, através de ações promovidas em parcerias alicerçadas na cooperação entre os agentes regionais e locais, definidas em função dos respetivos espaços geográficos – estas intervenções deverão ser focalizadas em torno de objetivos específicos, sendo selecionados preferencialmente projetos demonstradores, com produtos e resultados tangíveis e transferíveis, sem deixar de capitalizar os resultados obtidos em períodos anteriores e que possam constituir ponto de partida de novos projetos.

No que se refere ao contributo do FSE para Objetivo Temático 3 – Reforçar a Competitividade das PME, a cujos objetivos este Eixo Prioritário (EP) visa responder, será de relevar algumas das ações previstas no EP8 e EP10, designadamente formação de empresários, apoios à contratação de desempregados e de jovens desempregados, no EP8, e apoios aos cursos superiores profissionais (ensino superior de curta duração) e ações e programas de educação e formação de adultos e ensino recorrente, no EP10.

2.A.8 Quadro de desempenho

Quadro 6. Quadro de Desempenho do Eixo Prioritário 3

Eixo Prioritário	Indicador Tipo	ID	Indicador ou fase fundamental da execução	Unidade de medida, se for pertinente	Fundo	Categoria de região	Metas para 2018			Objetivo final (2023)			Fonte dos dados	Explicação da relevância do indicador, se necessário
							H	M	T	H	M	T		

Informação qualitativa adicional sobre a criação do quadro de desempenho (facultativo)

2.A.9 Tipo de intervenção

Quadro 8: Dimensão 2 Forma de financiamento

Fundo	FEDER	
Categoria de região	Mais Desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
3		

Quadro 9: Dimensão 3 Tipo de território

Fundo		
Categoria de região		
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR

Quadro 10: Dimensão 4 Mecanismos de execução territorial

Fundo		
Categoria de região		
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR

Quadro 11: Dimensão 6 Tema secundário do FSE (apenas FSE)

Fundo		
Categoria de região		

Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR

2.A.10 Resumo da utilização prevista de assistência técnica, incluindo, se necessário, ações para reforçar a capacidade administrativa das autoridades envolvidas na gestão e controlo dos programas e beneficiários

Eixo Prioritário 3	Reforçar a Competitividade das PME
<p>No âmbito do modelo de gestão, acompanhamento e controlo do PO, pode revelar-se necessário reforçar a capacidade administrativa dos agentes envolvidos, recorrendo-se para o efeito ou ao quadro de operações de Assistência Técnica do período de programação 2007-2013 ou aos apoios estabelecidos para o período de programação 2014-2020.</p>	

2.A.1 Eixo Prioritário 4

ID do Eixo Prioritário	4
Designação do Eixo Prioritário	Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores

<input type="checkbox"/> Todo o eixo prioritário será executado exclusivamente através de instrumentos financeiros	
<input type="checkbox"/> Todo o eixo prioritário será executado exclusivamente através de instrumentos financeiros instituídos ao nível da União	
<input type="checkbox"/> Todo o eixo prioritário será executado através do desenvolvimento promovido pelas comunidades locais	
<input type="checkbox"/> Para o FSE: Todo o eixo prioritário é dedicado à inovação social ou à cooperação transnacional, ou ambas	

2.A.2 Justificação para o estabelecimento de um eixo prioritário abrangendo mais do que um categoria de região, ou mais do que um objetivo temático ou mais do que um fundo

Não aplicável

2.A.3 Fundo, categoria de região e base de cálculo para o apoio da União

Fundo	
Categoria de região	
Base de Cálculo (despesa elegível total ou despesa elegível pública)	

2.A.4. Prioridade de Investimento 4.2

Prioridade de Investimento 4.2	Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas
--------------------------------	--

2.A.5. Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e aos resultados esperados

ID	1
Objetivo Específico	<i>Aumentar a eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalização de consumos</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>Pela dimensão do tecido empresarial e pela natureza das indústrias localizadas na Região (em especial indústrias químicas, de cerâmica e vidro e de cimentos), o consumo de energia elétrica no setor industrial representa cerca de 22,2% do total consumido pela indústria nacional (4.143 milhões de Kwh),</p> <p>Acresce que a economia regional se caracteriza por uma elevada intensidade energética e carbónica e uma forte dependência de energia primária importada (petróleo) pelo que urge promover novos padrões de consumo nos processos produtivos e nos serviços, contribuindo para uma menor intensidade carbónica e uma maior competitividade empresarial regional.</p> <p>Por estas razões, Lisboa é um território de intervenção prioritária para promover o aumento da eficiência energética, concorrendo para o cumprimento das metas nacionais neste domínio e para a competitividade da economia portuguesa.</p> <p>As operações a apoiar pelo PO visam aumentar a eficiência e a diversificação energética nas empresas promovendo a alteração comportamental dos agentes envolvidos e contribuindo para o uso eficiente dos recursos e para a redução de emissões. Estes ganhos serão alcançados com intervenções nos edifícios, nos equipamentos e nos processos produtivos.</p> <p>Esperam-se com o apoio da União obter resultados na redução da intensidade energética das empresas, nomeadamente do processo produtivo, tornando a Região mais ecoeficiente e competitiva.</p>

Quadro 3. Indicadores de Resultados Específicos do Programa por Objetivo Específico

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de reporte
	Redução do consumo de energia primária nas empresas	%	Mais desenvolvida				DGEG	Anual

2.A.6. Ações a apoiar no âmbito da Prioridade de investimento 4.2

2.A.6.1 Descrição do tipo e exemplos de ações a apoiar e do seu contributo esperado para os objetivos específicos correspondentes, incluindo, se for caso disso, a identificação dos principais grupos-alvo, territórios-alvo em especial e tipos de beneficiários

Prioridade de Investimento 4.2	Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas
<p>Ações que visem a eficiência e diversificação energéticas nas empresas, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projetos de investimento que visem aquisição de equipamentos industriais mais eficientes; • Projetos de investimento de empresas do setor dos serviços que visem a aquisição de equipamentos eficientes instalação de iluminação eficiente e melhoria da eficiência energética de instalações; • Projetos de investimento em isolamento eficiente, calor verde, sistema de eficiência energética em edifícios de serviços e solar térmico; • Auditorias energéticas e elaboração de Planos de Racionalização dos Consumos de Energia; • Iniciativas inovadoras de produção (através de fontes renováveis) e de utilização racional de energia, envolvendo, nomeadamente, o apoio no desenvolvimento de programas de ação e de projetos piloto; • Medidas específicas aplicadas aos processos produtivos; • Sistemas de gestão de energia (e de frotas). <p>Território Alvo Específico: Globalidade da NUTS II Lisboa</p> <p>Tipologia de Beneficiário: Associações empresariais, Empresa de média dimensão, Pequena empresa, Microempresa, Instituição Financeira de Desenvolvimento.</p>	

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção das operações

Prioridade de Investimento 4.2	Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas
<p>As operações deverão evidenciar coerência com a estratégia subjacente ao PO e enquadrar-se no Eixo Prioritário e Prioridade de Investimento, bem como na tipologia de ações previstas e demonstrar o contributo para os respetivos objetivos e metas.</p> <p>Como princípio geral, as operações a apoiar no âmbito do presente Eixo Prioritário respeitarão a legislação comunitária e nacional conexa com as disposições gerais da regulamentação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, respeitarão igualmente a regulamentação do Fundo que financia este Eixo Prioritário e, ainda, a regulamentação específica que vier a ser definida.</p> <p>A seleção de operações respeitará os princípios da não discriminação e da transparência, bem como os princípios da racionalidade económica alargando-se o âmbito de exigência da análise custo-benefício na instrução de candidaturas, sempre que se justifique, devendo as operações demonstrar sustentabilidade</p>	

adequada à sua tipologia.

Para potenciar os resultados, as operações serão sujeitas a processos competitivos de candidatura, privilegiando-se a modalidade do concurso.

2.A.6.3.Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Prioridade de Investimento 4.2	Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas
Pondera-se nesta Prioridade de Investimento, para além da subvenção não reembolsável, a aplicação de Fundos de empréstimos para financiar investimentos no domínio da eficiência energética e das energias renováveis nas empresas.	

2.A.6.4 Utilização prevista dos Grandes projetos

Prioridade de Investimento 4.2	Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas
Não foram identificadas ações que configurem grandes projetos	

2.A.6.5 Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5. Indicadores de Realização comuns e específicos de resultados

ID	Indicador (nome do indicador)	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de reporte
	Empresas com consumo de energia melhorado	nº	FEDER	Mais Desenvolvida		SI do POR	Anual

2.A.4. Prioridade de Investimento 4.3

Prioridade de Investimento 4.3	O apoio à utilização da eficiência energética e das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos da administração local e no setor da habitação
---------------------------------------	---

2.A.5. Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e aos resultados esperados

ID	1
-----------	----------

Objetivo Específico	<i>Aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalizando os consumos</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>Os equipamentos, infraestruturas e edifícios públicos têm um peso relevante no consumo energético na Região. Por exemplo, em 2011, o peso da iluminação interior de edifícios da Administração Pública no total do consumo de energia elétrica regional era de 6,8%.</p> <p>De modo a alterar os padrões de consumo no setor público, melhorar o desempenho energético e reduzir os custos associados, a Região de Lisboa assume como prioridade de investimento aumentar a eficiência energética neste setor, contribuindo para alterar o comportamento dos agentes públicos e reduzir as emissões.</p> <p>A eficiência energética no Administração Pública constitui uma das prioridades do PNAEE. Especificamente, com o Programa “ECO.AP” pretende-se alcançar um aumento da eficiência energética de 30%, até 2020. Fruto da sua dimensão demográfica e do efeito de capitalidade, a Região concentra um importante volume de equipamentos e serviços públicos.</p> <p>Neste contexto, o POR Lisboa irá apoiar uma política de eficiência energética através do fomento de uma gestão energética eficiente das infraestruturas, equipamentos e edifícios públicos focada em estratégias integradas de baixo teor de carbono, que comportem auditorias energéticas e planos de racionalização dos consumos de energia, medidas ativas de eficiência energética de edifícios públicos, sistemas eco eficientes de iluminação pública, e a criação de redes urbanas de energia térmica.</p> <p>Em suma, os apoios da União irão permitir obter resultados no decréscimo do consumo energético dos equipamentos e infraestruturas públicas, em resultado do aumento da sua eficiência energética.</p>

Quadro 3. Indicadores de Resultados Específicos do Programa por Objetivo Específico 1

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de reporte
	Redução do consumo de energia primária na administração regional e local	%	Mais desenvolvida				DGEG	Anual

ID	2
-----------	----------

Objetivo Específico	<i>Aumentar a eficiência energética no setor habitacional, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção renovável na habitação social</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>A melhoria do nível de desempenho energético dos edifícios no segmento residencial, associando o conforto térmico das habitações à economia dos consumos, assume um importante significado para se atingirem as metas de eficiência energética na região.</p> <p>A Região concentra cerca de 12,7% do parque habitacional nacional e cerca de 56% deste parque tem mais de 30 anos de idade. A vetustez do edificado, associada aos elevados níveis de degradação que uma percentagem importante dos edifícios apresenta, fazem com que a eficiência energética do edificado seja globalmente baixa. A este universo acresce um vasto parque de habitação social, de construção mais recente, que apresenta igualmente elevada degradação construtiva e baixos índices de eficiência energética.</p> <p>A melhoria do nível de desempenho energético dos edifícios habitacionais, promovendo a racionalização e redução dos consumos, e a diversificação de fontes de energia, através da microgeração (solar, eólica, AQS) assume, um importante significado para se atingirem as metas de eficiência energética na região e no país</p> <p>Os apoios da União irão permitir reduzir o consumo energético dos edifícios, nomeadamente nos que são habitados por famílias com baixos níveis de rendimento, contribuindo também para ganhos ao nível da inclusão social em resultado da melhoria das condições de conforto e de redução da fatura energética.</p>

Quadro 3. Indicadores de Resultados Específicos do Programa por Objetivo Específico

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de reporte
	Redução do consumo de energia primária na habitação	%	Mais desenvolvida				DGEG	Anual

2.A.6. Ações a apoiar no âmbito da Prioridade de investimento 4.3

2.A.6.1 Descrição do tipo e exemplos de ações a apoiar e do seu contributo esperado para os objetivos específicos correspondentes, incluindo, se for caso disso, a identificação dos principais grupos-alvo, territórios-alvo em especial e tipos de beneficiários

Prioridade de Investimento 4.3	O apoio à utilização da eficiência energética e das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação
<p>Ações que visem a eficiência e diversificação energéticas nas infraestruturas públicas, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Auditorias energéticas e Planos de Racionalização dos Consumos de Energia (PREN); • Criação de redes urbanas de energia térmica (RUTE) dirigidas aos edifícios de serviços maiores consumidores de calor e de frio (hospitais, universidades,...); • Projetos de investimento na aquisição e instalação de sistemas eco eficientes de iluminação pública; • Projetos de investimento em medidas ativas de eficiência energética de edifícios públicos, nomeadamente integração de água quente solar e incorporação de microgeração. <p>Ações que visem a eficiência e diversificação energética nas habitações, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projetos de investimento em medidas ativas de eficiência energética de edifícios de habitação, nomeadamente integração de água quente solar e incorporação de microgeração. • Projetos de investimento em sistemas passivos, que visem aumentar a eficiência energética dos edifícios, nomeadamente iluminação eficiente, janelas eficientes, isolamento eficiente, calor verde e solar térmico residencial; • Projetos de investimento na aquisição e instalação de sistemas de produção renovável descentralizada para autoconsumo; • Definição e dinamização de Planos de Informação e de Comunicação para a promoção da melhoria do desempenho energético-ambiental dos edifícios. <p>Território Alvo Específico: Globalidade da NUTS II Lisboa</p> <p>Tipologia de Beneficiário: Autarquias locais e suas associações, Outras entidades públicas, Empresas públicas, Instituições de ensino e formação profissional e de investigação, Instituições de ensino superior.</p>	

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção das operações

Prioridade de Investimento 4.3	O apoio à utilização da eficiência energética e das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação
<p>As operações deverão evidenciar coerência com a estratégia subjacente ao PO e enquadrar-se no Eixo Prioritário e Prioridade de Investimento, bem como na tipologia de ações previstas e demonstrar o contributo para os respetivos objetivos e metas.</p> <p>Como princípio geral, as operações a apoiar no âmbito do presente Eixo Prioritário respeitarão a legislação comunitária e nacional conexa com as disposições gerais da regulamentação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, respeitarão igualmente a regulamentação do Fundo que financia este Eixo Prioritário e, ainda, a regulamentação específica que vier a ser definida.</p> <p>A seleção de operações respeitará os princípios da não discriminação e da transparência, bem como os princípios da racionalidade económica alargando-se o âmbito de exigência da análise custo-benefício na</p>	

instrução de candidaturas, sempre que se justifique, devendo as operações demonstrar sustentabilidade adequada à sua tipologia.

Para potenciar os resultados, as operações serão sujeitas a processos competitivos de candidatura, privilegiando-se a modalidade do concurso.

2.A.6.3.Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Prioridade de Investimento 4.3	O apoio à utilização da eficiência energética e das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação

2.A.6.4 Utilização prevista dos Grandes projetos

Prioridade de Investimento 4.3	O apoio à utilização da eficiência energética e das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação
Não foram identificadas ações que configurem grandes projetos	

2.A.6.5 Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5. Indicadores de Realização comuns e específicos de resultados

ID	Indicador (nome do indicador)	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de reporte
	Decréscimo anual do consumo de energia nos edifícios públicos	Kwh/ano	FEDER	Mais Desenvolvida		PNAEE/ADENE	Anual
	Número de agregados familiares com consumo de energia melhorado	N.º	FEDER	Mais Desenvolvida		Sistema de Informação do PO/ADENE	Anual
	Diminuição anual estimada dos gases com efeito de estufa por efeito dos projetos apoiados	Ton/CO2 equivalente ano	FEDER	Mais Desenvolvida		PNAEE/ADENE	Anual

2.A.4. Prioridade de Investimento 4.5

Prioridade de Investimento 4.5	A promoção de estratégias de baixa teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente, as zonas urbanas, incluindo a promoção
--------------------------------	---

	de mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação
--	---

2.A.5. Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e aos resultados esperados

ID	1
Objetivo Específico	<i>Promover a mobilidade ecológica e com baixa emissão de carbono</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>No contexto da Região de Lisboa, onde emergem sistemas de transportes mais complexos e um maior parque automóvel, os transportes possuem um peso importante no consumo de energia primária regional (consumo de combustível - 0,5 TEP/hab.; 20% do consumo nacional de gasolina 95), utilizando recursos com elevadas emissões de carbono e menos eficientes na sua utilização. Como resposta a este quadro regional, pautado pela utilização de recursos energéticos de origem fóssil, será promovida a transição para tecnologias e recursos energéticos mais sustentáveis e para uma economia de baixo carbono.</p> <p>Tendo esta situação de partida como referência, e em linha com estratégia Europa 2020, o aumento da eficiência energética neste setor será conseguido, por um lado, através da transferência modal do transporte individual motorizado para modos de transporte mais eficientes e, por outro, mediante o reforço da mobilidade urbana sustentável (criação de condições favoráveis para um uso mais intensivo da bicicleta). A elaboração de planos de mobilidade intermunicipais e o apoio a intervenções que concorram para o incremento do transporte público e de modos suaves, emergem como intervenções-chave a executar para a prossecução desta estratégia.</p> <p>Os apoios da União irão permitir obter resultados ao nível da redução na emissão de gases com efeito de estufa nas áreas urbanas abrangidas pelas operações a apoiar, contribuindo para que Região de Lisboa disponha de um modelo de mobilidade mais compatível com os objetivos de mitigação dos efeitos das alterações climáticas.</p>

Quadro 3. Indicadores de Resultados Específicos do Programa por Objetivo Específico

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de reporte
	Diminuição estimada dos gases com efeito de estufa nas áreas urbanas potencialmente abrangidas por estas intervenções	Ton/CO2 equivalente ano	Mais desenvolvida				PNAEE/ADENE	Anual

2.A.6. Ações a apoiar no âmbito da Prioridade de investimento 4.5

2.A.6.1 Descrição do tipo e exemplos de ações a apoiar e do seu contributo esperado para os objetivos específicos correspondentes, incluindo, se for caso disso, a identificação dos principais grupos-alvo, territórios-alvo em especial e tipos de beneficiários

Prioridade de Investimento 4.5	A promoção de estratégias de baixa teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente, as zonas urbanas, incluindo a promoção de mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação
<p>Ações que visem as estratégias territoriais de baixa emissão de carbono (incluindo mobilidade urbana sustentável), nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Planos municipais ou intermunicipais de mobilidade sustentável; • Ações que promovam a mobilidade urbana multimodal sustentável e o uso dos transportes públicos; • Modos suaves de deslocação (redes de ecopistas, ciclovias, pedonal, acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida, etc.); • Implementação de Sistemas de controlo de tráfego rodoviário e de passageiros, sistemas inteligentes de apoio à exploração e de informação aos condutores e passageiros; • Promoção da eficiência logística, em contexto urbano. <p>Território Alvo Específico: Globalidade da NUTS II Lisboa</p> <p>Tipologia de Beneficiário: Autarquias locais e suas associações, Serviços da Administração Central, Empresas públicas, Operadores e concessionários de serviço público.</p>	

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção das operações

Prioridade de Investimento 4.5	A promoção de estratégias de baixa teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente, as zonas urbanas, incluindo a promoção de mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação
<p>As operações deverão evidenciar coerência com a estratégia subjacente ao PO e enquadrar-se no Eixo Prioritário e Prioridade de Investimento, bem como na tipologia de ações previstas e demonstrar o contributo para os respetivos objetivos e metas.</p> <p>Como princípio geral, as operações a apoiar no âmbito do presente Eixo Prioritário respeitarão a legislação comunitária e nacional conexas com as disposições gerais da regulamentação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, respeitarão igualmente a regulamentação do Fundo que financia este Eixo Prioritário e, ainda, a regulamentação específica que vier a ser definida.</p> <p>A seleção de operações respeitará os princípios da não discriminação e da transparência, bem como os princípios da racionalidade económica alargando-se o âmbito de exigência da análise custo-benefício na instrução de candidaturas, sempre que se justifique, devendo as operações demonstrar sustentabilidade adequada à sua tipologia.</p>	

Para potenciar os resultados, as operações serão sujeitas a processos competitivos de candidatura, privilegiando-se a modalidade do concurso.

2.A.6.3.Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Prioridade de Investimento 4.5	A promoção de estratégias de baixa teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente, as zonas urbanas, incluindo a promoção de mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação
Não se aplica	

2.A.6.4 Utilização prevista dos Grandes projetos

Prioridade de Investimento 4.5	A promoção de estratégias de baixa teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente, as zonas urbanas, incluindo a promoção de mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação
Não foram identificadas ações que configurem grandes projetos	

2.A.6.5 Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5. Indicadores de Realização comuns e específicos de resultados

ID	Indicador (nome do indicador)	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de reporte
	População abrangida por ações que visem estratégias territoriais de baixa emissão de carbono	Nº	FEDER	Mais Desenvolvida		SI do POR	Anual

2.A.7 Inovação Social, cooperação transnacional e contributo para os objetivos temáticos 1-7

Eixo Prioritário	Reforçar a Investigação, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação
Não Aplicável	

Versão de trabalho

2.A.8 Quadro de desempenho

Quadro 6. Quadro de Desempenho do Eixo Prioritário 4

Eixo Prioritário	Indicador Tipo	ID	Indicador ou fase fundamental da execução	Unidade de medida, se for pertinente	Fundo	Categoria de região	Metas para 2018			Objetivo final (2023)			Fonte dos dados	Explicação da relevância do indicador, se necessário
							H	M	T	H	M	T		

Informação qualitativa adicional sobre a criação do quadro de desempenho (facultativo)



2.A.9 Tipo de intervenção

Quadro 8: Dimensão 2 Forma de financiamento

Fundo	FEDER	
Categoria de região	Mais Desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
4		

Quadro 9: Dimensão 3 Tipo de território

Fundo		
Categoria de região		
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR

Quadro 10: Dimensão 4 Mecanismos de execução territorial

Fundo		
Categoria de região		
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR

Quadro 11: Dimensão 6 Tema secundário do FSE (apenas FSE)

Fundo		
Categoria de região		
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR

2.A.10 Resumo da utilização prevista de assistência técnica, incluindo, se necessário, ações para reforçar a capacidade administrativa das autoridades envolvidas na gestão e controlo dos programas e beneficiários

Eixo Prioritário 4	Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores
<p>No âmbito do modelo de gestão, acompanhamento e controlo do PO, pode revelar-se necessário reforçar a capacidade administrativa dos agentes envolvidos, recorrendo-se para o efeito ou ao quadro de operações de Assistência Técnica do período de programação 2007-2013 ou aos apoios estabelecidos para o período de programação 2014-2020.</p>	

2.A.1 Eixo Prioritário 6

ID do Eixo Prioritário	6
Designação do Eixo Prioritário	Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos

<input type="checkbox"/> Todo o eixo prioritário será executado exclusivamente através de instrumentos financeiros	
<input type="checkbox"/> Todo o eixo prioritário será executado exclusivamente através de instrumentos financeiros instituídos ao nível da União	
<input type="checkbox"/> Todo o eixo prioritário será executado através do desenvolvimento promovido pelas comunidades locais	
<input type="checkbox"/> Para o FSE: Todo o eixo prioritário é dedicado à inovação social ou à cooperação transnacional, ou ambas	

2.A.2 Justificação para o estabelecimento de um eixo prioritário abrangendo mais do que um categoria de região, ou mais do que um objetivo temático ou mais do que um fundo

<i>Não aplicável</i>

2.A.3 Fundo, categoria de região e base de cálculo para o apoio da União

Fundo	
Categoria de região	
Base de Cálculo (despesa elegível total ou despesa elegível pública)	

2.A.4. Prioridade de Investimento 6.3

Prioridade de Investimento 6.3	Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural
--------------------------------	--

2.A.5. Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e aos resultados esperados

ID	1
Objetivo Específico	<i>Promover a valorização do património cultural e natural, afirmando a Região de Lisboa como destino turístico de excelência</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>A Região de Lisboa contabiliza mais de sete dezenas de museus e meio milhar de elementos patrimoniais (101 monumentos nacionais, 342 de interesse público e 68 imóveis de interesse municipal). Os recursos patrimoniais são a base da experiência e da cadeia de valor do turismo urbano e um dos principais suportes da atratividade turística da Região.</p> <p>Os elementos patrimoniais e museológicos constituem um recurso de elevado valor e potencial para a economia regional. Estes elementos permitem projetar e notabilizar Lisboa à escala internacional, tendo uma grande importância na crescente captação de fluxos turísticos (em 2011, 9.027.432 dormidas nas unidades hoteleiras regionais). A afirmação desta singularidade é particularmente evidente pela concentração de locais classificados pela UNESCO como Património da Humanidade ou ainda pelo recente reconhecimento do Fado como Património Imaterial da Humanidade.</p> <p>Importa salientar a elevada concentração museológica e patrimonial das zonas de Belém e da zona do Chiado / Faculdade de Belas Artes, em Lisboa, que devem ser valorizados através de projetos integrados, e a monumentalidade singular do património construído e envolventes naturais do Convento de Mafra e do Convento de Jesus (em Setúbal) que apresentam um elevado potencial a explorar.</p> <p>Por outro lado, a Região tem vindo a ganhar grande protagonismo internacional em torno de grandes eventos culturais e criativos que concorrem para a afirmação da Região e para projetar o setor cultural e criativo regional, com relevantes implicações na revitalização urbana e na competitividade territorial.</p> <p>Os apoios da União permitirão obter resultados no aumento do número de visitantes a equipamentos culturais, em resultado do aumento da atratividade da Região.</p>

Quadro 3. Indicadores de Resultados Específicos do Programa por Objetivo Específico

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de reporte
	Acréscimo do número de visitantes a equipamentos culturais e infraestruturas e equipamentos coletivos de suporte à valorização das áreas protegidas	%	Mais desenvolvida				INE/Turismo de Portugal	Anual

2.A.6. Ações a apoiar no âmbito da Prioridade de investimento 6.3

2.A.6.1 Descrição do tipo e exemplos de ações a apoiar e do seu contributo esperado para os objetivos específicos correspondentes, incluindo, se for caso disso, a identificação dos principais grupos-alvo, territórios-alvo em especial e tipos de beneficiários

Prioridade de Investimento 6.3	Conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural
<p>Ações que visem a proteção e valorização do património cultural, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorização e promoção de bens histórico-culturais com elevado interesse turístico (monumentos e museus); • Promoção turística de territórios de elevado valor natural, cultural e paisagístico e animação e programação cultural com potencial de captação de fluxos turísticos; • Realização de programas de animação do património cultural, criação de circuitos ou roteiros associados a redes de cooperação e organização de bens patrimoniais, incluindo a produção de conteúdos; • Valorização do património paisagístico em áreas de elevado valor natural e cultural; • Promoção do património cultural e desenvolvimento de projetos de animação e programação (incluindo património marítimo e estuarino). <p>Território Alvo Específico: Globalidade da NUTS II Lisboa</p> <p>Tipologia de Beneficiário: Autarquias locais e suas associações, Serviços da Administração Central, Empresas públicas, Instituições de ensino e formação profissional e de investigação, Fundações e associações sem fins lucrativos, Agências e associações de desenvolvimento regional e local, Organizações Não Governamentais (ONG), Entidades privadas sem fins lucrativos.</p>	

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção das operações

Prioridade de Investimento 6.3	Conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural
<p>As operações deverão evidenciar coerência com a estratégia subjacente ao PO e enquadrar-se no Eixo Prioritário e Prioridade de Investimento, bem como na tipologia de ações previstas e demonstrar o contributo para os respetivos objetivos e metas.</p> <p>Como princípio geral, as operações a apoiar no âmbito do presente Eixo Prioritário respeitarão a legislação comunitária e nacional conexas com as disposições gerais da regulamentação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, respeitarão igualmente a regulamentação do Fundo que financia este Eixo Prioritário e, ainda, a regulamentação específica que vier a ser definida.</p> <p>A seleção de operações respeitará os princípios da não discriminação e da transparência, bem como os princípios da racionalidade económica alargando-se o âmbito de exigência da análise custo-benefício na instrução de candidaturas, sempre que se justifique, devendo as operações demonstrar sustentabilidade adequada à sua tipologia.</p> <p>Para potenciar os resultados, as operações serão sujeitas a processos competitivos de candidatura, privilegiando-se a modalidade do concurso.</p>	

2.A.6.3. Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Prioridade de Investimento 6.3	Conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural
<i>Não aplicável</i>	

2.A.6.4 Utilização prevista dos Grandes projetos

Prioridade de Investimento 6.3	Conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural
Não foram identificadas ações que configurem grandes projetos	

2.A.6.5 Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5. Indicadores de Realização comuns e específicos de resultados

ID	Indicador (nome do indicador)	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de reporte
	Aumento esperado do número de visitantes nos sítios e atrações	%	FEDER	Mais Desenvolvida		SI do POR	Anual

culturais ou naturais apoiados						
--------------------------------	--	--	--	--	--	--

2.A.4. Prioridade de Investimento 6.4

Prioridade de Investimento 6.4	Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede NATURA 2000 e de infraestruturas verdes
---------------------------------------	--

2.A.5. Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e aos resultados esperados

ID	1
Objetivo Específico	<i>Promover o conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>A Região de Lisboa constitui um espaço singular em termos biofísicos apresentando uma elevada riqueza do ponto de vista da conservação da natureza e da biodiversidade (86.000 ha classificados como Sítios e Zonas de Proteção Especial - Rede Natura 2000 - e 45.000 ha de Áreas Protegidas).</p> <p>A orla costeira, as frentes ribeirinhas, os estuários do Tejo e do Sado (diferenciadores pela sua dimensão e importância económica e ambiental e ambos coincidindo com áreas protegidas com o estatuto de Reserva Natural), os Parques Naturais de Sintra – Cascais e da Arrábida e outros territórios que integram as estruturas ecológicas e os espaços rurais, nomeadamente a área da Companhia das Lezírias, são fundamentais para os sistemas ecológicos regionais pela sua dimensão espacial, e pelos valores paisagísticos e naturais associados.</p> <p>Estes espaços constituem territórios de importância estratégica para a conservação da natureza, associando a produção agrícola, florestal e silvestre à qualificação ambiental e paisagística e ao lazer e turismo. No caso do Estuário do Tejo a sua posição no centro da Área Metropolitana de Lisboa confere-lhe potencialidades de protagonizar um projeto integrado de valorização ambiental e competitividade económica, associado aos sistemas urbanos que o envolvem.</p> <p>Melhorar o uso e a gestão sustentáveis dos recursos naturais; valorizar as estruturas ecológicas metropolitanas e os serviços dos ecossistemas.</p> <p>Os apoios da União irão permitir obter resultados na melhoria do estado de conservação dos espaços com reconhecido valor ecológico, nomeadamente dos habitats presentes nas áreas classificadas como Estrutura Ecológica Metropolitana, complementando como projetos de intervenção as medidas de proteção dos recursos inscritas nos Instrumentos de Gestão Territorial.</p>

Quadro 3. Indicadores de Resultados Específicos do Programa por Objetivo Específico

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de reporte
	Melhoria do estado de conservação e dos estatutos de ameaça de espécies e habitats (% de espécies e habitats com estado de conservação desconhecido – valor de referência com base nos relatórios das Diretivas Aves e Habitats)	%	Mais desenvolvida				ICNF	6 Anos

2.A.6. Ações a apoiar no âmbito da Prioridade de investimento 6.4

2.A.6.1 Descrição do tipo e exemplos de ações a apoiar e do seu contributo esperado para os objetivos específicos correspondentes, incluindo, se for caso disso, a identificação dos principais grupos-alvo, territórios-alvo em especial e tipos de beneficiários

Prioridade de Investimento 6.4	Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede NATURA 2000 e de infraestruturas verdes
<p>Ações que visem a promoção, a proteção e a valorização da biodiversidade, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorização da estrutura ecológica metropolitana e da sua multifuncionalidade em contexto urbano e periurbano, • Recuperação funcional e estrutural de áreas sensíveis terrestres e marinhas e valorização dos serviços dos ecossistemas; • Prevenção e contenção dos riscos ou impactos sobre os valores naturais e ecossistemas; • Realização de programas de animação e valorização turística do património natural, incluindo a criação de circuitos, roteiros e conteúdos de promoção e divulgação. <p>Território Alvo Específico: Globalidade da NUTS II Lisboa (nomeadamente espaços classificados na Rede Ecológica Metropolitana pelo PROTAML)</p> <p>Tipologia de Beneficiário: Autarquias locais e suas associações, Serviços da Administração Central, Empresas públicas, Fundações e associações sem fins Lucrativos, Agências e associações de desenvolvimento regional e local, Organizações Não Governamentais (ONG), Entidades privadas sem fins lucrativos.</p>	

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção das operações

Prioridade de Investimento 6.4	Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede NATURA 2000 e de infraestruturas verdes
<p>As operações deverão evidenciar coerência com a estratégia subjacente ao PO e enquadrar-se no Eixo Prioritário e Prioridade de Investimento, bem como na tipologia de ações previstas e demonstrar o contributo para os respetivos objetivos e metas.</p> <p>Como princípio geral, as operações a apoiar no âmbito do presente Eixo Prioritário respeitarão a legislação comunitária e nacional conexas com as disposições gerais da regulamentação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, respeitarão igualmente a regulamentação do Fundo que financia este Eixo Prioritário e, ainda, a regulamentação específica que vier a ser definida.</p> <p>A seleção de operações respeitará os princípios da não discriminação e da transparência, bem como os princípios da racionalidade económica alargando-se o âmbito de exigência da análise custo-benefício na instrução de candidaturas, sempre que se justifique, devendo as operações demonstrar sustentabilidade adequada à sua tipologia.</p> <p>Para potenciar os resultados, as operações serão sujeitas a processos competitivos de candidatura, privilegiando-se a modalidade do concurso.</p>	

2.A.6.3. Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Prioridade de Investimento 6.4	Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede NATURA 2000 e de infraestruturas verdes
<i>Não aplicável</i>	

2.A.6.4 Utilização prevista dos Grandes projetos

Prioridade de Investimento 6.4	Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede NATURA 2000 e de infraestruturas verdes
Não foram identificadas ações que configurem grandes projetos	

2.A.6.5 Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5. Indicadores de Realização comuns e específicos de resultados

ID	Indicador (nome do indicador)	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de reporte
	Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor	Hectares	FEDER	Mais Desenvolvida		SI do POR	Anual

estado de conservação						
-----------------------	--	--	--	--	--	--

2.A.4. Prioridade de Investimento 6.5

Prioridade de Investimento 6.5	Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído
--------------------------------	---

2.A.5. Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e aos resultados esperados

ID	1
Objetivo Específico	<i>Promover a qualidade ambiental urbanística e paisagística, designadamente a regeneração das grandes áreas industriais obsoletas</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>A Região de Lisboa é um território marcado por uma grande diversidade morfológica e funcional urbana, persistindo a existência de áreas problemáticas do ponto de vista da qualidade ambiental, associadas à perda de vitalidade económica e ao decréscimo populacional de áreas centrais, ao abandono de áreas industriais e à ocorrência de fenómenos de contaminação do solo e de poluição do ar. Fruto do processo de desindustrialização, a Região possui extensas áreas industriais obsoletas ou em declínio, e afetadas pela existência de passivos ambientais cuja descontaminação será apoiada pelo PO SEUR, nomeadamente na Península de Setúbal - Arco Ribeirinho Sul (Quimiparque: 234ha; Siderurgia: 372ha), caracterizadas pela existência de importantes problemas ambientais.</p> <p>Estes espaços, pela sua extensão e integração no sistema urbano, económico e logístico metropolitano dispõem de condições para protagonizar novas dinâmicas económicas e ancorar projetos estruturantes do novo modelo económico regional, através da regeneração urbana, da qualificação ambiental e da valorização dos principais ativos existentes, contribuindo para a melhoria do ambiente e para a dinamização do emprego e do crescimento económico.</p> <p>Para além da intervenção nestas áreas industriais importa intervir noutras áreas fortemente desqualificadas no sentido de fomentar ações de qualificação ambiental urbana e de melhoria dos espaços públicos, associadas a intervenções de renaturalização, criação de espaços verdes e de utilização sustentável de recursos naturais, bem como de redução da poluição atmosférica e sonora.</p> <p>Os apoios da União deverão permitir obter resultados ao nível da qualificação ambiental e urbanística das áreas industriais obsoletas das Região, permitindo a sua revitalização funcional e económica, com ganhos expressivos para a qualidade do ambiente urbano e para a revitalização económica de áreas em perda demográfica e funcional, afetadas pela reestruturação produtiva ocorrida</p>

	nas últimas décadas.
--	----------------------

Quadro 3. Indicadores de Resultados Específicos do Programa por Objetivo Específico 1

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de reporte
	População que habita em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano	Nº	Mais desenvolvida				SI do POR	Anual

ID	2
Objetivo Específico	Melhoria da qualidade de informação e monitorização disponíveis sobre a qualidade do ar
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>Na Região, a qualidade do ar ambiente é assumida como um dos vetores ambientais de maior preocupação face aos efeitos de alguns poluentes atmosféricos na saúde humana e no ambiente. Num contexto de grande densidade urbana e da relevância do sistema de transportes rodoviário, os níveis de poluentes atmosféricos são elevados (os transportes rodoviários são a principal fonte emissora/poluidora) e, consequentemente, é significativa a população exposta. Desde 2006, têm-se registado em algumas estações concentrações genericamente elevadas de partículas inaláveis (PM10 e, pontualmente, de NO2), sobretudo na cidade de Lisboa.</p> <p>Sendo a qualidade do ar um dos principais desafios ambientais da Região, as ações para melhorar a qualidade do ambiente urbano, sobretudo associadas à redução da poluição do ar, emergem com especial relevância e prioridade. A modernização das redes de medição de qualidade do ar, a melhoria dos instrumentos de gestão e a execução de projetos-piloto de melhoria da qualidade do ar e do ruído em zonas urbanas, corporizam a estratégia de resposta a prosseguir nos próximos anos. Os apoios da União irão permitir obter resultados ao nível da qualidade ambiental da Região, nomeadamente dos espaços onde as emissões poluentes assume maior expressão, permitindo a partir de uma melhor monitorização adotar as medidas adequadas à qualificação ambiental.</p>

Quadro 3. Indicadores de Resultados Específicos do Programa por Objetivo Específico 2

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de reporte
	Concentração dos poluentes dióxido de azoto e partículas PM10 em relação ao valor	%	Mais desenvolvida					

	limite						
--	--------	--	--	--	--	--	--

2.A.6. Ações a apoiar no âmbito da Prioridade de investimento 6.5

2.A.6.1 Descrição do tipo e exemplos de ações a apoiar e do seu contributo esperado para os objetivos específicos correspondentes, incluindo, se for caso disso, a identificação dos principais grupos-alvo, territórios-alvo em especial e tipos de beneficiários

Prioridade de Investimento 6.5	Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído
<p>Ações de promoção da qualidade ambiental, urbanística e paisagística, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhoria do ambiente urbano, em especial, criação e qualificação de espaços verdes; • Recuperação e qualificação do espaço público e fomento da sua fruição; • Regeneração de áreas urbanas deprimidas e promoção da multifuncionalidade dos espaços urbanos; • Regeneração e reconversão de áreas industriais obsoletas, nomeadamente recuperação de edifícios e espaços para a instalação de novas atividades económicas. <p>Ações de diagnóstico da qualidade do ar e medidas de redução da poluição, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Modernização das redes de medição de qualidade do ar e melhoria dos instrumentos de gestão; • Projetos-piloto de melhoria da qualidade do ar e do ruído em zonas urbanas. <p>Território Alvo Específico: Globalidade da NUTS II Lisboa, nomeadamente grandes espaços industriais abandonados ou obsoletos (e.g. Arco Ribeirinho Sul)</p> <p>Tipologia de Beneficiário: Autarquias locais e suas associações, Serviços da Administração Central, Empresas públicas, Sociedades Públicas de Investimento.</p>	

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção das operações

Prioridade de Investimento 6.5	Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído
<p>As operações deverão evidenciar coerência com a estratégia subjacente ao PO e enquadrar-se no Eixo Prioritário e Prioridade de Investimento, bem como na tipologia de ações previstas e demonstrar o contributo para os respetivos objetivos e metas.</p> <p>Como princípio geral, as operações a apoiar no âmbito do presente Eixo Prioritário respeitarão a legislação comunitária e nacional conexas com as disposições gerais da regulamentação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, respeitarão igualmente a regulamentação do Fundo que financia este Eixo Prioritário e, ainda, a regulamentação específica que vier a ser definida.</p>	

A seleção de operações respeitará os princípios da não discriminação e da transparência, bem como os princípios da racionalidade económica alargando-se o âmbito de exigência da análise custo-benefício na instrução de candidaturas, sempre que se justifique, devendo as operações demonstrar sustentabilidade adequada à sua tipologia.

Para potenciar os resultados, as operações serão sujeitas a processos competitivos de candidatura, privilegiando-se a modalidade do concurso.

2.A.6.3.Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Prioridade de Investimento 6.5	Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído
Não aplicável	

2.A.6.4 Utilização prevista dos Grandes projetos

Prioridade de Investimento 6.5	Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído
Não foram identificadas ações que configurem grandes projetos	

2.A.6.5 Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5. Indicadores de Realização comuns e específicos de resultados

ID	Indicador (nome do indicador)	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de reporte
	Espaços abertos criados ou reabilitados em zonas urbanas	m ²	FEDER	Mais Desenvolvida		SI do POR	Anual
	Projetos de melhoria da qualidade do ar e/ou redução do ruído em ambiente urbano	N.º	FEDER	Mais Desenvolvida		SI do POR	Anual

2.A.7 Inovação Social, cooperação transnacional e contributo para os objetivos temáticos 1-7

Eixo Prioritário 6	Reforçar a Investigação, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação
	<p>O principal objetivo da cooperação transnacional entre os Estados-Membros, no âmbito do FSE, é contribuir para a qualidade e a eficácia da política de emprego e para a implementação de reformas. Tal objetivo consegue-se, no âmbito da cooperação, com a promoção da troca e partilha de informações e de boas práticas, implicando trabalho conjunto para alcançar soluções comuns, através da aprendizagem mútua entre as Administrações, os parceiros sociais, as ONG e outras instituições no domínio do emprego, da inclusão social e da formação.</p> <p>A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, como entidade responsável, quer pela preparação das estratégias, quer pela participação regional nos programas de Cooperação Territorial Europeia (CTE) para os quais é elegível, assegura a coerência programática da intervenção da região de Lisboa nos diferentes espaços de cooperação transnacional e inter-regional, bem como a articulação e a complementaridade entre as prioridades a desenvolver no programa operacional regional de Lisboa as componentes regionais nos programas do Objetivo Cooperação Territorial Europeia. Esta coordenação é ainda reforçada pela responsabilidade de gestão do PO Regional 2014-2020.</p> <p>De entre as prioridades que Portugal elegeu no âmbito da CTE, destacam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorização do conhecimento e da inovação no quadro da Estratégia Europa 2020, tendo em conta o sistema científico e tecnológico nacional e a sua capacidade de integração em redes de conhecimento; • Melhoria da competitividade das PME; • Adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos; • Proteção do meio ambiente e eficiência de recursos; • Emprego e mobilidade laboral. <p>Tendo em vista a coordenação e a melhor utilização dos fundos provenientes dos dois grandes objetivos da política de coesão, no âmbito das prioridades referidas será dada particular atenção às seguintes vertentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • intercâmbio de informação e de investigação, troca de experiências, disseminação de boas práticas, transferência de “know-how” e partilha de ferramentas em projetos inovadores; • participação em “clusters”, redes, projetos-piloto e preparação de estratégias de intervenção conjuntas; • colaboração em ações inter-regionais que permitam o reforço da capacitação institucional para a preparação e gestão de projetos e intervenções comuns; • participação em ações e projetos transfronteiriços de desenvolvimento socioeconómico e de valorização dos recursos endógenos. <p>Pretende-se centrar os programas de CTE em intervenções que potenciem as prioridades de investimento definidas no PO, através de ações promovidas em cooperação pelos agentes regionais e locais, definidas em função dos respetivos espaços geográficos – estas intervenções deverão ser</p>

focalizadas em torno de objetivos específicos, sendo selecionados preferencialmente projetos demonstradores, com produtos e resultados tangíveis e transferíveis, sem deixar de capitalizar os resultados obtidos em períodos anteriores e que possam constituir ponto de partida de novos projetos

A estratégia de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo da Estratégia Europa 2020 estabeleceu metas muito ambiciosas, três das quais dizem diretamente respeito ao domínio social: - o aumento da taxa de emprego para 75%; - reduzir o abandono escolar precoce em 10%; - reduzir a pobreza em 20 milhões de pessoas.

A inovação social deverá desempenhar um papel fundamental na política de coesão e deve ser entendida como uma ferramenta para fornecer respostas novas e mais eficientes que contribuam de forma decisiva para o atingir as metas da Europa 2020.

Os desafios sociais e societais complexos exigem respostas que têm de ser encontradas ao nível local e a inovação social é capaz de mobilizar os atores locais e criar respostas localizadas, como ensina a experiência dos anteriores períodos de programação financeira, quer do FSE, quer do FEDER, com projetos como o PIC EQUAL, LEADER, URBAN, URBACT, etc.

Os projetos de inovação social podem constituir iniciativas muito variadas, destinadas a melhorar o bem-estar dos cidadãos e a conceder maior poder (empowerment) aos cidadãos, ao nível local/regional, para que estes possam criar conjuntamente soluções para os problemas sociais e económicos que defrontam. Neste sentido, as iniciativas previstas no Objetivo Temático 9, como os CLDS e os DLBC, são terreno para a experimentação de iniciativas inovadoras ao nível da integração de grupos-alvo desfavorecidos no mercado de trabalho (educação, formação, migração, conciliação da vida profissional e pessoal), a adaptação de sectores económicos específicos (economia social, serviços prestados a pessoas, empresas de muito pequena dimensão), o desenvolvimento de novas sinergias sociais ao nível local e regional, como ainda no combate ao abandono e insucesso escolar.

A área da dinamização dos recursos do território é igualmente um dos elementos mais relevantes da inovação social, nomeadamente para concretização do contributo da ação local para o desenvolvimento económico e criação de emprego, atuando ao nível da capacidade de iniciativa e de organização indispensável à transformação e valorização de recursos (materiais, de conhecimento e outros). Desta forma, os projetos de regeneração urbana que integram os domínios sociais, económicos e ambientais, revelam-se também como uma oportunidade para a implementação de políticas e soluções inovadoras que respondam às necessidades sociais.

É nos Eixos 8,9 e 10 do Programa que a inovação social tem o seu core business. Com uma componente FSE muito focada nas respostas às necessidades sociais do momento, e por isso na criação de soluções inovadoras que melhor respondam aos desafios societais, o Programa procura abrir campo à experimentação social de base local, nas vertentes do emprego e formação, no combate ao abandono e insucesso escolar, no apoio aos mais vulneráveis e no combate à pobreza, respondendo desta forma aos grandes desígnios da Europa 2020.

Não obstante, no Eixo Prioritário 6 existe, também, campo para a inovação social numa articulação com a valorização do património cultural e natural, possibilitando a criação de projetos de turismo social, de animação, sensibilização e divulgação, que privilegiando a inclusão social de grupos mais vulneráveis podem ter o “selo” da inovação social. Também as intervenções de regeneração nas áreas industriais obsoletas são uma oportunidade para acolher serviços da economia social protagonizados pelo terceiro setor.

2.A.8 Quadro de desempenho

Quadro 6. Quadro de Desempenho do Eixo Prioritário 6

Eixo Prioritário	Indicador Tipo	ID	Indicador ou fase fundamental da execução	Unidade de medida, se for pertinente	Fundo	Categoria de região	Metas para 2018			Objetivo final (2023)			Fonte dos dados	Explicação da relevância do indicador, se necessário
							H	M	T	H	M	T		

Informação qualitativa adicional sobre a criação do quadro de desempenho (facultativo)

2.A.9 Tipo de intervenção

Quadro 8: Dimensão 2 Forma de financiamento

Fundo		
Categoria de região		
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR

Quadro 9: Dimensão 3 Tipo de território

Fundo		
Categoria de região		
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR

Quadro 10: Dimensão 4 Mecanismos de execução territorial

Fundo		
Categoria de região		
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR

Quadro 11: Dimensão 6 Tema secundário do FSE (apenas FSE)

Fundo		
Categoria de região		
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR

--	--	--

2.A.10 Resumo da utilização prevista de assistência técnica, incluindo, se necessário, ações para reforçar a capacidade administrativa das autoridades envolvidas na gestão e controlo dos programas e beneficiários

Eixo Prioritário 6	Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos
<p>No âmbito do modelo de gestão, acompanhamento e controlo do PO, pode revelar-se necessário reforçar a capacidade administrativa dos agentes envolvidos, recorrendo-se para o efeito ou ao quadro de operações de Assistência Técnica do período de programação 2007-2013 ou aos apoios estabelecidos para o período de programação 2014-2020.</p>	

2.A.1 Eixo Prioritário 8

ID do Eixo Prioritário	8
Designação do Eixo Prioritário	Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores

<input type="checkbox"/> Todo o eixo prioritário será executado exclusivamente através de instrumentos financeiros	
<input type="checkbox"/> Todo o eixo prioritário será executado exclusivamente através de instrumentos financeiros instituídos ao nível da União	
<input type="checkbox"/> Todo o eixo prioritário será executado através do desenvolvimento promovido pelas comunidades locais	
<input type="checkbox"/> Para o FSE: Todo o eixo prioritário é dedicado à inovação social ou à cooperação transnacional, ou ambas	

2.A.2 Justificação para o estabelecimento de um eixo prioritário abrangendo mais do que um categoria de região, ou mais do que um objetivo temático ou mais do que um fundo

Não aplicável

2.A.3 Fundo, categoria de região e base de cálculo para o apoio da União

Fundo	
Categoria de região	
Base de Cálculo (despesa elegível total ou despesa elegível pública)	

2.A.4. Prioridade de Investimento 8.1

Prioridade de Investimento 8.1	Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores
--------------------------------	--

2.A.5. Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e aos resultados esperados

ID	1
Objetivo Específico	<i>Integrar os desempregados de forma sustentada no mercado de trabalho</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>A crise económica nos últimos anos tem revelado impactos muito importantes na redução da capacidade empregadora da Região. Este facto é especialmente evidente no crescimento da taxa de desemprego na Região de Lisboa entre 2011 e 2013, que atingiu níveis especialmente severos. No final do 2.º trimestre de 2013, a Região registava a mais elevada taxa de desemprego (19,3%) desde que existem registos, sendo que mais de 89% dos desempregados eram adultos com 25 e mais anos, destacando-se entre estes os desempregados com 55 e mais anos cuja reintegração no mercado de trabalho é especialmente difícil e que representavam 18% do total de desempregados.</p> <p>O agravamento da situação de desemprego e das dificuldades de acesso ao mercado de trabalho refletiram-se, ainda, no aumento do tempo de permanência no desemprego: no final do terceiro trimestre de 2013, cerca de 43,8% dos desempregados procuravam emprego há 12 ou mais meses. Face a esta situação, o combate ao desemprego constitui uma das grandes prioridades da política regional para o período 2014-2020, em linha com a estratégia Europa 2020 que assume como meta para a UE que 75% da população entre os 20 e os 64 anos esteja empregada em 2020, por via da criação líquida de emprego.</p> <p>O estímulo à criação de emprego na Região até 2020 deverá estar suportado numa abordagem integrada que, por um lado, resulte da dinamização e qualificação do tecido produtivo com vista à sua adaptação ao novo quadro de competitividade da economia global e, por outro lado, de medidas de estímulo ao mercado de emprego. Neste segundo domínio, importa intensificar na Região os incentivos à inserção de ativos no mercado de trabalho, promovendo a integração profissional de desempregados em situação mais desprotegida, apoiando a transição entre o sistema de qualificações e o mercado de trabalho, promovendo a criação de emprego em novas áreas e apoiando a melhoria das qualificações e a reconversão da estrutura produtiva.</p> <p>Em suma, os apoios da União irão permitir obter resultados ao nível da integração de ativos desempregados e de jovens no mercado de trabalho, contribuindo para a redução da elevada taxa de desemprego que afeta a Região e para uma transição mais eficaz dos jovens para a vida ativa.</p>

Quadro 4: Indicadores de Resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e Indicadores de resultados específicos do Programa correspondentes ao Objetivo Específico 1

ID	Indicador (nome do indicador)	Categoria da região	Unidade de medida	Indicador de realização comum usado como base para a definição das metas	Valor de Base			Unidade de medida de base e das metas	Ano de base	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T			H	M	T		
	Estagiários integrados no final do estágio e 6 meses após essa data (ICC do FSE, com os devidos adaptações, face à natureza das intervenções apoiadas	Mais Desenvolvida	%						2012				SI POR (em articulação c/SI IEFP	Anual

ID	2
Objetivo Específico	<i>Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas como contributo para elevar as competências empresariais em I&I</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>A Região de Lisboa conta-se entre as regiões inovadoras líder da UE, em resultado de um esforço de investimento na formação de profissionais altamente qualificados, realizado na última década. É fundamental assegurar a manutenção da trajetória de aumento da despesa em I&D da Região, dando continuidade ao apoio da formação de recursos humanos altamente qualificados e promovendo, em particular, um aumento da produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente. Nesse sentido, é necessário reforçar os índices de emprego em I&D e de recursos humanos altamente qualificados, nomeadamente de doutorados, e a inserção em redes de conhecimento internacional, superando as dificuldades de os fixar bem como de promover a sua mobilidade (para outras instituições do SCT).</p> <p>A internalização de competências em I&D&I nas empresas é determinante para a plena exploração do potencial de geração de valor associado à inovação.</p> <p>Para tal a existência de recursos qualificados nas empresas é fundamental, pelo que importa apoiar a integração de quadros altamente qualificados, nomeadamente doutorados.</p> <p>Os apoios da União irão permitir obter resultados ao nível da participação de doutorados no mercado trabalho, concorrendo para a qualificação do tecido empresarial e para a promoção de uma base económica suportada na inovação e no conhecimento e, por esse facto, em capital humano com elevados níveis de qualificação.</p>

Quadro 4: Indicadores de Resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e Indicadores de resultados específicos do Programa correspondentes ao Objetivo Específico 2

ID	Indicador (nome do indicador)	Categoria da região	Unidade de medida	Indicador de realização comum usado como base para a definição das metas	Valor de Base			Unidade de medida de base e das metas	Ano de base	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T			H	M	T		
	Doutorados contratados por empresas que se encontram empregados em empresas 6 meses após o apoio (ICC do FSE)	Mais Desenvolvida	%º										Gabinete de Estratégia e Estudos (MEE), Quadros de pessoal	Anual

2.A.6. Ações a apoiar no âmbito da Prioridade de investimento 8.1

2.A.6.1 Descrição do tipo e exemplos de ações a apoiar e do seu contributo esperado para os objetivos específicos correspondentes, incluindo, se for caso disso, a identificação dos principais grupos-alvo, territórios-alvo em especial e tipos de beneficiários

Prioridade de Investimento 8.1	Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores
<p>Ações que visem promover a integração no mercado de trabalho, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoios à contratação de desempregados, com dificuldades de inserção socioprofissional, e desempregados de longa duração; • Apoios à transição para a vida ativa e à reconversão profissional, designadamente com estágios, que visem criar condições adequadas à promoção da empregabilidade de desempregados e jovens; • Apoios à contratação de jovens qualificados. <p>Ações que visem aumentar o emprego científico e as competências em I&D&I:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio à integração de doutorados nas empresas (no âmbito dos projetos de I&D e no âmbito da estratégia empresarial); • Apoio a programas de mobilidade de doutorados entre empresas e outras entidades do SCT. <p>Território Alvo Específico: Globalidade da NUTS II Lisboa</p> <p>Tipologia de Beneficiário: Autarquias locais e suas associações, Serviços da Administração Central, Outras entidades públicas, Associações empresariais, Não PME, Empresa de média dimensão, Pequena empresa, Microempresa, Entidades privadas sem fins lucrativos.</p>	

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção das operações

Prioridade de Investimento 8.1	Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores
<p>As operações deverão evidenciar coerência com a estratégia subjacente ao PO e enquadrar-se no Eixo Prioritário e Prioridade de Investimento, bem como na tipologia de ações previstas e demonstrar o contributo para os respetivos objetivos e metas.</p> <p>Como princípio geral, as operações a apoiar no âmbito do presente Eixo Prioritário respeitarão a legislação comunitária e nacional conexas com as disposições gerais da regulamentação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, respeitarão igualmente a regulamentação do Fundo que financia este Eixo Prioritário e, ainda, a regulamentação específica que vier a ser definida.</p> <p>A seleção de operações respeitará os princípios da não discriminação e da transparência, bem como os princípios da racionalidade económica alargando-se o âmbito de exigência da análise custo-benefício na</p>	

instrução de candidaturas, sempre que se justifique, devendo as operações demonstrar sustentabilidade adequada à sua tipologia.

Para potenciar os resultados, as operações serão sujeitas a processos competitivos de candidatura, privilegiando-se a modalidade do concurso.

2.A.6.3.Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Prioridade de Investimento 8.1	Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores
Não aplicável	

2.A.6.4 Utilização prevista dos Grandes projetos

Prioridade de Investimento 8.1	Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores
Não foram identificadas ações que configurem grandes projetos	

2.A.6.5 Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5. Indicadores de Realização comuns e específicos de resultados

ID	Indicador (nome do indicador)	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T		
	Estagiários abrangidos	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual
	Doutorados e pós-doutorados contratados por empresas apoiadas	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual

2.A.4. Prioridade de Investimento 8.3

Prioridade de Investimento 8.3	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras
--------------------------------	--

2.A.5. Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e aos resultados esperados

ID	1
Objetivo Específico	<i>Apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>Considerando o elevado nível de desemprego que se regista na Região de Lisboa, o apoio ao empreendedorismo e à criação de emprego por conta própria será uma das medidas de atuação a privilegiar pelo Programa Operacional Regional. A promoção do empreendedorismo é não só importante no quadro das políticas ativas de emprego, como é também um instrumento relevante para dinamizar o investimento privado, reforçar a competitividade da Região, e contribuir para a diversificação do tecido produtivo.</p> <p>Pese embora a crescente relevância regional do empreendedorismo, através do desenvolvimento de diversos projetos como a criação de incubadoras e de <i>start-ups</i>, esta é uma área em que ainda há uma ampla margem de progressão e que necessita de ser fortemente estimulada. Com efeito, em 2011 o peso dos trabalhadores por conta própria (trabalhador por conta própria ou empregador) no total da população empregada era de apenas 13,8%.</p> <p>O perfil crescentemente qualificado dos jovens que acedem ao mercado de emprego, com um aumento dos indivíduos com formação de nível superior, o papel da rede de instituições de ensino e investigação instaladas na Região e o crescente protagonismo da Administração Local na geração de ecossistemas de empreendedorismo, exigem a dinamização do empreendedorismo e do autoemprego na Região de Lisboa através da disponibilização de incentivos à criação do próprio emprego, no apoio à criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego, e da dinamização dos sistemas de microcrédito.</p> <p>Os apoios da União neste âmbito irão permitir obter resultados na criação sustentável de emprego, contribuindo para a redução da elevada taxa de desemprego que se verifica atualmente na Região de Lisboa. O estímulo ao empreendedorismo será igualmente essencial para rejuvenescer tecido produtivo e promover a inovação.</p>

Quadro 4: Indicadores de Resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e Indicadores de resultados específicos do Programa correspondentes ao Objetivo Específico 1

ID	Indicador (nome do indicador)	Categoria da região	Unidade de medida	Indicador de realização comum usado como base para a definição das metas	Valor de Base			Unidade de medida de base e das metas	Ano de base	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T			H	M	T		
	Postos de trabalho apoiados que permanecem 6 meses após o fim do apoio	Mais Desenvolvida	%						2012				SI POR (em articulação c/SI IEFP)	2019/2023
	Pessoas/entidades apoiadas que permanecem com atividade 12 meses após fim do apoio	Mais Desenvolvida	%										SI POR (em articulação c/SI IEFP)	2019/2023

2.A.6. Ações a apoiar no âmbito da Prioridade de investimento 8.3

2.A.6.1 Descrição do tipo e exemplos de ações a apoiar e do seu contributo esperado para os objetivos específicos correspondentes, incluindo, se for caso disso, a identificação dos principais grupos-alvo, territórios-alvo em especial e tipos de beneficiários

Prioridade de Investimento 8.3	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras
<p>Ações que visem a criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio à criação do próprio emprego, com enfoque nos desempregados e jovens, incluindo a criação de empresas ou o apoio a microempresas existentes que criem emprego; • Ações de formação, orientação e acompanhamento de empreendedores. • Apoio ao empreendedorismo social, incluindo a promoção de <i>start-ups</i> sociais <p>Território Alvo Específico: Globalidade da NUTS II Lisboa</p> <p>Tipologia de Beneficiário: Serviços da Administração Central, Outras entidades públicas, Instituições de ensino e formação profissional e de investigação, Associações empresariais, Não PME, Empresa de média dimensão, Pequena empresa, Microempresa, Pessoas singulares</p>	

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção das operações

Prioridade de Investimento 8.3	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras
<p>As operações deverão evidenciar coerência com a estratégia subjacente ao PO e enquadrar-se no Eixo Prioritário e Prioridade de Investimento, bem como na tipologia de ações previstas e demonstrar o contributo para os respetivos objetivos e metas.</p> <p>Como princípio geral, as operações a apoiar no âmbito do presente Eixo Prioritário respeitarão a legislação comunitária e nacional conexa com as disposições gerais da regulamentação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, respeitarão igualmente a regulamentação do Fundo que financia este Eixo Prioritário e, ainda, a regulamentação específica que vier a ser definida.</p> <p>A seleção de operações respeitará os princípios da não discriminação e da transparência, bem como os princípios da racionalidade económica alargando-se o âmbito de exigência da análise custo-benefício na instrução de candidaturas, sempre que se justifique, devendo as operações demonstrar sustentabilidade adequada à sua tipologia.</p> <p>Para potenciar os resultados, as operações serão sujeitas a processos competitivos de candidatura, privilegiando-se a modalidade do concurso.</p>	

2.A.6.3.Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Prioridade de Investimento 8.3	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras
Não aplicável	

2.A.6.4 Utilização prevista dos Grandes projetos

Prioridade de Investimento 8.3	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras
Não foram identificadas ações que configurem grandes projetos	

2.A.6.5 Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5. Indicadores de Realização comuns e específicos de resultados

ID	Indicador (nome do indicador)	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T		
	Postos de trabalho criados em empresas apoiadas	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual
	Nº de entidades apoiadas	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual

2.A.4. Prioridade de Investimento 8.4

Prioridade de Investimento 8.4	Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, nomeadamente nos domínios do acesso ao emprego, da progressão na carreira, da conciliação da vida profissional e privada e da promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual
--------------------------------	--

2.A.5. Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e aos resultados esperados

ID	1
Objetivo Específico	Melhorar as condições de conciliação da vida familiar e profissional promovendo, simultaneamente, a natalidade e novas formas de integração no mercado de trabalho

<p>Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União</p>	<p>A participação generalizada da mulher no mercado de trabalho – ao longo das últimas décadas – tem-se consubstanciado num adiamento da idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho, que em 2011, se situava nos 30,9 anos de idade na Região de Lisboa (30,0 UE27), e subsequentemente numa redução do número de filhos por mulher. A taxa de natalidade registou uma diminuição acentuada, de 11,9 ‰ em 2001 para 10,4 ‰ em 2011.</p> <p>Por outro lado, e à semelhança da tendência registada um pouco por todo o país, no decurso da última década a Região de Lisboa conheceu uma desestruturação dos núcleos familiares tradicionais. A dimensão média das famílias era, em 2011, de 2,4 indivíduos, inferior à média nacional (2,7 indivíduos) e europeia (2,5 UE27). Entretanto, aumentou significativamente o número de pessoas a residirem sozinhas, sendo uma das principais transformações nas estruturas familiares; as famílias clássicas unipessoais aumentaram na Região de Lisboa de 20,8% para 25,6%, entre 2001 e 2011.</p> <p>O aumento da participação da mulher no mercado de trabalho e as crescentes exigências em termos de disponibilidade e produtividade dos ativos fazem com que a conciliação entre a vida profissional e familiar ganhe uma renovada importância, tanto mais quanto as famílias desempenham um papel fundamental no processo de desenvolvimento das crianças e no apoio aos mais idosos e a outros adultos dependentes.</p> <p>Neste contexto, o Programa Operacional Regional irá apoiar uma política de incentivo à natalidade e à empregabilidade parcial, designadamente através da concretização de medidas inscritas no PINEP - Programa de Incentivo à Natalidade e Empregabilidade Parcial.</p>
---	---

Quadro 4: Indicadores de Resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e Indicadores de resultados específicos do Programa correspondentes ao Objetivo Específico 1

ID	Indicador (nome do indicador)	Categoria da região	Unidade de medida	Indicador de realização comum usado como base para a definição das metas	Valor de Base			Unidade de medida de base e das metas	Ano de base	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T			H	M	T		
	Abrangidos em sede de incentivo à natalidade	Mais Desenvolvida	%						2014				SI POR (em articulação c/SI IEFP)	Anual

ID	2
Objetivo Específico	<i>Integração da dimensão da igualdade de género na organização, funcionamento e atividade das entidades dos sectores público, privado e cooperativo</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>Apesar dos esforços regionais para a promoção de uma maior igualdade entre homens e mulheres e das mulheres representarem, em 2011, 54,1% da população regional com qualificação académica de nível superior tendem a persistir diferenças assinaláveis entre os géneros na participação no mercado de trabalho.</p> <p>Em 2011, a taxa de atividade feminina na Região era de 55,5%, (abaixo da masculina que era de 62,9%), o ganho médio mensal das mulheres era 22,7% inferior ao dos homens e a percentagem de mulheres empregadoras ou a trabalhar por conta própria era de 11,5% (inferior aos 12,9% nos homens).</p> <p>A progressiva eliminação desta desigualdade e o reforço da afirmação do papel da mulher na dimensão laboral constitui uma das prioridades da política de emprego da Região até 2020.</p> <p>Com vista a potenciar uma plena integração da dimensão da igualdade de género na organização, funcionamento e atividade das entidades dos sectores públicos, privados e cooperativos, uma das linhas de atuação a ser seguida é o financiamento de formação e de apoio técnico à elaboração e monitorização da execução de planos para a igualdade nos vários sectores.</p> <p>Estes planos deverão identificar objetivos e medidas a implementar em cada entidade, de acordo com a sua natureza, funcionamento e missão, com vista a estimular e ajudar os responsáveis e gestores das entidades a operacionalizar uma estratégia específica que contribua amplamente para uma igualdade de género e não discriminação.</p>

Quadro 4: Indicadores de Resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e Indicadores de resultados específicos do Programa correspondentes ao Objetivo Específico 2

ID	Indicador (nome do indicador)	Categoria da região	Unidade de medida	Indicador de realização comum usado como base para a definição das metas	Valor de Base			Unidade de medida de base e das metas	Ano de base	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T			H	M	T		
	Entidades dos setores público, privado e cooperativo, abrangidos por planos para a igualdade	Mais Desenvolvida	%						2013				SI (FSE) em articulação c/CIG	Anual

2.A.6. Ações a apoiar no âmbito da Prioridade de investimento 8.4

2.A.6.1 Descrição do tipo e exemplos de ações a apoiar e do seu contributo esperado para os objetivos específicos correspondentes, incluindo, se for caso disso, a identificação dos principais grupos-alvo, territórios-alvo em especial e tipos de beneficiários

Prioridade de Investimento 8.4	Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, nomeadamente nos domínios do acesso ao emprego, da progressão na carreira, da conciliação da vida profissional e privada e da promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual
<p>Ações que visem a melhoria das condições de conciliação da vida familiar e profissional, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio das Medidas preconizadas no Programa de Incentivo à Natalidade e Empregabilidade Parcial (PINEP). <p>Ações que visem contribuir para a integração da dimensão da igualdade de género na organização, funcionamento e atividade das entidades dos sectores público, privado e cooperativo, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formação e apoio técnico para a elaboração e monitorização da execução de planos para a igualdade nas entidades dos sectores público, privado e cooperativo. <p>Território Alvo Específico: Globalidade da NUTS II Lisboa</p> <p>Tipologia de Beneficiário: Serviços da Administração Central, Outras entidades públicas, Instituições de ensino e formação profissional, Associações empresariais, Não PME, Empresa de média dimensão, Pequena empresa, Microempresa, Pessoas singulares.</p>	

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção das operações

Prioridade de Investimento 8.4	Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, nomeadamente nos domínios do acesso ao emprego, da progressão na carreira, da conciliação da vida profissional e privada e da promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual
<p>As operações deverão evidenciar coerência com a estratégia subjacente ao PO e enquadrar-se no Eixo Prioritário e Prioridade de Investimento, bem como na tipologia de ações previstas e demonstrar o contributo para os respetivos objetivos e metas.</p> <p>Como princípio geral, as operações a apoiar no âmbito do presente Eixo Prioritário respeitarão a legislação comunitária e nacional conexa com as disposições gerais da regulamentação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, respeitarão igualmente a regulamentação do Fundo que financia este Eixo Prioritário e, ainda, a regulamentação específica que vier a ser definida.</p> <p>A seleção de operações respeitará os princípios da não discriminação e da transparência, bem como os princípios da racionalidade económica alargando-se o âmbito de exigência da análise custo-benefício na instrução de candidaturas, sempre que se justifique, devendo as operações demonstrar sustentabilidade adequada à sua tipologia.</p> <p>Para potenciar os resultados, as operações serão sujeitas a processos competitivos de candidatura, privilegiando-se a modalidade do concurso.</p>	

2.A.6.3.Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Prioridade de Investimento 8.4	Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, nomeadamente nos domínios do acesso ao emprego, da progressão na carreira, da conciliação da vida profissional e privada e da promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual
Não aplicável	

2.A.6.4 Utilização prevista dos Grandes projetos

Prioridade de Investimento 8.4	Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, nomeadamente nos domínios do acesso ao emprego, da progressão na carreira, da conciliação da vida profissional e privada e da promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual
Não foram identificadas ações que configurem grandes projetos	

2.A.6.5 Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5. Indicadores de Realização comuns e específicos de resultados

ID	Indicador (nome do indicador)	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T		
	Abrangidos/participantes em sede de incentivo à natalidade	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual
	Entidades dos setores público, privado e cooperativo, apoiadas para desenvolverem planos para a igualdade	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual

2.A.4. Prioridade de Investimento 8.5

Prioridade de Investimento 8.5	Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança
--------------------------------	---

2.A.5. Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e aos resultados esperados

ID	1
----	---

Objetivo Específico	<i>Intensificar a formação dos empresários para a reorganização e melhoria das capacidades de gestão, assim como dos ativos das empresas apoiadas em temáticas associadas à inovação e à mudança</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>A dinâmica de transformação estrutural que se pretende incentivar na região, com a promoção de um modelo de desenvolvimento económico assente na inovação e na criatividade, exige um alargamento da base dos ativos qualificados e também uma adequada qualificação dos empresários. A região concentra ainda um conjunto de recursos humanos pouco qualificados ou desajustados às necessidades do mercado de trabalho, especialmente em processos de mudança e inovação, que apresentam elevadas taxas de desemprego e dificuldade de reintegração no mercado de trabalho quando afetados por reestruturação. Esse desajustamento é muito influenciado pelas debilidades na oferta e procura do ensino profissional e tecnológico.</p> <p>As intervenções de modernização e adoção de novos fatores competitivos por parte das empresas implicam lógicas integradas de capacitação das pessoas e empresas e dos investimentos de qualificação, I&D&I e internacionalização. Só esta articulação permite explorar em pleno o potencial de transformação associado ao investimento com vista à qualificação dos empresários, das empresas e dos seus modelos de gestão.</p> <p>O apoio da União será decisivo em termos de resultados para promover a modernização dos processos produtivos e de gestão que sustentem a internacionalização e maior incorporação de I&D&I nas PME.</p>

Quadro 4: Indicadores de Resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e Indicadores de resultados específicos do Programa correspondentes ao Objetivo Específico 1

ID	Indicador (nome do indicador)	Categoria da região	Unidade de medida	Indicador de realização comum usado como base para a definição das metas	Valor de Base			Unidade de medida de base e das metas	Ano de base	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T			H	M	T		
	Participantes - pessoas melhor preparadas para a inovação e mudança	Mais Desenvolvida	Nº										Inquérito/sondagem às empresas	Bienal
	Empresas que concretizaram planos de mudança organizacional associados à formação	Mais Desenvolvida	Nº										Inquérito/sondagem às empresas	Bienal

ID	2
Objetivo Específico	<i>Aumentar a empregabilidade dos ativos através do desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>Em 2011, 25,9% dos empregados na Região não possuíam sequer o 3º ciclo do ensino básico (9 anos de escolaridade), 22% dispunham apenas daquele nível habilitacional, 29,1% tinham completado o ensino secundário ou pós-secundário e apenas 19,9% dispunham de um diploma do ensino superior.</p> <p>Este quadro de qualificações dos ativos constitui uma fragilidade face ao processo de transformação produtiva que a Região de Lisboa atravessa e é um obstáculo à estratégia de internacionalização e aposta numa base económica inovadora.</p> <p>A forte relação entre a falta de qualificação dos ativos e as dificuldades de empregabilidade no atual contexto económico são particularmente evidentes no perfil de qualificações dos inscritos nos centros de emprego da Região. Com efeito, no final do 3º trimestre de 2013 71% dos desempregados revelavam níveis de qualificação iguais ou inferiores ao 3º ciclo do básico.</p> <p>O modelo de desenvolvimento económico proposto para a Região, assente na inovação e na criatividade, exige um alargamento da base de ativos qualificados e também uma adequada qualificação dos empresários.</p> <p>O apoio da União irá permitir obter resultados ao nível da melhoria das condições de participação no mercado de trabalho daqueles que se encontram empregados, e da melhoria das condições de empregabilidade daqueles que se encontram em situação de desemprego. Estas duas áreas de resultado são essências para a afirmação de uma economia regional suportada inovação e no conhecimento e para reduzir as elevadas taxas de desemprego que se verificam atualmente.</p>

Quadro 4: Indicadores de Resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e Indicadores de resultados específicos do Programa correspondentes ao Objetivo Específico 2

ID	Indicador (nome do indicador)	Categoria da região	Unidade de medida	Indicador de realização comum usado como base para a definição das metas	Valor de Base			Unidade de medida de base e das metas	Ano de base	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T			H	M	T		
	Empregados abrangidos que mantêm ou melhoram a sua situação laboral, 6 meses após a conclusão da formação	Mais Desenvolvida	%										SI (FSE) em articulação c/SI IEFP e outros operadores de formação	2019/2023
	Desempregados abrangidos empregados 6 meses após a conclusão da formação	Mais Desenvolvida	%										SI (FSE) em articulação c/SI IEFP e outros operadores de formação	2019/2023

ID	3
Objetivo Específico	<i>Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas unidades de investigação de entidades do SCTN como contributo para a qualificação das suas estratégias</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>Apesar de um ambiente de inovação particularmente intenso no contexto nacional, com a existência de unidades de investigação de qualidade e com vários programas, estratégias e linhas de financiamento que permitiram significativos progressos em matéria de investigação e inovação na última década, verifica-se que existem ainda dificuldades estruturais que comprometem, neste fator-chave de investimento, a competitividade da economia regional.</p> <p>Na base da inovação regional, encontram-se não só os processos autónomos de investigação e de desenvolvimento tecnológico, mas fundamentalmente a transferência deste conhecimento e tecnologia das instituições de investigação e ensino superior do setor público para o setor empresarial, designadamente a desenvolvida no âmbito de programas de doutoramento e pós-doutoramento em universidades e em centros de investigação, contribuindo para materializar um veículo importante de articulação entre o sistema científico e tecnológico nacional (SCTN) e atividades de especialização firmadas da Região de Lisboa.</p> <p>No contexto da proposta de uma "União da Inovação", no quadro da Estratégia Europa 2020, e visando contribuir para o objetivo de reforço da base de conhecimentos da Europa, importa dar continuidade ao processo de integração de doutorados (alargando também a pós-doutorados) em entidades do SCTN, incluindo a atração de investigadores estrangeiros ou nacionais a trabalhar em instituições de I&I internacionais, procurando o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação da Região de Lisboa.</p> <p>O Programa Operacional Regional irá dar continuidade à política concretizada no período de programação 2007-2013, que promoveu a integração de doutorados no SCTN, designadamente ao abrigo do Programa Operacional Temático Potencial Humano.</p>

Quadro 4: Indicadores de Resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e Indicadores de resultados específicos do Programa correspondentes ao Objetivo Específico 3

ID	Indicador (nome do indicador)	Categoria da região	Unidade de medida	Indicador de realização comum usado como base para a definição das metas	Valor de Base			Unidade de medida de base e das metas	Ano de base	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T			H	M	T		
	Doutorados contratados por unidades de I&D que se encontram empregados 6 meses após o apoio	Mais Desenvolvida	%						2011				SI POR e FCT	2019/2023

2.A.6. Ações a apoiar no âmbito da Prioridade de investimento 8.5

2.A.6.1 Descrição do tipo e exemplos de ações a apoiar e do seu contributo esperado para os objetivos específicos correspondentes, incluindo, se for caso disso, a identificação dos principais grupos-alvo, territórios-alvo em especial e tipos de beneficiários

Prioridade de Investimento 8.5	Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança
<p>Ações que visem contribuir para a reorganização e melhoria das capacidades de gestão, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formação e capacitação dos gestores e dos ativos das empresas para a inovação e gestão empresarial, incluindo programa de formação-ação; • Formação de ativos de empresas tendo em vista uma maior eficácia dos processos de inovação das empresas associada a projetos de investimento; • Formação de empresários. <p>Ações que visem contribuir para o aumento da empregabilidade dos ativos através do desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formações modulares certificadas, sobretudo para desempregados e empregados em risco de desemprego; • Formação específica para a reconversão e aumento da qualificação profissional nas áreas de especialização inteligente; <p>Ações de robustecimento do sistema de I&I regional em particular nos domínios da estratégia de especialização inteligente, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Integração de doutorados e pós-doutorados em entidades do SCTN, incluindo a atração de investigadores estrangeiros ou nacionais a trabalhar em instituições de I&I internacionais <p>Território Alvo Específico: Globalidade da NUTS II Lisboa</p> <p>Tipologia de Beneficiário: Serviços da Administração Central e Local, Outras entidades públicas, Instituições de ensino e formação profissional e de investigação, Associações empresariais, Não PME, Empresa de média dimensão, Pequena empresa, Microempresa, Pessoas singulares.</p>	

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção das operações

Prioridade de Investimento 8.5	Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança
<p>As operações deverão evidenciar coerência com a estratégia subjacente ao PO e enquadrar-se no Eixo Prioritário e Prioridade de Investimento, bem como na tipologia de ações previstas e demonstrar o contributo para os respetivos objetivos e metas.</p> <p>Como princípio geral, as operações a apoiar no âmbito do presente Eixo Prioritário respeitarão a legislação comunitária e nacional conexa com as disposições gerais da regulamentação dos Fundos</p>	

Europeus Estruturais e de Investimento, respeitarão igualmente a regulamentação do Fundo que financia este Eixo Prioritário e, ainda, a regulamentação específica que vier a ser definida.

A seleção de operações respeitará os princípios da não discriminação e da transparência, bem como os princípios da racionalidade económica alargando-se o âmbito de exigência da análise custo-benefício na instrução de candidaturas, sempre que se justifique, devendo as operações demonstrar sustentabilidade adequada à sua tipologia.

Para potenciar os resultados, as operações serão sujeitas a processos competitivos de candidatura, privilegiando-se a modalidade do concurso.

2.A.6.3.Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Prioridade de Investimento 8.5	Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança
Não aplicável	

2.A.6.4 Utilização prevista dos Grandes projetos

Prioridade de Investimento 8.5	Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança
Não foram identificadas ações que configurem grandes projetos	

2.A.6.5 Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5. Indicadores de Realização comuns e específicos de resultados

ID	Indicador (nome do indicador)	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T		
	Ativos abrangidos em ações de formação em contexto empresarial	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual
	Empresas abrangidas em programas de formação-ação	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual
	Abrangidos em formação	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual
	Doutorados e pós-doutorados contratados por unidades de I&D	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual

2.A.8 Quadro de desempenho

Quadro 6. Quadro de Desempenho do Eixo Prioritário 8

Eixo Prioritário	Indicador Tipo	ID	Indicador ou fase fundamental da execução	Unidade de medida, se for pertinente	Fundo	Categoria de região	Metas para 2018			Objetivo final (2023)			Fonte dos dados	Explicação da relevância do indicador, se necessário
							H	M	T	H	M	T		

Informação qualitativa adicional sobre a criação do quadro de desempenho (facultativo)



2.A.9 Tipo de intervenção

Quadro 8: Dimensão 2 Forma de financiamento

Fundo		
Categoria de região		
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR

Quadro 9: Dimensão 3 Tipo de território

Fundo		
Categoria de região		
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR

Quadro 10: Dimensão 4 Mecanismos de execução territorial

Fundo		
Categoria de região		
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR

Quadro 11: Dimensão 6 Tema secundário do FSE (apenas FSE)

Fundo		
Categoria de região		
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR

2.A.10 Resumo da utilização prevista de assistência técnica, incluindo, se necessário, ações para reforçar a capacidade administrativa das autoridades envolvidas na gestão e controlo dos programas e beneficiários

Eixo Prioritário 8	Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores
No âmbito do modelo de gestão, acompanhamento e controlo do PO, pode revelar-se necessário reforçar a capacidade administrativa dos agentes envolvidos, recorrendo-se para o efeito ou ao quadro de operações de Assistência Técnica do período de programação 2007-2013 ou aos apoios estabelecidos para o período de programação 2014-2020.	

2.A.1 Eixo Prioritário 9

ID do Eixo Prioritário	9
Designação do Eixo Prioritário	Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação

<input type="checkbox"/> Todo o eixo prioritário será executado exclusivamente através de instrumentos financeiros	
<input type="checkbox"/> Todo o eixo prioritário será executado exclusivamente através de instrumentos financeiros instituídos ao nível da União	
<input type="checkbox"/> Todo o eixo prioritário será executado através do desenvolvimento promovido pelas comunidades locais	
<input type="checkbox"/> Para o FSE: Todo o eixo prioritário é dedicado à inovação social ou à cooperação transnacional, ou ambas	

2.A.2 Justificação para o estabelecimento de um eixo prioritário abrangendo mais do que um categoria de região, ou mais do que um objetivo temático ou mais do que um fundo

Este Eixo Temático integra diversas Prioridades de Investimento apoiadas pelo FEDER e pelo FSE consoante os seus fins. A seleção de Prioridades suportadas nestes dois fundos visa não só responder aos diversos problemas de exclusão social e pobreza que se verificam na Região de Lisboa como potenciar abordagens integradas e uma utilização articulada e sinérgica dos fundos nos territórios e grupos alvo prioritários. Esta conjugação articulada de fundos reforça a capacidade de contribuição da Região para os objetivos previstos na estratégia Europa 2020, no que respeita a aumentar o emprego e a combater a pobreza e a exclusão social.

2.A.3 Fundo, categoria de região e base de cálculo para o apoio da União

Fundo	
Categoria de região	
Base de Cálculo (despesa elegível total ou despesa elegível pública)	

2.A.4. Prioridade de Investimento 9.1

Prioridade de Investimento 9.1	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade
--------------------------------	--

2.A.5. Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e aos resultados esperados

ID	1
Objetivo Específico	<i>Aumentar o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos vulneráveis, facilitando o seu acesso ao mercado de trabalho</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>A atual crise económica e social que afeta o país tem registado um forte impacto no mercado de emprego regional, tendo a Região de Lisboa alcançado, no 1º trimestre de 2013, uma taxa de desemprego de 19,5%, superior à média do país (17,7%).</p> <p>Não obstante o desemprego registar um crescimento generalizado em toda a Região, verifica-se que a sua incidência é mais acentuada em determinadas áreas urbanas problemáticas e junto de determinados grupos mais vulneráveis, contribuindo de forma acentuada para o aumento da exclusão social e para a pobreza, verificando-se um acréscimo significativo de famílias em situação de privação material.</p> <p>O forte impacto social do aumento do desemprego é testemunhado pelo crescimento, em cerca de 66%, do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), no período de 2007 a 2011. Este aumento revela-se bastante acima do ritmo registado à escala nacional (acréscimo de 21%), alcançando 3,9% da população residente na Região.</p> <p>A resposta a este quadro de agravamento da pobreza e da exclusão dos grupos vulneráveis, para além de intensa e ambiciosa, deverá conceder um protagonismo redobrado à economia social, às organizações e às comunidades locais, na busca de soluções inovadoras mais eficazes, mais eficientes, mais sustentáveis e melhor ajustadas às necessidades das pessoas e dos territórios. Assim, a estratégia deverá contemplar ações inovadoras de dinamização económica local e de apoio à empregabilidade de grupos vulneráveis, capaz de superar as situações de desemprego e exclusão persistente do mercado de trabalho, como induzir a rutura de ciclos geracionais de pobreza.</p> <p>Em suma, o apoio da União será decisivo ao nível dos resultados para reforçar a participação dos ativos no mercado de trabalho através da criação de oportunidades de regresso à vida ativa e do reforço das competências sociais, educativas e profissionais, essenciais para que os grupos socialmente mais desfavorecidos possam elevar os seus níveis de empregabilidade.</p>

Quadro 4: Indicadores de Resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e Indicadores de resultados específicos do Programa correspondentes ao Objetivo Específico 1

ID	Indicador (nome do indicador)	Categoria da região	Unidade de medida	Indicador de realização comum usado como base para a definição das metas	Valor de Base			Unidade de medida de base e das metas	Ano de base	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T			H	M	T		
	Pessoas empregadas 6 meses após o apoio	Mais Desenvolvida	%						2012				SI (FSE) em articulação c/SI IEFP e outros operadores de formação	2019/2023

ID	2
Objetivo Específico	<i>Reforçar as abordagens locais integradas de apoio ao desenvolvimento social assente em parcerias locais</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>O desemprego, como flagelo que perpassa a sociedade portuguesa, com forte expressão na Região de Lisboa cuja taxa de desemprego atingiu os 17,6% em 2012, pode encontrar nas iniciativas de desenvolvimento social assentes em parcerias locais um espaço privilegiado de resposta, visando a ação de proximidade, e reforçando os mecanismos de apoio e promoção da empregabilidade.</p> <p>A Região de Lisboa constitui-se um território particularmente dinâmico na emergência de novas respostas socialmente reconhecidas. A inovação social registada verifica-se preferencialmente a dois níveis, na satisfação das necessidades dos indivíduos não satisfeitas por via do mercado, e na capacitação de agentes e de indivíduos em situação de exclusão social, ambicionando-se neste caso despoletar mudanças sociais, rompendo com as situações de vulnerabilidade e de exclusão social em que os indivíduos se encontram, enquanto no primeiro caso se pretende a satisfação imediata das necessidades existentes.</p> <p>A resposta a este quadro de agravamento do desemprego, da pobreza e da exclusão dos grupos vulneráveis, para além de intensa e ambiciosa, deverá conceder um protagonismo redobrado à economia social, às organizações e às comunidades locais, na busca de soluções inovadoras mais eficazes, mais eficientes, mais sustentáveis e melhor ajustadas às necessidades das pessoas e dos territórios.</p> <p>Assim, a estratégia deverá contemplar ações inovadoras de dinamização económica local e de apoio à empregabilidade de grupos vulneráveis, focalizada no empreendedorismo, capaz de superar as situações de desemprego e exclusão persistente do mercado de trabalho, como induzir a rutura de ciclos geracionais de pobreza e gerar capacitação e dinamização do tecido associativo local.</p>

Quadro 4: Indicadores de Resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e Indicadores de resultados específicos do Programa correspondentes ao Objetivo Específico 2

ID	Indicador (nome do indicador)	Categoria da região	Unidade de medida	Indicador de realização comum usado como base para a definição das metas	Valor de Base			Unidade de medida de base e das metas	Ano de base	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T			H	M	T		
	Territórios vulneráveis cobertos por intervenções apoiadas	Mais Desenvolvida	%										SI POR	Anual
	Taxa de sucesso escolar das crianças e jovens abrangidas	Mais Desenvolvida	%										SI POR em articulação com o ACIDI	3 em 3 anos (com monitorização anual da tx de sucesso)

ID	3
Objetivo Específico	<i>Promover a inclusão ativa de imigrantes e minorias étnicas</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>De acordo com os Censos de 2011, 52% dos imigrantes residentes em Portugal vivem na Região de Lisboa (188.391 indivíduos), representando 6,7% da população residente na Região. Apesar do forte crescimento registado nesta década, uma análise dos dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras permite-nos aferir, que após o <i>boom</i> registado até 2006, se assistiu nos anos seguintes a uma ligeira quebra, acompanhando a conjuntura económica.</p> <p>Nos últimos anos, dinamizaram-se várias respostas e serviços de proximidade com vista ao acolhimento dos imigrantes, apoiando esta população no processo de integração, como é o caso dos Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes. Contudo, a crise social e económica que o país e a Região têm atravessado nos últimos anos tiveram impactos especiais sobre o aumento do desemprego dos ativos com menores níveis de qualificação e no agravamento do número de famílias e de indivíduos em situação de vulnerabilidade e privação material. A resposta ao aumento da fratura social na Região deverá considerar os diversos grupos mais vulneráveis, as suas especificidades e fragilidades. Neste contexto a população imigrante assume particular notoriedade, até pela sua importância para a revitalização demográfica, atendendo ao forte envelhecimento demográfico da sociedade portuguesa.</p> <p>A abordagem à inclusão deverá ainda privilegiar as soluções integradas que confirmam a atenção devida à inclusão dos imigrantes no mercado de emprego, mas também na sociedade, criando condições favoráveis à sua inclusão ativa e holística.</p> <p>O apoio da União irá permitir obter resultados ao nível da inclusão da população imigrante, nomeadamente no reforço da sua empregabilidade, na redução das taxas de abandono e de insucesso escolar e na facilitação do acesso aos serviços públicos de proximidade.</p>

Quadro 4: Indicadores de Resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e Indicadores de resultados específicos do Programa correspondentes ao Objetivo Específico 3

ID	Indicador (nome do indicador)	Categoria da região	Unidade de medida	Indicador de realização comum usado como base para a definição das metas	Valor de Base			Unidade de medida de base e das metas	Ano de base	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T			H	M	T		
	Taxa de sucesso escolar das crianças e jovens abrangidas	Mais Desenvolvida	%										SI POR em articulação com o ACIDI	3 em 3 anos (com monitorização anual da tx de sucesso)
	Abrangidos pelo Programa Português para Todos (PPT) que foram certificados	Mais Desenvolvida	%										SI POR em articulação com o ACIDI	Anual
	Territórios abrangidos por iniciativas de mediação intercultural e intervenção comunitária	Mais Desenvolvida	%										SI POR em articulação com o ACIDI	Anual

ID	4
Objetivo Específico	<i>Reforçar a abordagem personalizada da intervenção social assente no voluntariado</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>O fomento de uma cultura de voluntariado é uma atividade inerente ao exercício de cidadania, uma das tendências que mais se tem consolidado nos últimos anos e que tem possibilitado o desenvolvimento de múltiplas intervenções sociais.</p> <p>A atual conjuntura recessiva tem desencadeado múltiplas transformações, de natureza económica e social, muitas das quais negativas, como sendo o empobrecimento das famílias, o aumento do desemprego, a desestruturação familiar e a incapacidade das famílias assegurarem cuidados aos seus membros mais dependentes. Perante este quadro, importa adotar soluções inovadoras que respondam aos problemas sociais prioritários da Região, captar o envolvimento de novos atores para os processos de desenvolvimento comunitário, estimular o voluntariado e dinamizar o voluntariado corporativo, com o objetivo de gerar novas abordagens e soluções que permitam aumentar a eficácia e a eficiência das respostas públicas.</p> <p>A concretização deste objetivo específico no âmbito da inclusão e inovação social na Região de Lisboa deverá ser alcançada através do reforço da abordagem personalizada da intervenção social assente no voluntariado. Todavia, mais do que promover uma generalização da prática do voluntariado, importa disseminar um voluntariado qualificado, capaz de responder de forma adequada nas áreas de intervenção, combatendo-se o entendimento de voluntariado como ação totalmente espontânea e descomprometida dos indivíduos. Atendendo ao célere envelhecimento da sociedade, a par de um aumento assinalável da esperança média de vida dos indivíduos, uma das medidas com vista à promoção do envelhecimento ativo e saudável poderá residir na promoção do voluntariado idoso.</p>

Quadro 4: Indicadores de Resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e Indicadores de resultados específicos do Programa correspondentes ao Objetivo Específico 4

ID	Indicador (nome do indicador)	Categoria da região	Unidade de medida	Indicador de realização comum usado como base para a definição das metas	Valor de Base			Unidade de medida de base e das metas	Ano de base	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T			H	M	T		
	Taxa de cobertura de agentes multisetoriais que aderem a iniciativas de voluntariado	Mais Desenvolvida	%						NA				SI POR c/ articulação com a SS	Anual

2.A.6. Ações a apoiar no âmbito da Prioridade de investimento 9.1

2.A.6.1 Descrição do tipo e exemplos de ações a apoiar e do seu contributo esperado para os objetivos específicos correspondentes, incluindo, se for caso disso, a identificação dos principais grupos-alvo, territórios-alvo em especial e tipos de beneficiários

Prioridade de Investimento 9.1	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade
<p>Ações que visem facilitar o acesso de grupos vulneráveis ao mercado de trabalho, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de competências básicas e outras formações modelares certificadas; • Capacitação para a inclusão; • Qualificação profissional e apoios específicos ao emprego para pessoas com deficiências e incapacidades; <p>Ações que visem promover a inovação e experimentação social, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dinamizar e implementar Contratos Locais de Desenvolvimento Social; • Dinamizar e implementar projetos para a inovação e experimentação social. <p>Ações que visem promover a inclusão ativa de imigrantes e minorias étnicas, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações de formação em cidadania, língua portuguesa e língua portuguesa técnica dirigida a cidadãos imigrantes; • Apoio a consórcios locais que promovam a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, particularmente dos descendentes de imigrantes e minorias étnicas incluindo ciganos, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social; • Ações de dinamização da mediação intercultural em serviços públicos; <p>Ações que visem reforçar a abordagem personalizada da intervenção social assente no voluntariado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações de promoção do voluntariado e dinamização de bolsas de voluntariado. <p>Território Alvo Específico: Globalidade da NUTS II Lisboa</p> <p>Tipologia de Beneficiário: Serviços da Administração Central, Autarquias locais e suas associações, Serviços da Administração Central, Outras entidades públicas, Instituições de ensino e formação profissional e de investigação, Fundações e associações sem fins Lucrativos, Agências e associações de desenvolvimento regional e local, Organizações Não Governamentais (ONG) e outras associações, Associações empresariais, Entidades privadas sem fins lucrativos, Moradores e suas associações.</p>	

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção das operações

Prioridade de Investimento 9.1	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade
As operações deverão evidenciar coerência com a estratégia subjacente ao PO e enquadrar-se no Eixo	

Prioritário e Prioridade de Investimento, bem como na tipologia de ações previstas e demonstrar o contributo para os respetivos objetivos e metas.

Como princípio geral, as operações a apoiar no âmbito do presente Eixo Prioritário respeitarão a legislação comunitária e nacional conexas com as disposições gerais da regulamentação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, respeitarão igualmente a regulamentação do Fundo que financia este Eixo Prioritário e, ainda, a regulamentação específica que vier a ser definida.

A seleção de operações respeitará os princípios da não discriminação e da transparência, bem como os princípios da racionalidade económica alargando-se o âmbito de exigência da análise custo-benefício na instrução de candidaturas, sempre que se justifique, devendo as operações demonstrar sustentabilidade adequada à sua tipologia.

Para potenciar os resultados, as operações serão sujeitas a processos competitivos de candidatura, privilegiando-se a modalidade do concurso.

2.A.6.3.Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Prioridade de Investimento 9.1	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade
Não aplicável	

2.A.6.4 Utilização prevista dos Grandes projetos

Prioridade de Investimento 9.1	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade
Não foram identificadas ações que configurem grandes projetos	

2.A.6.5 Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5. Indicadores de Realização comuns e específicos de resultados

ID	Indicador (nome do indicador)	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T		
	Abrangidos em medidas de reabilitação profissional	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual
	Contratos Locais de Desenvolvimento Social apoiados	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual
	Projetos de inovação e experimentação social apoiados	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual
	Mediadores abrangidos	Nº	FSE	Mais				SI POR	Anual

				Desenvolvida					
	Imigrantes abrangidos em formação de língua portuguesa e cidadania	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual
	Abrangidos pelo Programa Escolhas	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual
	Abrangidos em formação de competências básicas e capacitação	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual
	Abrangidos em ações de formação/sensibilização de voluntários	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual

2.A.4. Prioridade de Investimento 9.3

Prioridade de Investimento 9.3	Luta contra todas formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades
---------------------------------------	---

2.A.5. Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e aos resultados esperados

ID	1
Objetivo Específico	Combater as discriminações e os estereótipos
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>A Região de Lisboa enquanto grande metrópole cosmopolita agrega múltiplas identidades, culturas, religiões, diferenças que são passíveis de constituírem fonte de discriminação dos indivíduos.</p> <p>Entre as formas de discriminação tradicionais destacam-se as discriminações que radicam no género e na idade, sendo que o forte crescimento dos idosos (de 15,4%, para 18,2% da população residente na Região, entre 2001/2011) tem sido acompanhado de um aumento do etarismo.</p> <p>Entre 2001/2011, a população estrangeira aumentou 50% na Região, concentrando 50% dos estrangeiros residentes em Portugal em 2011, o que faz da Região um território multiétnico e cosmopolita e, por isso, com maior potencial de crescimento dos fenómenos de discriminação étnica, racial ou religiosa, os quais tendem a agravar-se em contexto de retração económica.</p> <p>A discriminação com base no género é uma forma de discriminação que na Região abarca situações muito heterogéneas, desde a desigualdade no acesso e nas remunerações no mercado de trabalho, a situações de violência doméstica indissociáveis da maior vulnerabilidade física das mulheres, a que acrescem muitas vezes dependência financeira.</p> <p>A estratégia de combate às diversas formas de discriminação deverá</p>

	operacionalizar-se sob múltiplas dimensões e de forma integrada. No que trata à discriminação com base no género, a sua implementação deverá contemplar, com especial atenção o combate das situações de violência doméstica e o apoio às mães solteiras e grávidas adolescentes.
--	---

Versão de trabalho

Quadro 4: Indicadores de Resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e Indicadores de resultados específicos do Programa correspondentes ao Objetivo Específico 1

ID	Indicador (nome do indicador)	Categoria da região	Unidade de medida	Indicador de realização comum usado como base para a definição das metas	Valor de Base			Unidade de medida de base e das metas	Ano de base	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T			H	M	T		
	Abrangidos por ações de formação de públicos estratégicos que concluíram a formação	Mais Desenvolvida	N.º		N/A								SI POR em articulação c/CIG e ACIDI	Anual

2.A.6. Ações a apoiar no âmbito da Prioridade de investimento 9.3

2.A.6.1 Descrição do tipo e exemplos de ações a apoiar e do seu contributo esperado para os objetivos específicos correspondentes, incluindo, se for caso disso, a identificação dos principais grupos-alvo, territórios-alvo em especial e tipos de beneficiários

Prioridade de Investimento 9.3	Luta contra todas formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades
<p>Ações que visem combater as discriminações e os estereótipos, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dinamização e apoio técnico a ações que combatam a discriminação em função do sexo e da orientação sexual, a violência de género e a violência doméstica e o tráfico de seres humanos; • Ações que aumentem a capacidade de resposta ao nível dos instrumentos específicos de proteção das vítimas, concretamente meios de vigilância eletrónica e de teleassistência e respostas de acolhimento; • Apoio ao acolhimento e assistência a mães solteiras e adolescentes grávidas, bem como à sua inclusão profissional; • Campanhas de sensibilização para a igualdade de género e outras formas de discriminação. <p>Território Alvo Específico: Globalidade da NUTS II Lisboa</p> <p>Tipologia de Beneficiário: Serviços da Administração Central, Autarquias locais e suas associações, Serviços da Administração Central, Outras entidades públicas, Instituições de ensino e formação profissional, Fundações e associações sem fins lucrativos, Organizações Não Governamentais (ONG) e outras associações, Entidades privadas sem fins lucrativos.</p>	

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção das operações

Prioridade de Investimento 9.3	Luta contra todas formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades
<p>As operações deverão evidenciar coerência com a estratégia subjacente ao PO e enquadrar-se no Eixo Prioritário e Prioridade de Investimento, bem como na tipologia de ações previstas e demonstrar o contributo para os respetivos objetivos e metas.</p> <p>Como princípio geral, as operações a apoiar no âmbito do presente Eixo Prioritário respeitarão a legislação comunitária e nacional conexa com as disposições gerais da regulamentação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, respeitarão igualmente a regulamentação do Fundo que financia este Eixo Prioritário e, ainda, a regulamentação específica que vier a ser definida.</p> <p>A seleção de operações respeitará os princípios da não discriminação e da transparência, bem como os princípios da racionalidade económica alargando-se o âmbito de exigência da análise custo-benefício na instrução de candidaturas, sempre que se justifique, devendo as operações demonstrar sustentabilidade adequada à sua tipologia.</p> <p>Para potenciar os resultados, as operações serão sujeitas a processos competitivos de candidatura, privilegiando-se a modalidade do concurso.</p>	

2.A.6.3.Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Prioridade de Investimento 9.3	Luta contra todas formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades
Não aplicável	

2.A.6.4 Utilização prevista dos Grandes projetos

Prioridade de Investimento 9.3	Luta contra todas formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades
Não foram identificadas ações que configurem grandes projetos	

2.A.6.5 Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5. Indicadores de Realização comuns e específicos de resultados

ID	Indicador (nome do indicador)	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T		
	Abrangidos em ações de formação de públicos estratégicos	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual
	Ações de sensibilização	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual

2.A.4. Prioridade de Investimento 9.4

Prioridade de Investimento 9.4	Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral
--------------------------------	--

2.A.5. Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e aos resultados esperados

ID	1
Objetivo Específico	<i>Aumentar a qualidade e diversificar a oferta de serviços e de respostas sociais e de saúde</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>Na Região de Lisboa persistem significativas necessidades de qualificação e diversificação da oferta de equipamentos e serviços sociais e de saúde.</p> <p>Destacam-se as carências nos equipamentos e serviços orientados para os idosos, face ao crescimento registado por esta faixa da população que aumentou de 15,4%, para 18,2% da população residente na Região, entre 2001/2011. Salientam-se as insuficiências nos equipamentos de proximidade (12% nos centros de dia) e na oferta de cuidados de saúde, designadamente, de cuidados continuados, face ao acréscimo das dependências e perda de autonomia. No que trata à população com deficiência, por exemplo, em finais de 2012, nas respostas de intervenção precoce para crianças e jovens, a capacidade instalada (962 lugares) era manifestamente insuficiente (1.038 utentes), tal como as respostas orientadas para a população adulta com deficiência também não estavam adequadas à procura. Salientam-se também as necessidades de reforço da rede de equipamentos e respostas orientadas para imigrantes, uma vez que em 2011, a Região de Lisboa concentrava 52% dos imigrantes residentes em Portugal (188.391 indivíduos), representando 6,7% da população residente na Região.</p> <p>Para responder a estas necessidades a estratégia a adotar na Região deve apoiar serviços de saúde pública e de promoção de saúde de adultos (demências e diagnóstico duplo), a reorganização dos cuidados continuados, a promoção de cuidados preventivos de saúde oral e nutrição.</p> <p>Deverá ser financiado um programa de formação e qualificação sénior, bem como Modelos de Apoio à Vida Independente (MAVI), Rede de Cuidadores de Proximidade (RCP) e Rede Nacional de Intervenção sociais (RNIS).</p> <p>Importa apoiar a formação de técnicos de reabilitação e a capacitação de atores institucionais (ONG's).</p>

Quadro 4: Indicadores de Resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e Indicadores de resultados específicos do Programa correspondentes ao Objetivo Específico 1

ID	Indicador (nome do indicador)	Categoria da região	Unidade de medida	Indicador de realização comum usado como base para a definição das metas	Valor de Base			Unidade de medida de base e das metas	Ano de base	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T			H	M	T		
	Entidades que criaram novos serviços	Mais Desenvolvida	%										SI POR em articulação c/CIG e ACIDI	2019/2023
	Pessoas que concluem ações de formação/capacitação para atores institucionais	Mais Desenvolvida	N.º										SI POR em articulação c/CIG e ACIDI	Anual

2.A.6. Ações a apoiar no âmbito da Prioridade de investimento 9.4

2.A.6.1 Descrição do tipo e exemplos de ações a apoiar e do seu contributo esperado para os objetivos específicos correspondentes, incluindo, se for caso disso, a identificação dos principais grupos-alvo, territórios-alvo em especial e tipos de beneficiários

Prioridade de Investimento 9.4	Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral
<p>Ações que visem aumentar a qualidade e diversificar a oferta de serviços e de respostas sociais e de saúde nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formação e qualificação sénior (idade mais); • Apoio a redes de Cuidadores de Proximidade; • Apoio à vida independente para pessoas com limitações; • Apoio às redes locais de intervenção social; • Suporte ao doente no domicílio e na comunidade com recurso às TIC; • Inserção de pessoas em situação de sem-abrigo; • Sensibilização de crianças e jovens para a prática de estilos de vida saudável; • Capacitação de atores institucionais. <p>Território Alvo Específico: Globalidade da NUTS II Lisboa</p> <p>Tipologia de Beneficiário: Serviços da Administração Central, Autarquias locais e suas associações, Outras entidades públicas, Instituições de ensino e formação profissional, Fundações e associações sem fins lucrativos, Agências e associações de desenvolvimento regional e local, Organizações Não Governamentais (ONG) e outras associações, Entidades privadas sem fins lucrativos.</p>	

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção das operações

Prioridade de Investimento 9.4	Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral
<p>As operações deverão evidenciar coerência com a estratégia subjacente ao PO e enquadrar-se no Eixo Prioritário e Prioridade de Investimento, bem como na tipologia de ações previstas e demonstrar o contributo para os respetivos objetivos e metas.</p> <p>Como princípio geral, as operações a apoiar no âmbito do presente Eixo Prioritário respeitarão a legislação comunitária e nacional conexa com as disposições gerais da regulamentação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, respeitarão igualmente a regulamentação do Fundo que financia este Eixo Prioritário e, ainda, a regulamentação específica que vier a ser definida.</p> <p>A seleção de operações respeitará os princípios da não discriminação e da transparência, bem como os princípios da racionalidade económica alargando-se o âmbito de exigência da análise custo-benefício na</p>	

instrução de candidaturas, sempre que se justifique, devendo as operações demonstrar sustentabilidade adequada à sua tipologia.

Para potenciar os resultados, as operações serão sujeitas a processos competitivos de candidatura, privilegiando-se a modalidade do concurso.

2.A.6.3.Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Prioridade de Investimento 9.4	Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral
<u>Não aplicável</u>	

2.A.6.4 Utilização prevista dos Grandes projetos

Prioridade de Investimento 9.4	Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral
Não foram identificadas ações que configurem grandes projetos	

2.A.6.5 Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5. Indicadores de Realização comuns e específicos de resultados

ID	Indicador (nome do indicador)	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T		
	Entidades apoiadas para a diversificação de serviços e respostas sociais	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual
	Abrangidos em ações de formação	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual

2.A.4. Prioridade de Investimento 9.6 / 9.10

Prioridade de Investimento 9.6/9.10	Investimento no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária
-------------------------------------	--

2.A.5. Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e aos resultados esperados

ID	1
Objetivo Específico	<i>Dinamizar a criação de estratégias de desenvolvimento socioeconómico de base local em territórios rurais, periurbanos e bairros críticos</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>Embora na Área Metropolitana de Lisboa prevaleça ainda uma percentagem elevada de solo afeto à exploração agrícola, florestal e pecuária e uma extensa frente marítima e estuarina, o crescimento urbano em mancha, decorrente da urbanização da metrópole de Lisboa nos anos 70 e 80 e a inexistência de uma gestão urbanística eficaz à escala regional, ou mesmo municipal, geraram assimetrias e desequilíbrios sócio urbanísticos e funcionais, ainda bem presentes na AML. Situações como a desintegração do tecido urbano e a degradação do parque habitacional originaram áreas de habitação precária, áreas de construção tradicional degradadas, zonas de origem clandestina e bairros de realojamento desqualificados e guetizados. Esta fratura socio-territorial permanece presente na realidade socioeconómica regional, verificando-se a persistência de espaços urbanos com uma maior concentração de problemas económicos e uma menor disponibilidade de meios para responderem a essa desvantagem.</p> <p>Atendendo às características da Área Metropolitana de Lisboa e à natureza dos problemas e das potencialidades de desenvolvimento dos territórios diversificados que a integram e tendo em conta as experiências antecedentes desenvolvidas por parcerias de base local, nomeadamente as experiências dos Grupos de Ação Local LEADER, apoiados pelo FEADER e FEAMP, o URBAN, o PROQUAL a Iniciativa Bairros Críticos e o instrumento Parcerias para Regeneração Urbana, financiado pelo POR Lisboa, prevê:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A dinamização de DLBC de cariz rural ou costeiro e pesqueiro, tendo como alvo os territórios e comunidades de base rural ou costeira e pesqueira e os agentes económicos sociais e institucionais intervenientes nos processos de diversificação e competitividade da economia de base local respetiva; 2. A dinamização de DLBC de cariz urbano, tendo como alvo territórios urbanos deprimidos e com tecidos económicos desvitalizados e os agentes económicos, sociais e institucionais intervenientes nos processos de desenvolvimento local e na diversificação e competitividade da economia

	<p>urbana local.</p> <p>As DLBC previstas visam, em particular, explorar as potencialidades das estratégias de desenvolvimento local dirigidas para a diversificação das economias de base local e promoção do empreendedorismo local, para a melhoria da articulação urbano-rural, para a promoção da inovação social na formulação de respostas de proximidade a problemas de pobreza e de exclusão social, designadamente em territórios economicamente fragilizados ou afetados por fenómenos de exclusão social.</p>
--	---

Quadro 4: Indicadores de Resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e Indicadores de resultados específicos do Programa correspondentes ao Objetivo Específico 1

ID	Indicador (nome do indicador)	Categoria da região	Unidade de medida	Indicador de realização comum usado como base para a definição das metas	Valor de Base			Unidade de medida de base e das metas	Ano de base	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T			H	M	T		
	População abrangida por intervenções assentes em parcerias locais	Mais Desenvolvida	N.º						2014				SI POR	Anual

2.A.6. Ações a apoiar no âmbito da Prioridade de investimento 9.6

2.A.6.1 Descrição do tipo e exemplos de ações a apoiar e do seu contributo esperado para os objetivos específicos correspondentes, incluindo, se for caso disso, a identificação dos principais grupos-alvo, territórios-alvo em especial e tipos de beneficiários

Prioridade de Investimento 9.6/9.10	Investimento no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária
<p>Ações que visem a dinamização de estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio à elaboração e animação de estratégias locais suportadas em parcerias entre organizações da sociedade civil; • Apoio a ações de dinamização e capacitação do tecido associativo local e do associativismo jovem; • Apoio a ações que promovam a aprendizagem ao longo da vida, o envelhecimento ativo, o apoio à 1ª infância e o combate ao insucesso e ao abandono escolar; • Estímulo à cidadania ativa e à dinamização de relações de convivência e de solidariedade local; • Promoção de inclusão ativa para a empregabilidade de grupos vulneráveis; • Dinamização e consolidação do tecido económico local, incluindo o apoio ao empreendedorismo e à criação de empresas de base local; • Apoio à produção de produtos locais de qualidade e à criação de circuitos curtos e mercados locais; • Preservação, conservação e valorização de elementos patrimoniais que contribuam para a promoção da economia local e da atratividade dos territórios rurais e costeiros; • Intervenções de requalificação socio urbanística de áreas críticas. <p>Território Alvo Específico: Globalidade da NUTS II Lisboa</p> <p>Tipologia de Beneficiário: Autarquias locais e suas associações, Instituições de ensino e formação profissional e de investigação, Fundações e associações sem fins lucrativos, Instituições de ensino superior, Agências e associações de desenvolvimento regional e local, Organizações Não Governamentais (ONG) e outras associações, Associações empresariais, Empresa de média dimensão, Pequena empresa, Microempresa, Entidades privadas sem fins lucrativos, Pessoas singulares.</p>	

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção das operações

Prioridade de Investimento 9.6/9.10	Investimento no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária
<p>As operações deverão evidenciar coerência com a estratégia subjacente ao PO e enquadrar-se no Eixo Prioritário e Prioridade de Investimento, bem como na tipologia de ações previstas e demonstrar o contributo para os respetivos objetivos e metas.</p> <p>Como princípio geral, as operações a apoiar no âmbito do presente Eixo Prioritário respeitarão a legislação comunitária e nacional conexas com as disposições gerais da regulamentação dos Fundos</p>	

Europeus Estruturais e de Investimento, respeitarão igualmente a regulamentação do Fundo que financia este Eixo Prioritário e, ainda, a regulamentação específica que vier a ser definida.

A seleção de operações respeitará os princípios da não discriminação e da transparência, bem como os princípios da racionalidade económica alargando-se o âmbito de exigência da análise custo-benefício na instrução de candidaturas, sempre que se justifique, devendo as operações demonstrar sustentabilidade adequada à sua tipologia.

Para potenciar os resultados, as operações serão sujeitas a processos competitivos de candidatura, privilegiando-se a modalidade do concurso.

2.A.6.3.Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Prioridade de Investimento 9.6/9.10	Investimento no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária
Não aplicável	

2.A.6.4 Utilização prevista dos Grandes projetos

Prioridade de Investimento 9.6/9.10	Investimento no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária
Não foram identificadas ações que configurem grandes projetos	

2.A.6.5 Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5. Indicadores de Realização comuns e específicos de resultados

ID	Indicador (nome do indicador)	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T		
	N.º de parcerias locais para o reforço de abordagem territorializada de intervenção social	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual
	Postos de trabalho criados	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual

2.A.4. Prioridade de Investimento 9.7

Prioridade de Investimento 9.7	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária
--------------------------------	---

2.A.5. Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e aos resultados esperados

ID	1
Objetivo Específico	<i>Qualificar a oferta de equipamentos de cuidados continuados integrados e de creches</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>O crescente envelhecimento populacional da Região de Lisboa, que se reflete num índice de envelhecimento elevado (120,9 em 2011, para 113,2 na UE27, quando em 2001 era de 102,2), comporta novas necessidades de resposta de proximidade. A célere transformação do perfil dos idosos coloca atualmente novas exigências em termos de respostas sociais. Concomitantemente, há um segmento de idosos que, devido à idade avançada, doenças ou demência, registam uma dependência funcional elevada, carecendo de cuidados especializados prestados em equipamentos com condições adequadas. A ampliação da rede de cuidados continuados integrados assume grande importância para responder a este desafio, mas também no contexto da implementação da Estratégia para o Desenvolvimento do Programa Nacional de Cuidados Paliativos.</p> <p>Embora recentemente se tenham verificado importantes avanços na prestação de serviços de proximidade, com a criação dos cuidados continuados integrados de saúde mental, verifica-se igualmente a necessidade de ampliação da oferta de serviços de saúde destinados essencialmente a doentes que tenham prognóstico de vida limitado, intenso sofrimento, problemas e necessidades de difícil resolução, que exigem apoio específico, organizado e interdisciplinar.</p> <p>Por outro lado, no domínio dos equipamentos sociais orientados para a infância, permanecem algumas debilidades no contexto regional. Considerando as creches, verifica-se que as taxas de cobertura eram, em 2011, ainda muito baixas. A capacidade das creches da Região era de 32.262 lugares, a que correspondia uma taxa de cobertura de apenas 28%. Neste contexto, o Programa Operacional Regional irá dar continuidade à estratégia de reforço da capacidade de oferta de creches, de modo a melhorar a taxa de cobertura regional, permitindo o acesso a um número mais elevado de</p>

	crianças a este nível de ensino, aproximando-se dos valores médios comunitários.
--	--

Quadro 3. Indicadores de Resultados Específicos do Programa por Objetivo Específico

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de reporte
	Vagas criadas resultantes de processos de reconversão/adaptação de equipamentos	Nº	Mais desenvolvida				SI POR	Anual

ID	2
Objetivo Específico	<i>Reorganização da rede hospitalar</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>A rede hospital regional esteve tradicionalmente suportada num elevado protagonismo da cidade de Lisboa, onde em resultado do efeito de capitalidade se concentrava a esmagadora maioria das unidades hospitalares da Região.</p> <p>Em face da evolução demográfica e urbana, ao longo das últimas duas décadas efetuou-se um esforço de reorganização da rede hospitalar regional com a criação de novas unidades hospitalares nos concelhos da primeira coroa metropolitana. Estes permitiram dotar os setores nascente, norte e poente da Grande Lisboa de novas unidades (Vila Franca de Xira, Loures e Cascais), bem como reforçar a oferta na Península de Setúbal (Garcia da Horta), reduzindo a sua dependência relativamente à cidade de Lisboa.</p> <p>Dando continuidade à reorganização da oferta hospitalar na área metropolitana, é agora prioritário concretizar a estratégia de concentração hospitalar na cidade de Lisboa com a construção do novo hospital da zona oriental, que irá substituir o conjunto de hospitais que integram o Centro Hospitalar Central que prestam atualmente serviço em seis unidades dispersas, instaladas em edifícios muito antigos, com elevados custos de manutenção e operação e com grandes restrições à melhoria da funcionalidade e da boa prestação de cuidados de saúde.</p> <p>O apoio do POR Lisboa à construção do novo hospital visa aumentar os níveis de satisfação dos utentes, aumentando a segurança e a qualidade assistenciais, introduzir sinergias no sistema de saúde, no sentido do aumento da racionalidade, produtividade e qualidade, e promover a modernização de infraestruturas e serviços essenciais ao avanço tecnológico e científico, contribuindo para o reforço das condições de suporte ao cluster da saúde, inscrito na estratégia de especialização inteligente da Região.</p>

Quadro 3. Indicadores de Resultados Específicos do Programa por Objetivo Específico

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de reporte
	Camas criadas	Nº	Mais desenvolvida		N/A		SI do POR	Anual

2.A.6. Ações a apoiar no âmbito da Prioridade de investimento 9.7

2.A.6.1 Descrição do tipo e exemplos de ações a apoiar e do seu contributo esperado para os objetivos específicos correspondentes, incluindo, se for caso disso, a identificação dos principais grupos-alvo, territórios-alvo em especial e tipos de beneficiários

Prioridade de Investimento 9.7	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária
<p>Ações que visem qualificar a oferta de equipamentos de cuidados continuados integrados e de creches, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção e adaptação de equipamentos com vista à sua conversão em creches; • Ampliação, requalificação e conservação de creches; • Construção de raiz de novos equipamentos de cuidados continuados; • Ampliação, requalificação e conservação de edifícios destinados a equipamentos de cuidados continuados. <p>Ações que visem qualificar a rede hospitalar, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <p>Território Alvo Específico: Globalidade da NUTS II Lisboa</p> <p>Tipologia de Beneficiário: Autarquias locais e suas associações, Entidades públicas, Fundações e associações sem fins lucrativos, Instituições de ensino superior, Entidades privadas sem fins lucrativos.</p>	

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção das operações

Prioridade de Investimento 9.7	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária
---------------------------------------	--

As operações deverão evidenciar coerência com a estratégia subjacente ao PO e enquadrar-se no Eixo Prioritário e Prioridade de Investimento, bem como na tipologia de ações previstas e demonstrar o contributo para os respetivos objetivos e metas.

Como princípio geral, as operações a apoiar no âmbito do presente Eixo Prioritário respeitarão a legislação comunitária e nacional conexas com as disposições gerais da regulamentação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, respeitarão igualmente a regulamentação do Fundo que financia este Eixo Prioritário e, ainda, a regulamentação específica que vier a ser definida.

A seleção de operações respeitará os princípios da não discriminação e da transparência, bem como os princípios da racionalidade económica alargando-se o âmbito de exigência da análise custo-benefício na instrução de candidaturas, sempre que se justifique, devendo as operações demonstrar sustentabilidade adequada à sua tipologia. Tal será o caso da construção do Hospital Oriental de Lisboa, que configurando um grande projeto nos termos do Artigo 100º do Regulamento (UE) N.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, cuja instrução da candidatura deverá designadamente conter “*uma análise custo-benefício, incluindo uma análise económica e financeira, e uma avaliação de risco...*”, como preceituado na alínea e) do Artigo 101º do referido regulamento.

Para potenciar os resultados, as operações serão sujeitas a processos competitivos de candidatura, privilegiando-se a modalidade do concurso.

2.A.6.3.Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Prioridade de Investimento 9.7	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária
Não prevista	

2.A.6.4 Utilização prevista dos Grandes projetos

Prioridade de Investimento 9.7	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária
<p>No âmbito da Prioridade de Investimento e tendo em vista a concretização do Objetivo Específico Reorganização da Rede Hospitalar deverá ser apoiada a construção do Hospital Oriental de Lisboa, que tem um custo elegível previsto enquadrável nos montantes previstos para a sua classificação como Grande Projeto, nos termos do Artigo 100º do Regulamento (UE) N.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013.</p> <p>A construção do novo hospital contribuirá para ajustar a oferta hospitalar à procura de cuidados de</p>	

saúde, tendo ainda como objetivos melhorar a acessibilidade e proximidade aos cuidados de saúde, aumentar a segurança e qualidade assistenciais e racionalizar a oferta pública de cuidados hospitalares. Tratando-se de um hospital, moderno e tecnologicamente avançado, o aumento da segurança e qualidade assistenciais serão potenciados, contribuindo para aumentar os níveis de satisfação dos utentes e a qualidade e produtividade dos recursos humanos e equipamentos.

2.A.6.5 Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5. Indicadores de Realização comuns e específicos de resultados

ID	Indicador (nome do indicador)	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T		
	Equipamento apoiados	Nº	FEDER	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual
	População coberta por serviços de saúde melhorados/criados	Nº	FEDER	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual

2.A.4. Prioridade de Investimento 9.8

Prioridade de Investimento 9.8	A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais
--------------------------------	--

2.A.5. Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e aos resultados esperados

ID	1
Objetivo Específico	Regenerar física, social e economicamente as zonas desfavorecidas
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>O crescimento urbano verificado na Região e a inexistência de uma gestão urbanística eficaz geraram assimetrias e desequilíbrios sócio-urbanísticos e funcionais. A desintegração do tecido urbano e a degradação do edificado originaram áreas de habitação precária, de construção tradicional degradada, zonas de origem clandestina e bairros de realojamento guetizados. Subsistem assim áreas críticas especialmente desqualificadas - social e urbanisticamente - caracterizadas pela pobreza, exclusão social e desqualificação urbanística.</p> <p>Para além da perda de vitalidade dos centros urbanos consolidados, nomeadamente de Lisboa (decréscimo populacional de 3,4%, entre 2001-</p>

	<p>2011; maior número de alojamentos familiares clássicos localizados em edifícios com necessidades de grandes reparações ou muito degradados), emergem como fenómenos preocupantes a existência de áreas urbanas fragmentadas resultado do alastramento não programado, espacialmente descontínuo e fortemente desarticulado (1200 aglomerados habitacionais integrados em Áreas Urbanas de Génese Ilegal), bem como a degradação do parque habitacional construído entre as décadas de 1950 e de 1970. A Região possui um número significativo de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados (11.118 edifícios).</p> <p>Os apoios no âmbito deste objetivo devem orientar-se para ações que visem a regeneração física, social e económica de áreas deprimidas, incluindo atividades, equipamentos e serviços de proximidade diferenciados fundamentais para a qualidade de vida urbana.</p>
--	---

Quadro 3. Indicadores de Resultados Específicos do Programa por Objetivo Específico

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de reporte
	Acréscimo de população abrangida por programas integrados de reabilitação física, económica e social	%	Mais desenvolvida		2013		SI POR	Anual

2.A.6. Ações a apoiar no âmbito da Prioridade de investimento 9.8

2.A.6.1 Descrição do tipo e exemplos de ações a apoiar e do seu contributo esperado para os objetivos específicos correspondentes, incluindo, se for caso disso, a identificação dos principais grupos-alvo, territórios-alvo em especial e tipos de beneficiários

Prioridade de Investimento 9.8	A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais
<p>Ações integradas que visem regenerar física, social e economicamente as zonas desfavorecidas, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> Regeneração física, social e económica de áreas críticas (núcleos históricos, bairros críticos e periferias degradadas); Apoio a atividades e à oferta de equipamentos e serviços de proximidade diferenciados, fundamentais para a qualidade de vida urbana e para a sustentabilidade dos respetivos territórios. <p>Território Alvo Específico: Globalidade da NUTS II Lisboa</p> <p>Tipologia de Beneficiário: Autarquias locais e suas associações, Serviços da Administração Central, Empresas públicas, Fundações e associações sem fins lucrativos, Agências e associações de desenvolvimento regional e local, Organizações Não Governamentais (ONG) e outras associações, Associações empresariais, Empresa de média dimensão, Pequena empresa, Microempresa, Entidades privadas sem fins lucrativos, Pessoas singulares, Instituição Financeira de Desenvolvimento.</p>	

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção das operações

Prioridade de Investimento 9.8	A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais
<p>As operações deverão evidenciar coerência com a estratégia subjacente ao PO e enquadrar-se no Eixo Prioritário e Prioridade de Investimento, bem como na tipologia de ações previstas e demonstrar o contributo para os respetivos objetivos e metas.</p> <p>Como princípio geral, as operações a apoiar no âmbito do presente Eixo Prioritário respeitarão a legislação comunitária e nacional conexas com as disposições gerais da regulamentação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, respeitarão igualmente a regulamentação do Fundo que financia este Eixo Prioritário e, ainda, a regulamentação específica que vier a ser definida.</p> <p>A seleção de operações respeitará os princípios da não discriminação e da transparência, bem como os princípios da racionalidade económica alargando-se o âmbito de exigência da análise custo-benefício na instrução de candidaturas, sempre que se justifique, devendo as operações demonstrar sustentabilidade adequada à sua tipologia.</p> <p>Para potenciar os resultados, as operações serão sujeitas a processos competitivos de candidatura, privilegiando-se a modalidade do concurso.</p>	

2.A.6.3. Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Prioridade de Investimento 9.8	A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais
<p>Pondera-se nesta Prioridade de Investimento, para além da subvenção não reembolsável a aplicação de Fundos de Empréstimos tendo em vista financiar ações inovadoras para o desenvolvimento urbano sustentável e Fundos de Desenvolvimento Urbano, numa lógica semelhante à iniciativa JESSICA desenvolvida no período de programação anterior (2007-2013).</p>	

2.A.6.4 Utilização prevista dos Grandes projetos

Prioridade de Investimento 9.8	A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais
<p>Não foram identificadas ações que configurem grandes projetos</p>	

2.A.6.5 Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5. Indicadores de Realização comuns e específicos de resultados

ID	Indicador (nome do indicador)	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T		
	Edifícios públicos ou comerciais criados ou renovados nas áreas intervencionadas (m2)	m²	FEDER	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual
	Espaços abertos criados ou reabilitados em zonas urbanas intervencionadas	m²	FEDER	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual
	Habitções reabilitadas em áreas urbanas	Nº	FEDER	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual

2.A.8 Quadro de desempenho

Quadro 6. Quadro de Desempenho do Eixo Prioritário 9

Eixo Prioritário	Indicador Tipo	ID	Indicador ou fase fundamental da execução	Unidade de medida, se for pertinente	Fundo	Categoria de região	Metas para 2018			Objetivo final (2023)			Fonte dos dados	Explicação da relevância do indicador, se necessário
							H	M	T	H	M	T		

Informação qualitativa adicional sobre a criação do quadro de desempenho (facultativo)

2.A.9 Tipo de intervenção

Quadro 8: Dimensão 2 Forma de financiamento

Fundo		
Categoria de região		
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
9		

Quadro 9: Dimensão 3 Tipo de território

Fundo	FEDER	
Categoria de região	Mais Desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
9		

Quadro 10: Dimensão 4 Mecanismos de execução territorial

Fundo		
Categoria de região		
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR

Quadro 11: Dimensão 6 Tema secundário do FSE (apenas FSE)

Fundo		
Categoria de região		
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR

2.A.10 Resumo da utilização prevista de assistência técnica, incluindo, se necessário, ações para reforçar a capacidade administrativa das autoridades envolvidas na gestão e controlo dos programas e beneficiários

Eixo Prioritário 9	Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação
<p>No âmbito do modelo de gestão, acompanhamento e controlo do PO, pode revelar-se necessário reforçar a capacidade administrativa dos agentes envolvidos, recorrendo-se para o efeito ou ao quadro de operações de Assistência Técnica do período de programação 2007-2013 ou aos apoios estabelecidos para o período de programação 2014-2020.</p>	

2.A.1 Eixo Prioritário 10

ID do Eixo Prioritário	10
Designação do Eixo Prioritário	Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida

<input type="checkbox"/> Todo o eixo prioritário será executado exclusivamente através de instrumentos financeiros	
<input type="checkbox"/> Todo o eixo prioritário será executado exclusivamente através de instrumentos financeiros instituídos ao nível da União	
<input type="checkbox"/> Todo o eixo prioritário será executado através do desenvolvimento promovido pelas comunidades locais	
<input type="checkbox"/> Para o FSE: Todo o eixo prioritário é dedicado à inovação social ou à cooperação transnacional, ou ambas	

2.A.2 Justificação para o estabelecimento de um eixo prioritário abrangendo mais do que um categoria de região, ou mais do que um objetivo temático ou mais do que um fundo

Este Eixo Prioritário integra diversas Prioridades de Investimento apoiadas pelo FEDER e pelo FSE consoante os seus fins. A seleção de Prioridades suportadas nestes dois fundos visa reforçar o compromisso da Região de Lisboa com o objetivo da estratégia Europa 2020 de elevar a percentagem de população com ensino superior ou equiparado entre 30-34 anos. Para esse efeito prevêem-se implementar em articulação ações apoiadas pelo FSE destinadas assegurar o combate ao abandono escolar e assegurar a participação no ensino superior por parte de indivíduos provenientes de contextos socioeconómicos mais desfavorecidos com a ampliação e modernização das infraestruturas de ensino superior.

2.A.3 Fundo, categoria de região e base de cálculo para o apoio da União

Fundo	
Categoria de região	
Base de Cálculo (despesa elegível total ou despesa elegível pública)	

2.A.4. Prioridade de Investimento 10.1

Prioridade de Investimento 10.1	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação
---------------------------------	--

2.A.5. Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e aos resultados esperados

ID	1
Objetivo Específico	Melhorar o sucesso escolar no ensino básico e secundário
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>Apesar da melhoria registada na taxa de abandono escolar nos últimos quatro anos, com uma diminuição de cerca de 10 pontos percentuais, persiste ainda na Região de Lisboa uma taxa de abandono precoce de educação e formação muito elevada, (22,7% em 2011), que acompanha a tendência nacional (23,2%), sendo claramente superior ao valor médio europeu (13,5% UE27). Complementarmente, os níveis de insucesso escolar (taxas de retenção e de desistência) são igualmente significativos (8,9% em 2011), superiores ao valor médio nacional (7,5% no mesmo ano), observando-se fragilidades relevantes ao nível do desempenho escolar (competências adquiridas).</p> <p>Existindo a necessidade de promover a prevenção e a redução do abandono escolar e, também, de melhorar o desempenho escolar em Portugal, de modo a alcançar uma redução da taxa de abandono escolar de 10% em 2020, meta inscrita no PNR, no âmbito da Estratégia 2020, a Região de Lisboa deverá ser alvo de medidas que permitam contribuir decisivamente para essa meta, de modo a melhorar designadamente os indicadores de insucesso escolar, onde apresenta valores superiores à média comunitária.</p> <p>Neste contexto, o Programa Operacional Regional irá apoiar uma política de continuidade do esforço realizado no período de programação 2007-2013, atuando em várias dimensões, designadamente: na promoção da realização de iniciativas em articulação com as autarquias e respostas locais.</p>

Quadro 4: Indicadores de Resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e Indicadores de resultados específicos do Programa correspondentes ao Objetivo Específico 1

ID	Indicador (nome do indicador)	Categoria da região	Unidade de medida	Indicador de realização comum usado como base para a definição das metas	Valor de Base			Unidade de medida de base e das metas	Ano de base	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T			H	M	T		
	Alunos abrangidos nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo, diplomados no 9º ano de escolaridade, ISCED 2 e nível de qualificação 2 [TEIP; PIEF; + Sucesso]	Mais Desenvolvida	N.º										SI POR	Anual
	Alunos abrangidos nos cursos vocacionais diplomados com dupla certificação no 12º ano de escolaridade, ISCED 3 e nível de qualificação 4	Mais Desenvolvida	N.º										SI POR	Anual

ID	2
Objetivo Específico	<i>Reforçar a igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>A prevenção e a redução do abandono escolar e, consequentemente, a melhoria do desempenho escolar na Região de Lisboa implica, também, o reforço da igualdade no acesso ao ensino obrigatório em determinados contextos, providenciando condições de frequência a alunos com dificuldades socioeconómicas específicas e oriundos de famílias com baixos rendimentos, de modo a contribuir para a redução da taxa de abandono escolar para 10% em 2020.</p> <p>Neste contexto, o Programa Operacional Regional irá apoiar uma política de continuidade do esforço realizado no período de programação 2007-2013, atuando em várias dimensões, designadamente: na promoção da qualificação da intervenção precoce na infância e educação especial e na concretização de planos de transição para a vida pós-escolar dos alunos com necessidades educativas especiais; na promoção da realização de programas de apoio às necessidades educativas especiais. e no apoio à disponibilização de bolsas de estudos a alunos oriundos de famílias de menores recursos económicos que frequentem o ensino obrigatório.</p>

Quadro 4: Indicadores de Resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e Indicadores de resultados específicos do Programa correspondentes ao Objetivo Específico 2

ID	Indicador (nome do indicador)	Categoria da região	Unidade de medida	Indicador de realização comum usado como base para a definição das metas	Valor de Base			Unidade de medida de base e das metas	Ano de base	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T			H	M	T		
	Taxa de cobertura de crianças no pré-escolar associada aos contratos de desenvolvimento	Mais Desenvolvida	%										SI POR	Anual

2.A.6. Ações a apoiar no âmbito da Prioridade de investimento 10.1

2.A.6.1 Descrição do tipo e exemplos de ações a apoiar e do seu contributo esperado para os objetivos específicos correspondentes, incluindo, se for caso disso, a identificação dos principais grupos-alvo, territórios-alvo em especial e tipos de beneficiários

Prioridade de Investimento 10.1	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação
<p>Ações que visem a melhoria do sucesso educativo dos alunos, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações que favoreçam a redução do abandono e a melhoria do sucesso educativo (TEIP, PIEF e +Sucesso); • Programas de ensino vocacional e ensino artístico; • Cursos de educação e formação de jovens (nível básico); <p>Ações que se visem promover igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações que promovam a qualificação da intervenção precoce na infância; • Ações que promovam a realização de programas de apoio às necessidades educativas especiais; <p>Território Alvo Específico: Globalidade da NUTS II Lisboa</p> <p>Tipologia de Beneficiário: Serviços da Administração Central e local, Instituições de ensino e formação profissional e de investigação.</p>	

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção das operações

Prioridade de Investimento 10.1	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação
<p>As operações deverão evidenciar coerência com a estratégia subjacente ao PO e enquadrar-se no Eixo Prioritário e Prioridade de Investimento, bem como na tipologia de ações previstas e demonstrar o contributo para os respetivos objetivos e metas.</p> <p>Como princípio geral, as operações a apoiar no âmbito do presente Eixo Prioritário respeitarão a legislação comunitária e nacional conexa com as disposições gerais da regulamentação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, respeitarão igualmente a regulamentação do Fundo que financia este Eixo Prioritário e, ainda, a regulamentação específica que vier a ser definida.</p> <p>A seleção de operações respeitará os princípios da não discriminação e da transparência, bem como os princípios da racionalidade económica alargando-se o âmbito de exigência da análise custo-benefício na instrução de candidaturas, sempre que se justifique, devendo as operações demonstrar sustentabilidade adequada à sua tipologia.</p> <p>Para potenciar os resultados, as operações serão sujeitas a processos competitivos de candidatura,</p>	

privilegiando-se a modalidade do concurso.

2.A.6.3.Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Prioridade de Investimento 10.1	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação
Não aplicável	

2.A.6.4 Utilização prevista dos Grandes projetos

Prioridade de Investimento 10.1	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação
Não foram identificadas ações que configurem grandes projetos	

2.A.6.5 Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5. Indicadores de Realização comuns e específicos de resultados

ID	Indicador (nome do indicador)	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T		
	Alunos abrangidos por intervenções com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo (por nível de escolaridade, ISCED e nível de qualificação), por ano [TEIP; PIEF; + Sucesso]	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual
	Alunos abrangidos nos cursos vocacionais, com nível de saída 12º ano de escolaridade, ISCED 3 e nível de qualificação, por ano [ensino vocacional e artístico]	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual
	Contratos de desenvolvimento apoiados no Pré-escolar por ano	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual

2.A.4. Prioridade de Investimento 10.2

Prioridade de Investimento 10.2	Melhoria da qualidade, da eficiência do ensino superior e equivalente e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações particularmente para grupos desfavorecidos
---------------------------------	--

2.A.5. Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e aos resultados esperados

ID	1
Objetivo Específico	<i>Aumentar o número de diplomados do ensino superior</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>A estrutura da qualificação da população residente na Região de Lisboa apresentava, em 2011, um peso mais elevado de população com ensino superior (16,8%) quando comparado com a média nacional (11,8%), mas claramente inferior ao valor médio europeu (26,8% UE27), a par de uma forte concentração de equipamentos deste nível de ensino e de centros de investigação, revelando assim uma concentração de recursos humanos e de ensino importantes para a economia do conhecimento. Ao considerar-se a população entre os 30 e 34 anos com diploma de ensino superior, a Região de Lisboa apresentava, no mesmo ano, um valor 33,9%, superior à média nacional, que é de 24,8% (face a 35,8% da UE 27).</p> <p>Considerando a meta definida para Portugal, inscrita no PNR, no âmbito da Estratégia 2020, em que se pretende o aumento da percentagem da população entre os 30 e 34 anos com diploma de ensino superior para 40% em 2020, importa dar continuidade ao processo de reforço das qualificações de ensino superior da população da Região de Lisboa, de modo a dar um contributo importante para alcançar esta meta.</p> <p>Neste contexto, o POR de Lisboa pretende apoiar cursos superiores tecnológicos em modalidades de curta duração articulados com a Estratégia de Especialização Inteligente da Região.</p>

Quadro 4: Indicadores de Resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e Indicadores de resultados específicos do Programa correspondentes ao Objetivo Específico 1

ID	Indicador (nome do indicador)	Categoria da região	Unidade de medida	Indicador de realização comum usado como base para a definição das metas	Valor de Base			Unidade de medida de base e das metas	Ano de base	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T			H	M	T		
	Número de alunos certificados nos cursos superiores de curta duração	Mais Desenvolvida	Nº										SI POR	Anual

ID	2
Objetivo Específico	<i>Aumentar o número de doutoramentos, visando o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>A Região de Lisboa apresentava, em 2010, um rácio de 1,95 doutorados do ensino superior por 1.000 habitantes que, sendo superior ao valor médio nacional (1,16), era manifestamente inferior ao valor médio europeu (2,92 UE 27).</p> <p>Na base da inovação regional, encontram-se os processos de investigação e de desenvolvimento tecnológico, designadamente a desenvolvida no âmbito de programas e bolsas de doutoramento e pós-doutoramento.</p> <p>No contexto da proposta de uma "União da Inovação" e no quadro da Estratégia Europa 2020, visando contribuir para o objetivo de reforço da base de conhecimentos da Europa, reduzindo a fragmentação através da promoção da excelência na educação e no desenvolvimento de competências, importa dar continuidade ao processo de aumento do número de doutoramentos, alinhados com a estratégia de especialização inteligente e com os desafios sociais da região e do país.</p>

Quadro 4: Indicadores de Resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e Indicadores de resultados específicos do Programa correspondentes ao Objetivo Específico 2

ID	Indicador (nome do indicador)	Categoria da região	Unidade de medida	Indicador de realização comum usado como base para a definição das metas	Valor de Base			Unidade de medida de base e das metas	Ano de base	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T			H	M	T		
	Novos doutoramentos e pós doutoramentos concluídos	Mais Desenvolvida	Nº										SI POR	Anual

2.A.6. Ações a apoiar no âmbito da Prioridade de investimento 10.2

2.A.6.1 Descrição do tipo e exemplos de ações a apoiar e do seu contributo esperado para os objetivos específicos correspondentes, incluindo, se for caso disso, a identificação dos principais grupos-alvo, territórios-alvo em especial e tipos de beneficiários

Prioridade de Investimento 10.2	Melhoria da qualidade, da eficiência do ensino superior e equivalente e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações particularmente para grupos desfavorecidos
<p>Ações que se visem o aumento do número de diplomados do ensino superior, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio à formação de ensino superior de curta duração, Cursos Superiores Profissionais. <p>Ações que se visem o aumento do número de doutoramentos para o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Programas de doutoramento e pós-doutoramento e bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, privilegiando os que se enquadrem na estratégia regional de especialização inteligente. <p>Território Alvo Específico: Globalidade da NUTS II Lisboa</p> <p>Tipologia de Beneficiário: Serviços da Administração Central, Instituições de ensino superior.</p>	

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção das operações

Prioridade de Investimento 10.2	Melhoria da qualidade, da eficiência do ensino superior e equivalente e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações particularmente para grupos desfavorecidos
<p>As operações deverão evidenciar coerência com a estratégia subjacente ao PO e enquadrar-se no Eixo Prioritário e Prioridade de Investimento, bem como na tipologia de ações previstas e demonstrar o contributo para os respetivos objetivos e metas.</p> <p>Como princípio geral, as operações a apoiar no âmbito do presente Eixo Prioritário respeitarão a legislação comunitária e nacional conexa com as disposições gerais da regulamentação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, respeitarão igualmente a regulamentação do Fundo que financia este Eixo Prioritário e, ainda, a regulamentação específica que vier a ser definida.</p> <p>A seleção de operações respeitará os princípios da não discriminação e da transparência, bem como os princípios da racionalidade económica alargando-se o âmbito de exigência da análise custo-benefício na instrução de candidaturas, sempre que se justifique, devendo as operações demonstrar sustentabilidade adequada à sua tipologia.</p> <p>Para potenciar os resultados, as operações serão sujeitas a processos competitivos de candidatura, privilegiando-se a modalidade do concurso.</p>	

2.A.6.3.Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Prioridade de Investimento 10.2	Melhoria da qualidade, da eficiência do ensino superior e equivalente e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações particularmente para grupos desfavorecidos
Não aplicável	

2.A.6.4 Utilização prevista dos Grandes projetos

Prioridade de Investimento 10.2	Melhoria da qualidade, da eficiência do ensino superior e equivalente e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações particularmente para grupos desfavorecidos
Não foram identificadas ações que configurem grandes projetos	

2.A.6.5 Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5. Indicadores de Realização comuns e específicos de resultados

ID	Indicador (nome do indicador)	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T		
	Bolseiros de doutoramento e pós-doutoramento apoiados	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual
	Alunos abrangidos nos cursos superiores de curta duração (Cursos Superiores Profissionais) apoiados	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual

2.A.4. Prioridade de Investimento 10.3

Prioridade de Investimento 10.3	Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através de orientação profissional e da validação das competências adquiridas
---------------------------------	--

2.A.5. Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e aos resultados esperados

ID	1
Objetivo Específico	<i>Elevar o nível de qualificação da população adulta ativa, empregada ou desempregada, através de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências ou da conclusão de percursos de formação escolar e/ou de dupla certificação</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>Nas duas últimas décadas, foi desenvolvido um esforço muito significativo na Região de Lisboa visando a recuperação dos défices de educação e de formação da sua população, tanto ao nível financeiro, como também no que se refere à alteração dos comportamentos e das valorizações sociais, que se traduziu, por exemplo, na participação de 12,6% da população em idade ativa (25-64 anos) em iniciativas de aprendizagem ao longo da vida (atividades de aprendizagem intencional, desenvolvidas ao longo da vida, em contextos formais, não-formais ou informais, com o objetivo de adquirir, desenvolver ou melhorar conhecimentos, aptidões e competências, no quadro de uma perspetiva pessoal, cívica, social e/ou profissional).</p> <p>O incremento da população adulta envolvida em processos de reconhecimento, validação e desenvolvimento de competências traduziu-se numa evolução que foi alcançada por via da intervenção das políticas públicas desenvolvidas nos domínios da educação e da formação.</p> <p>A elevação do nível de qualificação da população adulta ativa é assumido como um dos objetivos do PNR, em matéria de educação e formação, de modo a contribuir para a meta portuguesa de redução para 10% da taxa de saída precoce do sistema de ensino.</p> <p>Neste contexto, o Programa Operacional Regional irá apoiar uma política de continuidade do esforço anteriormente realizado, procurando elevar o nível de qualificação da população adulta ativa da Região, empregada ou desempregada, através de processos de aprendizagem ao longo da vida, conclusão de percursos de formação escolar e/ou de dupla certificação e de reconhecimento, validação e certificação de competências</p>

Quadro 4: Indicadores de Resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e Indicadores de resultados específicos do Programa correspondentes ao Objetivo Específico 1

ID	Indicador (nome do indicador)	Categoria da região	Unidade de medida	Indicador de realização comum usado como base para a definição das metas	Valor de Base			Unidade de medida de base e das metas	Ano de base	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T			H	M	T		
	Adultos abrangidos certificados com dupla certificação (por ISCED e nível de qualificação) - cursos EFA	Mais Desenvolvida	Nº										SI POR	Anual
	Adultos abrangidos certificados com certificação escolar e/ ou profissional via processos RVCC, por nível ISCED e de qualificação	Mais Desenvolvida	Nº										SI POR	Anual

2.A.6. Ações a apoiar no âmbito da Prioridade de investimento 10.3

2.A.6.1 Descrição do tipo e exemplos de ações a apoiar e do seu contributo esperado para os objetivos específicos correspondentes, incluindo, se for caso disso, a identificação dos principais grupos-alvo, territórios-alvo em especial e tipos de beneficiários

Prioridade de Investimento 10.3	Melhoria do acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através de orientação profissional e da validação das competências adquiridas
<p>Ações que visem melhorar o nível de qualificação da população adulta ativa, empregada ou desempregada, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações no âmbito da implementação de programas de cursos de educação e formação de adultos; • Realização de programas de cursos para ensino recorrente; • Realização de processos de RVCC. <p>Território Alvo Específico: Globalidade da NUTS II Lisboa</p> <p>Tipologia de Beneficiário: Autarquias locais e suas associações, Serviços da Administração Central, Instituições de ensino e formação profissional.</p>	

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção das operações

Prioridade de Investimento 10.3	Melhoria do acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através de orientação profissional e da validação das competências adquiridas
<p>As operações deverão evidenciar coerência com a estratégia subjacente ao PO e enquadrar-se no Eixo Prioritário e Prioridade de Investimento, bem como na tipologia de ações previstas e demonstrar o contributo para os respetivos objetivos e metas.</p> <p>Como princípio geral, as operações a apoiar no âmbito do presente Eixo Prioritário respeitarão a legislação comunitária e nacional conexa com as disposições gerais da regulamentação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, respeitarão igualmente a regulamentação do Fundo que financia este Eixo Prioritário e, ainda, a regulamentação específica que vier a ser definida.</p> <p>A seleção de operações respeitará os princípios da não discriminação e da transparência, bem como os princípios da racionalidade económica alargando-se o âmbito de exigência da análise custo-benefício na instrução de candidaturas, sempre que se justifique, devendo as operações demonstrar sustentabilidade adequada à sua tipologia.</p> <p>Para potenciar os resultados, as operações serão sujeitas a processos competitivos de candidatura, privilegiando-se a modalidade do concurso.</p>	

2.A.6.3.Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Prioridade de Investimento 10.3	Melhoria do acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através de orientação profissional e da validação das competências adquiridas
Não aplicável	

2.A.6.4 Utilização prevista dos Grandes projetos

Prioridade de Investimento 10.3	Melhoria do acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através de orientação profissional e da validação das competências adquiridas
Não foram identificadas ações que configurem grandes projetos	

2.A.6.5 Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5. Indicadores de Realização comuns e específicos de resultados

ID	Indicador (nome do indicador)	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T		
	Adultos abrangidos em cursos de educação e formação, por ISCED e nível de qualificação	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual
	Adultos abrangidos em processos de RVCC	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual

2.A.4. Prioridade de Investimento 10.4

Prioridade de Investimento 10.4	Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem
---------------------------------	---

2.A.5. Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e aos resultados esperados

ID	1
Objetivo Específico	<i>Aumentar o número de jovens diplomados em modalidades de ensino e formação profissional, com reforço da formação em contexto de trabalho</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>Durante a última década, o forte investimento na diversificação de ofertas de educação/formação de dupla certificação escolar e profissional na Região de Lisboa, através da mobilização de um conjunto diverso de agentes educativos, fortemente ampliado pela expansão desta oferta na rede de escolas públicas, resultou num crescimento assinalável do número de jovens diplomados em modalidades de ensino e formação profissional.</p> <p>Releve-se, em particular, o crescimento, de 2005 para 2011, da taxa de participação de jovens em cursos profissionais no ensino secundário regular, de 7,3% para 20,8%, e da taxa de participação em cursos de dupla certificação nas modalidades do ensino secundário orientadas para jovens, de 30,3% para 38,3%, evolução que acompanhou a tendência nacional (de 9,8% para 25,1% e de 33% para 42,6%, respetivamente), mas que se revela ainda insuficiente para uma formação significativa de quadros médios especializados.</p> <p>O PNR assume como um dos seus objetivos em matéria de educação e formação, o aumento do número de jovens diplomados em modalidades de ensino e formação profissional, de modo a contribuir para a meta portuguesa de redução para 10% da taxa de saída precoce do sistema de ensino inscrita no âmbito da Estratégia Europa 2020.</p> <p>Neste contexto, o Programa Operacional Regional irá apoiar o ensino tecnológico e profissionalizante, designadamente cursos profissionais que promovam o aumento dos níveis de escolaridade (12.º ano e ISCED 4 / nível de qualificação 5), bem como a transição para a vida ativa e a empregabilidade e, também, o reforço dos percursos escolares diferenciados que permitam garantir aos jovens, com historial de insucesso e de abandono escolar, a possibilidade de redefinir percursos formativos para concluir o ensino básico e /ou o prosseguimento de estudos.</p>

Quadro 4: Indicadores de Resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e Indicadores de resultados específicos do Programa correspondentes ao Objetivo Específico 1

ID	Indicador (nome do indicador)	Categoria da região	Unidade de medida	Indicador de realização comum usado como base para a definição das metas	Valor de Base			Unidade de medida de base e das metas	Ano de base	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T			H	M	T		
	Jovens diplomados com dupla certificação no 12º ano de escolaridade, ISCED 3 e nível de qualificação 4	Mais Desenvolvida	Nº										SI POR	Anual
	Jovens diplomados em CET, ISCED 4 e nível de qualificação 5	Mais Desenvolvida	Nº										SI POR	Anual

2.A.6. Ações a apoiar no âmbito da Prioridade de investimento 10.4

2.A.6.1 Descrição do tipo e exemplos de ações a apoiar e do seu contributo esperado para os objetivos específicos correspondentes, incluindo, se for caso disso, a identificação dos principais grupos-alvo, territórios-alvo em especial e tipos de beneficiários

<p>Prioridade de Investimento 10.4</p>	<p>Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem</p>
<p>Ações que visem o aumento do número de jovens diplomados em modalidades de ensino e formação profissional, com reforço da formação em contexto de trabalho, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações no âmbito da implementação do sistema de aprendizagem dual; • Ensino profissional com reforço da formação dual, incluindo o Ensino Artístico de nível secundário; • Realização de programas de promoção da autonomia das escolas. • Cursos de Especialização Tecnológica (CET). <p>Território Alvo Específico: Globalidade da NUTS II Lisboa</p> <p>Tipologia de Beneficiário: Autarquias locais e suas associações, Serviços da Administração Central, Instituições de ensino e formação profissional.</p>	

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção das operações

<p>Prioridade de Investimento 10.4</p>	<p>Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem</p>
<p>As operações deverão evidenciar coerência com a estratégia subjacente ao PO e enquadrar-se no Eixo Prioritário e Prioridade de Investimento, bem como na tipologia de ações previstas e demonstrar o contributo para os respetivos objetivos e metas.</p> <p>Como princípio geral, as operações a apoiar no âmbito do presente Eixo Prioritário respeitarão a legislação comunitária e nacional conexas com as disposições gerais da regulamentação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, respeitarão igualmente a regulamentação do Fundo que financia este Eixo Prioritário e, ainda, a regulamentação específica que vier a ser definida.</p> <p>A seleção de operações respeitará os princípios da não discriminação e da transparência, bem como os princípios da racionalidade económica alargando-se o âmbito de exigência da análise custo-benefício na instrução de candidaturas, sempre que se justifique, devendo as operações demonstrar sustentabilidade</p>	

adequada à sua tipologia.

Para potenciar os resultados, as operações serão sujeitas a processos competitivos de candidatura, privilegiando-se a modalidade do concurso.

2.A.6.3.Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Prioridade de Investimento 10.4	Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem
Não aplicável	

2.A.6.4 Utilização prevista dos Grandes projetos

Prioridade de Investimento 10.4	Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem
Não foram identificadas ações que configurem grandes projetos	

2.A.6.5 Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5. Indicadores de Realização comuns e específicos de resultados

ID	Indicador (nome do indicador)	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T		
	Jovens abrangidos em ações de dupla certificação com nível de saída 12º ano de escolaridade, ISCED 3 e Nível de qualificação 4, por ano	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual
	Jovens abrangidos em cursos CET, ISCED 4 e nível de qualificação 5	Nº	FSE	Mais Desenvolvida				SI POR	Anual

2.A.4. Prioridade de Investimento 10.5

Prioridade de Investimento 10.5	Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas
---------------------------------	---

2.A.5. Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento e aos resultados esperados

ID	1
Objetivo Específico	<i>Requalificar as infraestruturas do Ensino Básico e Secundário</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>Nas últimas duas décadas, a Região de Lisboa registou uma profunda ampliação e qualificação na oferta de equipamentos, serviços e respostas de proximidade no domínio educativo que contribuíram para incrementar os níveis de qualidade de vida. Todavia, prevalecem domínios e territórios com deficiências, com especial relevância para a oferta de respostas dirigidas aos jovens e ao ensino profissional.</p> <p>Neste contexto, o POR Lisboa apoiará preferencialmente o ensino mais tecnológico e profissionalizante, incluindo o equipamento das escolas profissionais e intervenções em escolas do ensino básico e secundário inseridas em territórios específicos.</p>

Quadro 4: Indicadores de Resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e Indicadores de resultados específicos do Programa correspondentes ao Objetivo Específico 1

ID	Indicador (nome do indicador)	Categoria da região	Unidade de medida	Indicador de realização comum usado como base para a definição das metas	Valor de Base			Unidade de medida de base e das metas	Ano de base	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T			H	M	T		
	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino secundário (% de alunos)	Mais Desenvolvida	%										SI POR	Anual
	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico, incluindo pré-escolar (% de alunos)	Mais Desenvolvida	%										SI POR	Anual

ID	2
Objetivo Específico	<i>Reforçar as capacidades do Ensino Superior</i>
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	<p>A Região de Lisboa apresenta a mais forte concentração de instituições de ensino superior do país, dispondo em 2013 de uma rede de 108 estabelecimentos públicos e privados. A maioria dos equipamentos foi construída há mais de 20 anos, apresentando necessidades de reabilitação e requalificação das suas infraestruturas.</p> <p>Melhorar as condições destes equipamentos é importante para alcançar a meta definida para Portugal, inscrita no PNR, no âmbito da Estratégia 2020, em que se pretende o aumento da percentagem da população entre os 30 e 34 anos com diploma de ensino superior para 40% em 2020, o Programa Operacional Regional irá apoiar uma política de qualificação da rede de ensino superior, designadamente ao nível do equipamento e de intervenções de emergente requalificação dos edifícios.</p>

Quadro 4: Indicadores de Resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e Indicadores de resultados específicos do Programa correspondentes ao Objetivo Específico 2

ID	Indicador (nome do indicador)	Categoria da região	Unidade de medida	Indicador de realização comum usado como base para a definição das metas	Valor de Base			Unidade de medida de base e das metas	Ano de base	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T			H	M	T		
	Taxa de cobertura da reabilitação das instituições de ensino superior (% de alunos	Mais Desenvolvida	%										SI POR	Anual

2.A.6. Ações a apoiar no âmbito da Prioridade de investimento 10.5

2.A.6.1 Descrição do tipo e exemplos de ações a apoiar e do seu contributo esperado para os objetivos específicos correspondentes, incluindo, se for caso disso, a identificação dos principais grupos-alvo, territórios-alvo em especial e tipos de beneficiários

Prioridade de Investimento 10.5	Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas
<p>Ações que vise requalificar as infraestruturas do ensino básico e secundário, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apetrechamento dos laboratórios das escolas secundárias com ensino tecnológico e profissional. • Infraestruturas do ensino básico (podendo incluir pré-escolar) e secundário, de forma a colmatar situações deficitárias nos territórios. <p>Ações que visem o reforço das capacidades da rede de ensino superior, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliação, requalificação e conservação de edifícios destinados ao ensino superior; <p>Território Alvo Específico: Globalidade da NUTS II Lisboa</p> <p>Tipologia de Beneficiário: Autarquias locais e suas associações, Instituições do ensino superior, do ensino secundário e profissional, Entidades privadas sem fins lucrativos.</p>	

2.A.6.2 Princípios orientadores para a seleção das operações

Prioridade de Investimento 10.5	Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas
<p>As operações deverão evidenciar coerência com a estratégia subjacente ao PO e enquadrar-se no Eixo Prioritário e Prioridade de Investimento, bem como na tipologia de ações previstas e demonstrar o contributo para os respetivos objetivos e metas.</p> <p>Como princípio geral, as operações a apoiar no âmbito do presente Eixo Prioritário respeitarão a legislação comunitária e nacional conexas com as disposições gerais da regulamentação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, respeitarão igualmente a regulamentação do Fundo que financia este Eixo Prioritário e, ainda, a regulamentação específica que vier a ser definida.</p> <p>A seleção de operações respeitará os princípios da não discriminação e da transparência, bem como os princípios da racionalidade económica alargando-se o âmbito de exigência da análise custo-benefício na instrução de candidaturas, sempre que se justifique, devendo as operações demonstrar sustentabilidade adequada à sua tipologia.</p> <p>Para potenciar os resultados, as operações serão sujeitas a processos competitivos de candidatura, privilegiando-se a modalidade do concurso.</p>	

2.A.6.3.Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Prioridade de Investimento 10.5	Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas
Não aplicável	

2.A.6.4 Utilização prevista dos Grandes projetos

Prioridade de Investimento 10.5	Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas
Não foram identificadas ações que configurem grandes projetos	

2.A.6.5 Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5. Indicadores de Realização comuns e específicos de resultados

ID	Indicador (nome do indicador)	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
					H	M	T		
	Alunos abrangidos pelas infraestruturas de educação intervencionadas	Nº	FEDER	Mais Desenvolvida				Sistema de Informação	Anual

2.A.8 Quadro de desempenho

Quadro 6. Quadro de Desempenho do Eixo Prioritário 10

Eixo Prioritário	Indicador Tipo	ID	Indicador ou fase fundamental da execução	Unidade de medida, se for pertinente	Fundo	Categoria de região	Metas para 2018			Objetivo final (2023)			Fonte dos dados	Explicação da relevância do indicador, se necessário
							H	M	T	H	M	T		

Informação qualitativa adicional sobre a criação do quadro de desempenho (facultativo)



2.A.9 Tipo de intervenção

Quadro 8: Dimensão 2 Forma de financiamento

Fundo		
Categoria de região		
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR

Quadro 9: Dimensão 3 Tipo de território

Fundo		
Categoria de região		
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR

Quadro 10: Dimensão 4 Mecanismos de execução territorial

Fundo		
Categoria de região		
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR

Quadro 11: Dimensão 6 Tema secundário do FSE (apenas FSE)

Fundo		
Categoria de região		
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR

--	--	--

2.A.10 Resumo da utilização prevista de assistência técnica, incluindo, se necessário, ações para reforçar a capacidade administrativa das autoridades envolvidas na gestão e controlo dos programas e beneficiários

Eixo Prioritário 1	Reforçar a Investigação, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação
<p>No âmbito do modelo de gestão, acompanhamento e controlo do PO, pode revelar-se necessário reforçar a capacidade administrativa dos agentes envolvidos, recorrendo-se para o efeito ou ao quadro de operações de Assistência Técnica do período de programação 2007-2013 ou aos apoios estabelecidos para o período de programação 2014-2020.</p>	

2.B. Descrição dos Eixos Prioritários para a Assistência Técnica

2.B.1 Eixo Prioritário

ID do Eixo Prioritário	12
Designação do Eixo Prioritário	Assistência Técnica

O presente Eixo temático, que abrange a Assistência Técnica ao Programa Operacional integrado na NUTS II Lisboa, visa apoiar as ações de preparação, gestão, monitorização, avaliação, informação e comunicação, criação de redes, resolução de litígios, controlo e auditoria do Programa Operacional, bem como as atividades destinadas a reforçar a capacidade administrativa e técnica para a sua realização.

Integra ainda o apoio a ações que visam a implementação e monitorização da Estratégia de Inovação Regional para a Especialização Inteligente da Região de Lisboa (estratégia RIS3), elaborada no âmbito da preparação da estratégia de desenvolvimento regional 2014-2020 (Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020).

Faz também parte deste Eixo o apoio a ações que visam um melhor conhecimento e divulgação da Região, o acompanhamento e monitorização do PO e da estratégia RIS3 para a região de Lisboa, bem como estudos no âmbito do desenvolvimento regional como suporte à tomada de decisão.

São destinatários deste Eixo a autoridade de gestão, organismos intermédios e outros órgãos de governação que se possam estar associados à gestão e controlo do Programa, nos termos da legislação aplicável.

2.B.2 Justificação para estabelecer um eixo prioritário que abranja mais do que uma categoria de região

Não aplicável

2.B.3 Fundo e categoria de região

Fundo	FEDER
Categoria de região	Mais desenvolvida
Base de Cálculo	Despesa elegível pública

2.B.4 Objetivos específicos e resultados esperados

ID	Objetivo específico 1
Objetivo específico	Implementar, dinamizar, gerir, controlar e divulgar de forma eficaz e eficiente o Programa Operacional
Resultados que o Estado-Membro pretende alcançar com o apoio da União	Através deste Eixo pretende-se implementar um conjunto de instrumentos, metodologias e competências altamente qualificadas capaz de gerir de forma eficaz e eficiente o Programa Operacional, contribuindo não só para a consecução dos resultados esperados ao nível do Programa, como para o sucesso da estratégia de desenvolvimento regional 2014-2020 definida para a região de Lisboa.

2.B.5 Indicadores de resultados

Quadro 12: Indicadores de resultados específicos do programa

ID	Indicador (nome do indicador)	Unidade de medida	Valor de Base			Ano de base	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de reporte
			H	M	T		H	M	T		
1	Tempo médio de apreciação de candidaturas	Nº de dias	77			2012	A definir			Sistema de Informação	Anual
2	Tempo médio de apreciação dos pedidos de pagamento	Nº de dias	30			2012	A definir			Sistema de Informação	Anual
3	Ações de verificação	%	33%			2012	A definir			Sistema de Informação	Anual

2.B.6 Ações a apoiar e a sua contribuição esperada para os objetivos específicos

2.B.6.1. Descrição das ações a apoiar e a sua contribuição esperada para os objetivos específicos

Reforçar a autoridade de gestão, organismos intermédios e outros órgãos de governação que se possam associar à gestão e controlo do Programa, estudo e divulgação da Região, implementação e monitorização da Estratégia RIS3 de Lisboa, entre outras atividades, das capacidades técnicas e

administrativas necessárias ao desempenho das suas funções com vista à consecução dos resultados esperados.

Eixo prioritário	12
<ul style="list-style-type: none"> Apoiar o funcionamento das estruturas de gestão e controlo de Programa, onde se inclui eventuais processos decorrentes da contratualização com organismos intermédios; Apoiar a aquisição de ações específicas de formação e de aperfeiçoamento dos recursos humanos, no âmbito das suas competências e das temáticas inerentes ao Programa; Apoiar a atividade do Comité de Acompanhamento do Programa e de outros órgãos de governação, onde no âmbito da Estratégia RIS3 de Lisboa se inclui a Comissão Executiva, os grupos temáticos de orientação estratégica, o núcleo de apoio à internacionalização, incluindo o marketing territorial e a informação estratégica regional; Apoiar ações de controlo, de verificação no local e de supervisão do trabalho desenvolvido por organismos intermédios, mediante aquisição de serviços externos; Apoiar ações de informação, publicidade, divulgação e promoção do Programa, mediante aquisição de serviços externos; Apoiar estudos de avaliação do Programa, nas suas diversas fases, mediante aquisição de serviços externos; Apoiar as ações que visam um melhor conhecimento e divulgação da Região na prossecução do trabalho desenvolvido no anterior período de programação; Apoiar ações destinadas a reduzir os encargos administrativos para os beneficiários, incluindo sistemas eletrónicos de intercâmbio de dados, ações de reforço da capacidade das autoridades nacionais e dos beneficiários em matéria de gestão e utilização dos Fundos; Apoiar a criação e funcionamento de instrumentos eficazes e tecnologicamente adequados de recolha e tratamento da informação, designadamente georreferenciada, necessária ao acompanhamento, gestão e avaliação do Programa; Apoiar ações destinadas a reforçar a capacidade dos parceiros relevantes de acordo com o artigo 5.º, n.º 3, alínea e) do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, e intercâmbios de boas práticas entre eles 	

2.B.6.2. Indicadores de realização que devem contribuir para os resultados

Quadro 13: Indicadores de realização

ID	Indicador (nome do indicador)	Unidade de medida	Valor Alvo (2023)			Fonte dos dados
			H	M	T	
	A definir	A definir	A definir			Sistema de Informação
	A definir	A definir	A definir			Sistema de Informação

	A definir	A definir	A definir	Sistema de Informação
	A definir	A definir	A definir	Sistema de Informação

2.B.7. Tipo de intervenção (por eixo prioritário)

Quadros 14-16: Tipo de intervenção

Quadro 14: Dimensão 1 Domínio de Intervenção		
Categoria de região: <i>Mais desenvolvida</i>		
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
12 - Assistência Técnica	96 - Capacidade institucional das administrações públicas e dos serviços públicos relacionados com a execução do FEDER ou ações de apoio a iniciativas de capacidade institucional do FSE	18.270.000
	121 - Preparação, execução, acompanhamento e inspeção	2.000.000
	122 - Avaliação e estudos	2.000.000
	123 - Informação e comunicação	2.000.000

Quadro 15: Dimensão 2 Forma de financiamento		
Categoria de região: <i>Mais desenvolvida</i>		
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
Assistência Técnica	01 Subvenção não reembolsável	

Quadro 16: Dimensão 3 Tipo de Território		
Categoria de região: <i>Mais desenvolvida</i>		
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR

--	--	--

Versão de trabalho

SECÇÃO 3. Plano Financeiro do Programa Operacional

3.1 Montante da dotação financeira total de cada fundo e montantes da reserva de eficiência

Quadro 17

Fundo	Categoria de Região	2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020		Total	
		Dotação principal	Reserva de eficiência	Dotação principal	Reserva de eficiência	Dotação principal	Reserva de eficiência	Dotação principal	Reserva de eficiência	Dotação principal	Reserva de eficiência	Dotação principal	Reserva de eficiência	Dotação principal	Reserva de eficiência	Dotação principal	Reserva de eficiência
FEDER	Mais Desenvolvida																
FSE	Mais Desenvolvida																
Total																	

3.2. Dotação financeira total por fundo e cofinanciamento nacional (EUR)

Quadro 18a : Plano Financeiro

Eixo	Fundo ³⁷	Categoria da região	Base de cálculo do apoio da União*	Apoio da União	Contrapartida da nacional	Repartição indicativa da contrapartida nacional		Financiamento total	Taxa de cofinanciamento	Para informação o Contribuições do BEI	Dotação principal (financiamento total menos a reserva de eficiência)		Reserva de eficiência		Parcela da reserva de eficiência (apoio da União) do apoio total da União
						Financiamento público nacional	Financiamento privado nacional				Apoio da União	Contrapartida Nacional	Apoio da União	Contrapartida Nacional	
				(a)	(b)=(c)+(d)	(c)	(d)	(e)=(a)+(b)	(f)=(a)/(e)	(g)	(h)=(a)-(j)	(i)=(b)-(k)	(j)	(k)=(b)*(j)/(a))	(l)=(j)/(a)*100
EP 1	FEDER	Mais desenvolvida	Custo Total	171.710.983	0			171.710.983							
EP 3	FEDER			142.713.177	0			142.713.177							
EP 4	FEDER		Despesa Pública	60.000.000	60.000.000	60.000.000	0	120.000.000	50%						
EP 6	FEDER			34.000.000	34.000.000	34.000.000	0	68.000.000	50%						
EP 8	FSE			74.610.864	74.610.864	74.610.864	0	149.221.728	50%						
EP 9	FEDER			76.400.000	76.400.000	76.400.000	0	152.800.000	50%						
	FSE			160.000.000	160.000.000	160.000.000	0	320.000.000	50%						
EP 10	FEDER			59.696.046	59.696.046	59.696.046	0	119.392.092	50%						
	FSE			29.933.477	29.933.477	29.933.477	0	59.866.954	50%						
A.Técnica	FEDER			24.270.000	24.270.000	24.270.000	0	48.540.000	50%						
Total	FEDER			622.627.637	308.203.477	308.203.477	0	930.831.114							
Total	FSE			210.706.910	210.706.910	210.706.910	0	421.413.820							
TOTAL	FEDER/FSE			833.334.547	518.910.387	518.910.387	0	1.352.244.934							

*(Custo total elegível ou contribuição pública elegível)

Quadro 18c: Repartição do plano financeiro por eixo prioritário, fundo, categoria de região e objetivo temático

Eixo Prioritário	Fundo	Categoria de região	Objetivo temático	Apoio da União	Contrapartida Nacional	Financiamento Total
EP 1	FEDER	Mais desenvolvida	Objetivo temático 1			
			Objetivo temático 2			
EP 3	FEDER	Mais desenvolvida	Objetivo temático 3			
EP 4	FEDER	Mais desenvolvida	Objetivo temático 3			
EP 6	FEDER	Mais desenvolvida	Objetivo temático 3			
EP 8	FSE	Mais desenvolvida	Objetivo temático 3			
EP 9	FEDER	Mais desenvolvida	Objetivo temático 3			
	FSE	Mais desenvolvida	Objetivo temático 3			
EP 10	FEDER	Mais desenvolvida	Objetivo temático 3			
	FSE	Mais desenvolvida	Objetivo temático 3			
Total						

**Quadro 19: Montante indicativo do apoio que se destina ao cumprimento dos objetivos em matéria de alterações climáticas
(quadro gerado automaticamente na base dos quadros por tipo de intervenção incluídos nos vários eixos prioritários)**

Eixo Prioritário	Montante indicativo do apoio que se destina ao cumprimento dos objetivos em matéria de alterações climáticas (EUR)	Parcela da dotação total para o programa operacional (%)
Total		

SECÇÃO 4. Abordagem Integrada de Desenvolvimento Territorial

As abordagens integradas de desenvolvimento territorial são instrumentos de suporte à concretização dos objetivos de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e à adoção de raciais de integração das políticas públicas e do seu financiamento numa base territorial, que a Região de Lisboa pretende valorizar e promover no período de programação 2014-2020.

Estas abordagens visam concretizar o princípio da subsidiariedade, impulsionar a mobilização das instituições e dos atores sociais e económicos para a conceção, execução e monitorização de operações e projetos estruturantes para o desenvolvimento territorial e conjugar e articular iniciativas, financiamentos e intervenções, através da contratualização de realizações e resultados e da monitorização partilhada do seu alcance.

O quadro regulamentar comunitário e as orientações do acordo de parceria incentivam o desenvolvimento das abordagens integradas, através de dois instrumentos: os Investimentos Territoriais Integrados (ITI) e as iniciativas de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), em função da escala sub-regional ou local da abordagem e da abrangência e natureza das intervenções e dos promotores, em qualquer dos casos, enquadradas por instrumentos de programação com elevado grau de maturidade, conduzidas por parcerias de atores e focadas no alcance de resultados contratualizados.

Nos termos do acordo de parceria o Estado português estabeleceu que as NUT III (isoladas ou agrupadas) são a circunscrição privilegiada para a definição de Investimentos Territoriais Integrados (ITI) e para a celebração de respetivos pactos para o desenvolvimento e coesão territorial, os quais, em consonância e alinhamento com a estratégia regional e com os objetivos e metas a alcançar, atendem a especificidades dos territórios e às suas capacidades de desenvolvimento para delinear e concretizar investimentos articulados. As NUT III são também indicadas como a circunscrição base para assegurar a coerência estratégica de intervenções de cariz e iniciativa local e para assegurar ponderações no âmbito das estratégias de competitividade empresarial.

Tendo em atenção os desafios que se colocam às áreas metropolitanas nos domínios da coesão social, da atratividade de áreas urbanas, da redução da emissão de carbono e da prevenção e gestão e riscos, o acordo de parceria, veio estabelecer que nestas áreas os pactos para o desenvolvimento e coesão territorial corporizam uma modalidade específica de ITI, designada por Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS).

No quadro das orientações do novo período de programação e das ambições que decorrem do Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020, a Região de Lisboa aposta na utilização dos instrumentos AIDUS e DLBC, visando: promover o envolvimento da Área Metropolitana de Lisboa na elaboração e execução de um programa de ação metropolitano que desenvolva e concretize a estratégia regional e garanta a coerência estratégica das operações e a sinergia dos investimentos, com foco nos resultados e compromisso com as metas a alcançar; promover as iniciativas de base local congregadoras dos atores locais de desenvolvimento que proponham e executem ações de proximidade, destinadas a fomentar a valorização integrada dos tecidos económicos locais e das redes sociais que atuem nos domínios da inclusão ativa e do apoio à aprendizagem e emprego inclusivos e cujas ações demonstrem contribuir para os resultados e metas regionais.

4.1 Desenvolvimento local promovido pelas comunidades locais

As iniciativas de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) visam a formulação e execução de estratégias de desenvolvimento local e de programas de ação local, aplicados a territórios específicos e conduzidos por atores sociais, económicos e institucionais locais, através de processos e instrumentos de concertação estratégica e operacional entre parceiros.

A Região de Lisboa assume a importância do fomento das DLBC como instrumentos de dinamização da rede de atores locais e estímulo do seu envolvimento nos processos de desenvolvimento económico e social de base territorial e aposta nestas iniciativas para atingir resultados ao nível local que contribuam para o alcance das metas de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, estabelecidas no quadro da estratégia de desenvolvimento regional.

A promoção das DLBC tem como pano de fundo objetivos de redução do desemprego e dos índices de pobreza, através da dinamização e diversificação económica local, da revitalização de mercados locais, da inserção em redes de comercialização e da articulação com territórios mais amplos e através do estímulo à inovação social e à formulação de novas respostas no domínio da inclusão.

A conceção e operacionalização das DLBC é da responsabilidade dos Grupos de Ação Local e exige a definição de estratégias de desenvolvimento local, focalizadas no território de incidência e assentes num diagnóstico da situação territorial, englobando um programa de ação e investimento integrado, devidamente detalhado nas suas ações, fontes de financiamento, resultados e metas, e articulado e acordado com a rede de parceiros que o vai executar, garantindo a não sobreposição de ações e investimentos e majorando a complementaridade de intervenções no terreno.

Nos termos do fixado no acordo de parceria o apoio à promoção das DLBC obedecerá a critérios de dimensão populacional dos territórios alvo (20.000 a 200.000 no caso de áreas costeiras ou pesqueiras e 10.000 a 150.000 habitantes no caso de áreas rurais ou de áreas urbanas desfavorecidas, salvo situações excecionais).

Atendendo às características da Área Metropolitana de Lisboa e à natureza dos problemas e das potencialidades de desenvolvimento dos territórios diversificados que a integram e tendo em conta as experiências antecedentes desenvolvidas por parcerias de base local, nomeadamente as experiências dos Grupos de Ação Local LEADER, apoiados pelo FEADER e FEAMP, o URBAN, o PROQUAL a Iniciativa Bairros Críticos e o instrumento Parcerias para Regeneração Urbana, financiado pelo POR Lisboa, prevê:

1. A dinamização de DLBC de cariz rural ou costeiro e pesqueiro, tendo como alvo os territórios e comunidades de base rural ou costeira e pesqueira e os agentes económicos sociais e institucionais intervenientes nos processos de diversificação e competitividade da economia de base local respetiva;
2. A dinamização de DLBC de cariz urbano, tendo como alvo territórios urbanos deprimidos e com tecidos económicos desvitalizados e os agentes económicos, sociais e institucionais intervenientes nos processos de desenvolvimento local e na diversificação e competitividade da economia urbana local.

As DLBC previstas visam, em particular, explorar as potencialidades das estratégias de desenvolvimento local dirigidas para a diversificação das economias de base local e promoção do empreendedorismo local, para a melhoria da articulação urbano-rural, para a promoção da inovação social na formulação de respostas de proximidade a problemas de pobreza e de exclusão social, designadamente em territórios economicamente fragilizados ou afetados por fenómenos de exclusão social.

Os fenómenos e desafios multidimensionais destes território implicam a mobilização articulada dos diversos instrumentos de política pública. Com as DLBC pretende-se reforçar a integração de instrumentos e de escalas de atuação na resposta aos problemas da exclusão social e da pobreza, capacitando instituições, atores locais e as comunidades alvo e promovendo a atividade económica e o emprego sustentados.

Para garantir o desenvolvimento integrado da Área Metropolitana de Lisboa, onde prevalece uma percentagem elevada de solo afeto à exploração agrícola, florestal e pecuária e uma extensa frente marítima e estuarina, a promoção das DLBC nas zonas rurais e nas zonas costeiras e pesqueiras deverá articular os financiamentos do FEDER e FSE com os financiamentos do FEADER e FEAMP, promovendo a diversificação e produtividade do setor primário e a qualificação ambiental e paisagística do território de forma a fomentar o desenvolvimento rural numa lógica metropolitana.

As DLBC, pela sua índole de iniciativas de base local, podem ocorrer em qualquer território da Região de Lisboa abrangido pela AIDUS desde que apresente as características dos territórios e comunidades alvo destas operações integradas.

Nesta lógica as estratégias de desenvolvimento local e os respetivos planos de ação e investimento devem demonstrar o seu alinhamento com a estratégia regional que enforma o POR Lisboa e com o pacto para o desenvolvimento e coesão territorial subjacente à AIDUS e objetivar a não sobreposição de ações e investimentos por via de uma seleção objetiva de tipologias de ação e respetivas áreas, populações ou atividades alvo. Caberá às autoridades de gestão definir os mecanismos de validação e monitorização da delimitação de âmbito e ação.

Em matéria de articulação das DLBC com os CLDS deverão ser acauteladas eventuais sobreposições de atuação e ação, podendo o CDLS constituir um parceiro da DLBC.

4.2 Ações integradas para o desenvolvimento urbano sustentável

O POR Lisboa contempla uma Ação Integrada de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS) para a Área Metropolitana de Lisboa, em concretização do princípio da subsidiariedade, assente na governação multinível e na partilha de visões, objetivos e compromissos com resultados. A AIDUS irá mobilizar as instituições e atores metropolitanos para a definição de um programa de ação devidamente desenvolvido e ajustado ao território, para o desenho de operações e projetos e para a contratualização de resultados e monitorização do seu alcance, através do estabelecimento de um pacto para o desenvolvimento e coesão territorial a contratualizar com as entidades gestoras dos programas operacionais financiadores.

A execução e monitorização do programa de ação serão concretizadas através de processos de governação territorial multinível e multissetorial e de mecanismos de cooperação de atores e de coordenação e integração de intervenções e financiamentos, privilegiando atuações conjuntas em detrimento de ações atomizadas e de investimentos com fraco efeito sinérgico.

No âmbito dos trabalhos ainda em curso, as intervenções prioritárias da AIDUS da Área Metropolitana de Lisboa, são sistematizadas em três pilares estruturantes, identificados a partir do diagnóstico prospetivo dos obstáculos, potencialidades e oportunidades de desenvolvimento desta área metropolitana e da sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento do país.

A sistematização das intervenções prioritárias assenta numa estratégia de utilização da AIDUS para majorar as sinergias entre o financiamento do domínio da sustentabilidade, com origem no PO Lisboa e

no PO SEUR, conjugando FEDER e FC em intervenções conjuntas e integradas, e articular estas intervenções com ações do domínio da inclusão, apoiadas pelo FSE do POR Lisboa.

1. Valorização da base ecológica e cultural - promoção de ações articuladas (redes) destinadas à valorização do património ambiental e cultural das frentes estuarinas, das frentes marítimas, das áreas da rede fundamental de conservação da natureza (áreas classificadas e outras áreas da estrutura ecológica metropolitana);
2. Regeneração de áreas industriais degradadas e abandonadas – ações requalificação ambiental e melhoria do espaço público, articuladas com ações de reconversão e reutilização de instalações industriais, promovendo a renovação e competitividade do tecido empresarial;
3. Reabilitação e sustentabilidade urbana – ações integradas em áreas urbanas específicas afetadas por degradação socio-urbanística e exposição a riscos (bairros sociais críticos, áreas de reabilitação urbana de centros/núcleos históricos, áreas de génese ilegal em risco), visando a promoção da sustentabilidade, da eficiência e da coesão urbanas, através de apoios à eficiência energética das infraestruturas e equipamentos públicos, à mobilidade urbana sustentável e inclusiva, à prevenção e gestão de riscos, à redução de carências de equipamentos e de serviços e à intervenção social dirigida ao combate ao insucesso escolar e à promoção do emprego e da inclusão ativa.

Para a concretização da AIDUS deverão ser definidos mecanismos de governação que permitam a boa articulação espacial e temporal das ações apoiadas por instrumentos de financiamento passíveis de mobilizar no âmbito regional e da gestão da AIDUS com outras ações a apoiar por instrumentos de financiamento centralizados, nomeadamente os que se referem a instrumentos de engenharia financeira.

A identificação dos domínios estruturantes e das intervenções prioritárias da AIDUS tem em mente a possibilidade de articular os financiamentos FEDER, FC e FSE alocados aos eixos temáticos dos domínios da sustentabilidade e da inclusão com o financiamento de ações dos eixos temáticos do domínio da competitividade e internacionalização, nomeadamente para apoio de iniciativas empresariais nas áreas alvo de operações integradas, e, também, com financiamentos no âmbito de outros programas e iniciativas comunitárias, fundamentais para a concretização de uma estratégia de desenvolvimento urbano sustentável da Área Metropolitana de Lisboa, como sejam o programa Horizonte 2020 e as Iniciativas Europa Criativa e COSME.

Quadro 20: Ações integradas para o desenvolvimento urbano sustentável – dotação indicativa do apoio FEDER e do FSE

Fundo	Apoio do FEDER e do FSE (indicativo) (EUR)	Parte da dotação total fundo para o programa
Total FEDER		
Total FSE		
TOTAL FEDER + FSE		

4.3 Investimento Territorial Integrado (ITI)

(A abordagem para a utilização de Investimentos Territoriais Integrados (ITI) (conforme definido no artigo 36.º do Regulamento (EU) n.º 1303/2013), além do desenvolvimento urbano empreendido no âmbito do artigo 7.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1301/2013 e a respetiva dotação financeira indicativa de cada eixo prioritário.)

Quadro 21: Dotação financeira indicativa para o ITI não abrangida no ponto 4.2

Eixo prioritário	Fundo	Dotação financeira indicativa (apoio da União) (EUR)
Total		

4.4 Modalidades de ações inter-regionais e transnacionais, no âmbito do programa operacional, com os beneficiários localizados em pelo menos um outro Estado-Membro

A intervenção da região de Lisboa nos diferentes espaços de cooperação transnacional e inter-regional, a que se pretende dar continuidade, será garantida através da articulação e da complementaridade entre as prioridades a desenvolver no programa operacional regional de Lisboa e as componentes regionais nos programas do Objetivo Cooperação Territorial Europeia (CTE).

De entre as prioridades que Portugal elegeu no âmbito da CTE, destacam-se:

- Valorização do conhecimento e da inovação no quadro da Estratégia Europa 2020, tendo em conta o sistema científico e tecnológico nacional e a sua capacidade de integração em redes de conhecimento;
- Melhoria da competitividade das PME;
- Adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos;
- Proteção do meio ambiente e eficiência de recursos;
- Emprego e mobilidade laboral.

Tendo em vista a coordenação e a melhor utilização dos fundos provenientes dos dois grandes objetivos da política de coesão, no âmbito das prioridades referidas será dada particular atenção às seguintes vertentes:

- intercâmbio de informação e de investigação, troca de experiências, disseminação de boas práticas, transferência de “know-how” e partilha de ferramentas em projetos inovadores;
- participação em “clusters”, redes, projetos-piloto e preparação de estratégias de intervenção conjuntas;
- colaboração em ações inter-regionais que permitam o reforço da capacitação institucional para a preparação e gestão de projetos e intervenções comuns;

- participação em ações e projetos transfronteiriços de desenvolvimento socioeconómico e de valorização dos recursos endógenos.

Pretende-se centrar os programas de CTE (PO CTE) em intervenções que potenciem as prioridades de investimento definidas no PORL, através de ações promovidas em cooperação pelos agentes regionais e locais, definidas em função dos respetivos espaços geográficos – estas intervenções deverão ser focalizadas em torno de objetivos específicos, sendo selecionados preferencialmente projetos demonstradores, com produtos e resultados tangíveis e transferíveis, sem deixar de capitalizar os resultados obtidos em períodos anteriores e que possam constituir ponto de partida de novos projetos.

Quanto à cooperação transfronteiriça na Bacia do Mediterrâneo/*European Neighbourhood and Partnership Instrument* - ENI (que envolve as NUTS II Algarve e Alentejo, com extensão à NUTS III Grande Lisboa), será dada prioridade ao reforço das ações de cooperação com os países do Norte de África, em especial, Marrocos, e participará também num novo programa de cooperação na Bacia Atlântica do Norte de África, em conjunto com Espanha e Marrocos.

No âmbito da cooperação transnacional a Região de Lisboa, elegível aos PO Mediterrâneo, PO Sudoeste e PO Espaço Atlântico, está particularmente interessada em promover uma participação ativa em redes de intercâmbio de experiências que abram novas perspetivas para a implementação de uma política de desenvolvimento territorial integrado, mais articulada com as prioridades estabelecidas a nível da União Europeia.

Assim, em termos genéricos, ainda que contemplando em cada programa as necessárias adaptações às matrizes identitárias e características de cada um dos grandes territórios transnacionais, a Região de Lisboa privilegiará as ações articuladas com a sua estratégia regional e de especialização inteligente, e com os objetivos dos PO da CTE, nomeadamente:

No âmbito do PO Espaço Atlântico, as ações que contribuam para a execução do Plano de Ação Mar Portugal, que constitui o referencial da implementação da Estratégia Marítima da União Europeia para a Bacia do Atlântico e respetivo Plano de Ação, onde se encontra ancorado.

No âmbito do PO Sudoeste Europeu, as prioridades consideram, i) para o fomento da inovação como valor acrescentado para a procura de novos instrumentos e soluções; e ii) para a promoção do crescimento verde, com particular atenção à sustentabilidade, alterações climáticas e gestão e prevenção de riscos naturais (seca, desertificação), e proteção do ambiente e da biodiversidade e melhoria da eficiência na utilização dos recursos.

No que se refere ao PO Mediterrâneo, no qual estará envolvida a NUTS II Lisboa como área elegível (e não apenas enquanto região adjacente), as prioridades apontam i) para a promoção da inovação enquanto base de trabalho em rede para a especialização inteligente; e ii) para o crescimento sustentável em transição para uma economia de baixo teor de carbono, a prevenção das alterações climáticas e a gestão dos riscos (poluição marinha, desertificação), e a melhoria da eficiência na utilização dos recursos naturais.

Por fim, no que respeita à cooperação inter-regional, renova-se o interesse no intercâmbio de informação, estudos, experiências e boas práticas na gestão de instrumentos de política, de programas operacionais (nomeadamente, nas componentes de desenvolvimento territorial integrado) e de ações nos domínios do ordenamento do território (incluindo a gestão e o ordenamento do espaço marítimo e a gestão costeira integrada) e do desenvolvimento urbano e rural sustentável. Neste âmbito o PO dará particular enfoque às prioridades definidas no PO de cooperação inter-regional INTERREG EUROPE, são as seguintes:

- apoio à aplicação da Estratégia Europa 2020, em particular, nas vertentes de aumento da competitividade das PME (reforço do empreendedorismo, implementação de novos modelos empresariais, acesso a novos instrumentos financeiros, internacionalização), promoção do emprego, mobilidade laboral e inclusão social, acesso e utilização das novas tecnologias de informação, proteção ambiental e melhoria da eficiência dos recursos naturais, e integração das Regiões Ultraperiféricas.

4.5 Contribuição das ações previstas no âmbito do programa para as estratégias macro-regionais e para as bacias marítimas, dependentes das necessidades da zona abrangida pelo programa identificadas pelo Estado-Membro

Como referido no ponto anterior o referencial de atuação da Região de Lisboa e do presente PO é o Plano de Ação Regional 2014-2020 e a sua estratégia de especialização inteligente, pelo que, no âmbito da economia azul se privilegiará o apoio a ações que contribuam para a execução do Plano de Ação Mar Portugal, instrumento operacional que em Portugal corporiza a Estratégia Marítima da UE para o Atlântico.

SECÇÃO 5. Necessidades específicas das zonas geográficas mais afetadas pela pobreza ou grupos alvo em maior risco de discriminação ou exclusão social

Os indicadores de coesão social dão conta da atual “crise das políticas sociais”, induzindo em vários aspetos regressões em matéria de crescimento inclusivo, e da coexistência de diferentes realidades na Região de Lisboa, nem sempre se conseguindo garantir que os benefícios do crescimento económico beneficiem todos os territórios e todos os grupos. A permanência de vários grupos vulneráveis e a reprodução intergeracional da pobreza, a que se juntam novas franjas da população em situação de vulnerabilidade económica e social decorrente da atual conjuntura, com destaque para os desempregados, tem levado recentemente a ajustamentos na intervenção social e a uma focalização preferencial em resposta às necessidades emergentes.

A promoção da inclusão social, de forma multisetorial e integrada, através de ações executadas em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos, tem vindo a constituir uma prioridade nos últimos anos e consubstancia uma lógica de intervenção a aprofundar, para a qual os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) têm vindo a assumir como um importante instrumento de política social.

A Região de Lisboa, através dos CLDS que decorrem desde 2007, tem desenvolvido projetos de proximidade com soluções diretamente direcionadas para as populações mais carenciadas e flexíveis às necessidades específicas de cada zona geográfica, com impactos positivos na melhoria da qualidade de vida e bem-estar dessas populações.

Este instrumento de desenvolvimento social, com elevado enraizamento na comunidade local, tem intervindo especialmente em territórios envelhecidos e problemáticos, ou fortemente atingidos por calamidades. De facto, o impacto diversificado nos territórios tem exigido o alargamento do grau de integração das intervenções e as situações de fragilidade passíveis de intervenção. Neste sentido, o foco de ação da nova abordagem a necessidades específicas locais, consubstanciada nos CLDS+, mantém especial atenção aos territórios problemáticos, mas assume agora uma maior preocupação com os territórios especialmente afetados pelo desemprego, marcados por situações críticas de pobreza, em especial a pobreza infantil.

5.1 Áreas geográficas mais afetadas pela pobreza/ grupos-alvo expostos a um maior risco de discriminação ou exclusão social

O modelo de crescimento urbano decorrente da urbanização da metrópole de Lisboa nos anos 70 e 80 e a inexistência de uma gestão urbanística eficaz, geraram assimetrias e desequilíbrios sócio-urbanísticos, ainda bem presentes na Região de Lisboa. Esta evolução originou áreas urbanas desqualificadas e desintegradas do restante tecido. Esta fratura socio-territorial, com impacto na realidade socioeconómica regional, tem persistido, apesar dos vários ciclos de intervenção, constituindo-se como uma prioridade estratégica neste período de programação.

As intervenções de base territorial para inclusão socio-urbanística desenvolvidas na Região de Lisboa (onde se destacam o URBAN II, PROQUAL, Iniciativa Bairros Críticos, Parcerias para a Regeneração Urbana em Áreas Críticas) maioritariamente apoiadas por fundos comunitários, a par de outras intervenções como os CLDS permitiram comprovar que nos territórios e comunidades onde o tecido associativo local está mais robustecido e qualificado, conferindo-lhe um papel central nos processos de desenvolvimento local, proporciona às comunidades disporem de condições de acesso a recursos

decisivas para romper os ciclos de pobreza e de exclusão social e impulsionar projetos de inovação social.

É neste contexto que o Programa CLDS+ constitui uma oportunidade, nomeadamente em territórios identificados como bairros críticos situados nas periferias das cidades, com enfoque nos bairros de habitação social que foram construídos ao abrigo dos vários instrumentos e programas da política de habitação, especialmente do Programa Especial de Realojamento (PER), na década de 90, com vista a erradicar os bairros de barracas e a proporcionar aos seus residentes melhores condições urbanísticas e sociais, e nos quais a concentração de imigrantes provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e descendentes de imigrantes era, e é muito significativa. Destacam-se ainda territórios como as Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), ainda não regularizadas e com urbanizações privadas em situação de forte desvalorização imobiliária, que sofreram uma rápida substituição dos residentes, em geral, por pessoas com maiores privações económicas e graves problemas sociais, e identificam-se também os territórios de alguns centros históricos que se configuram como territórios envelhecidos e economicamente deprimidos onde emergem novos problemas sociais críticos como o isolamento de idosos e com forte presença de comunidades imigrantes com dificuldades de integração.

Desta forma, e tendo em conta os territórios mais afetados, a abordagem proposta pelos CLDS+ tem o objetivo de contribuir para o aumento da empregabilidade, para um combate articulado contra a pobreza crítica, garantindo uma maior proteção às crianças, jovens e idosos, aos desempregados, aos imigrantes e seus descendentes, sempre tendo em mente a aposta num superior desenvolvimento local e promovendo projetos de experimentação e inovação social, com especial atenção na concretização de medidas que promovam a inclusão ativa das pessoas com deficiência e incapacidade.

5.2 Estratégia para abordar as necessidades específicas das zonas geográficas mais afetadas pela pobreza / dos grupos-alvo expostos a um maior risco de discriminação ou exclusão social

Os CLDS têm na sua génese a promoção de ações estratégicas estruturantes na área do emprego, formação e qualificação (Eixo 1), na intervenção familiar e parental (Eixo 2) e na capacitação da comunidade e das instituições (Eixo3), que se pretende manter mas prevendo-se agora um maior enfoque para os problemas sociais num cenário de emergência social agravado pelo desemprego.

O desemprego, como flagelo que perpassa a sociedade portuguesa, com forte expressão na Região de Lisboa cuja taxa de desemprego atingiu os 17,6% em 2012, pode encontrar assim nos CLDS+ um espaço privilegiado de resposta, face ao seu espírito e ação de proximidade, capacidade executora e dinamismo associado, mas reforçando agora os mecanismos de apoio e promoção da empregabilidade.

A resposta a este quadro de agravamento do desemprego, da pobreza e da exclusão dos grupos vulneráveis, para além de intensa e ambiciosa, deverá conceder um protagonismo redobrado à economia social, às organizações e às comunidades locais, na busca de soluções inovadoras mais eficazes, mais eficientes, mais sustentáveis e melhor ajustadas às necessidades das pessoas e dos territórios. Assim, a estratégia deverá contemplar ações inovadoras de dinamização económica local e de apoio à empregabilidade de grupos vulneráveis, focalizada no empreendedorismo, capaz de superar as situações de desemprego e exclusão persistente do mercado de trabalho, como induzir a rutura de ciclos geracionais de pobreza.

Importa assim, no âmbito deste Programa, aumentar a ativação de desempregados subsidiados ou de subsídio social de desemprego, como os beneficiários de rendimento social de inserção, através da integração em trabalho socialmente útil, em particular as que satisfaçam necessidades locais ou regionais, mas também no conjunto das medidas ativas de emprego que visem melhorar as suas competências socioprofissionais como meio de promover a sua empregabilidade e capacidade de empreendedorismo.

Do ponto de vista do modelo organizativo, o processo de implementação dos CLDS revelou a importância de articulação deste instrumento de intervenção no território com a Rede Social. A Rede Social enquanto plataforma que incentiva as autarquias e as entidades públicas e privadas a trabalharem na área da ação social, conjugando os seus esforços para prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e de exclusão, promovendo o desenvolvimento social local através de um trabalho em parceria, permitiu o reconhecimento de um número significativo de territórios capazes de sustentar o desenvolvimento dos CLDS. Neste sentido, do reforço da plataforma de entendimento e colaboração decorrente da Rede Social e seu alargamento às entidades/agentes que localmente poderão prestar serviços no âmbito da operacionalização de políticas sociais, nascerá uma nova rede local de intervenção social (RLIS) que se pretende que assegure a coordenação eficiente de todos os agentes, meios e recursos que integram a rede e possa promover, dinamizar e monitorizar respostas integradas. Essa RLIS assentará numa lógica de descentralização e prestação de serviços a contratualizar através de uma estreita articulação entre a Segurança Social, os Gabinetes de Inserção Profissional (GIP), as entidades e os demais agentes da comunidade, garantindo uma flexibilidade e subsidiariedade na sua implementação, bem como do seu acompanhamento, monitorização e avaliação.

A operacionalização do Programa CLDS+ concretizar-se-á através de intervenções concertadas entre entidades públicas e privadas, com o objetivo de combater a pobreza e a exclusão social, promovendo a empregabilidade e a autonomização dos públicos-alvo e constitui uma ferramenta de grande utilidade que, em articulação com outros instrumentos e projetos a mobilizar até 2020, poderão criar condições para gerar mudanças mais eficazes, eficientes e sustentáveis na superação dos problemas locais.

Quadro 22: Ações para abordar as necessidades específicas das zonas geográficas mais afetadas pela pobreza / dos grupos-alvo expostos a um maior risco de discriminação ou exclusão social

Grupo-alvo / zona geográfica	Principais tipos de ações previstas que fazem parte da abordagem integrada	EP	Fundo	Categoria de Região	PI
Territórios especialmente afetados por desemprego e envelhecidos (em particular nas áreas críticas e centros históricos)	<p>Dinamizar e implementar Contratos Locais de Desenvolvimento Social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações de formação de ativos para a empregabilidade; • Ações de formação e apoio à integração no mercado de trabalho de grupos desfavorecidos (pessoas com deficiência, baixos rendimentos, ex-reclusos e toxicodependentes); • Ações de capacitação e inclusão socioprofissional de grupos Vulneráveis; <p>Apoios à transição para a vida ativa e à reconversão profissional, que visem criar condições adequadas à promoção da empregabilidade de desempregados e jovens;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio à criação do próprio emprego, com enfoque nos desempregados e jovens, incluindo a criação de empresas ou o apoio a microempresas existentes que criem emprego; • Ações de dinamização e implementação de projetos para inovação e experimentação social; • Suporte ao doente no domicílio e na comunidade com recurso às TIC; • Apoio ao empreendedorismo social, incluindo a promoção de start-ups sociais; • Qualificação profissional e apoios específicos ao emprego para pessoas com deficiências e incapacidades; • Apoio a redes de Cuidadores de Proximidade. 	8 9 10	FSE	Mais Desenvolvida	8.1 8.3 9.1 9.3 9.4 10.1
Territórios com situações críticas de pobreza, particularmente a infantil (em particular nas áreas críticas e centros históricos)	<p>Dinamizar e implementar Contratos Locais de Desenvolvimento Social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações de capacitação e inclusão socioprofissional de grupos Vulneráveis; • Apoio a consórcios locais que promovam a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos sócio-económicos mais vulneráveis, particularmente dos descendentes de imigrantes e minorias étnicas, incluindo ciganos; • Apoio ao acolhimento e assistência a mães solteiras e adolescentes grávidas, bem como à sua inclusão profissional; • Ações que favoreçam a redução do abandono e a melhoria do sucesso educativo (TEIP, PIEF e +Sucesso); • Ações que promovam a qualificação da intervenção precoce na infância; • Inserção de pessoas em situação sem abrigo. 				

SECÇÃO 6 NECESSIDADES ESPECÍFICAS DAS ÁREAS GEOGRÁFICAS COM DESVANTAGENS DEMOGRÁFICAS OU NATURAIS SEVERAS E PERMANENTES

NÃO SE APLICA À REGIÃO DE LISBOA

SECÇÃO 7. AUTORIDADES E ÓRGÃNISMOS RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO, PELO CONTROLO E PELA AUDITORIA, E PAPEL DOS PARCEIROS RELEVANTES

7.1 Identificação das autoridades e organismos competentes

Quadro 23: Autoridades e organismos competentes

Autoridade / Organismo	Nome da Autoridade / Organismo, e do departamento ou unidade	Dirigente máximo da Autoridade / Organismo
Autoridade de Gestão	CCDR LVT	Presidente da CCDR LVT
Autoridade de Certificação	Agência para o Desenvolvimento e Coesão	Presidente do Conselho Diretivo da Agência para o Desenvolvimento e Coesão
Autoridade de Auditoria	Inspeção Geral de Finanças	Inspetor Geral
Organismo que recetor dos pagamentos da Comissão	Agência para o Desenvolvimento e Coesão	Presidente do Conselho Diretivo da Agência para o Desenvolvimento e Coesão

7.2. Envolvimento dos parceiros relevantes

Considerando, (i) as prioridades e metas da estratégia Europa 2020; (ii) as prioridades e metas da estratégia “Portugal 2020” definidas no Programa Nacional de Reformas; (iii) os objetivos temáticos e as condicionalidades ex ante temáticas estabelecidas para o Quadro Estratégico Comum 2014-2020; (iv) as recomendações do *Position Paper* da Comissão Europeia sobre o desenvolvimento do Acordo de Parceria e programas Operacionais para o período 2014-2020 e (v) a proposta de estrutura de Pacto Territorial do Comité das Regiões, o Governo incumbiu a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT) de preparar regionalmente (NUTS II) a programação do novo ciclo de fundos comunitários, para o período 2014/2020, dinamizando um processo de trabalho com a participação e envolvimento dos atores relevantes e de consulta pública na Região.

Esta missão teve como objetivos:

- Incorporar e disseminar conhecimento sobre a estratégia “Europa 2020” e o Quadro Estratégico Comum da União Europeia;
- Diagnosticar e debater a situação de desenvolvimento da Região de Lisboa e identificar prioridades estratégicas, domínios/projetos de investimento relevantes e abordagens territoriais no horizonte 2014-2020;
- Articular a elaboração do Plano de Ação da Região de Lisboa com a do Programa Territorial Integrado para a AML;
- Assegurar uma ampla participação institucional (conselho regional, parceiros económicos e sociais, entidades do sistema científico e tecnológico e organismos que representem a sociedade civil) e

empresarial, bem como uma mobilização pública em torno da preparação do próximo período de programação 2014-2020;

- Assegurar a existência de um quadro estratégico, regulamentar e institucional capaz de garantir uma utilização eficiente dos recursos previstos para o próximo período de programação.

Para tal, foi dinamizado um intenso e longo programa de auscultação e envolvimento de atores locais e regionais, realizado entre Abril e Outubro de 2013, relevando-se o Conselho Regional e o envolvimento de cerca de 500 atores que participaram em 22 seminários, workshops e grupos de trabalho.

A operacionalização da Política de Coesão passa, em parte, por uma aposta na conceção de abordagens territoriais integradas e multidimensionais, desenvolvidas e implementadas num contexto de estratégias regionais partilhadas e tidas como mais eficazes na resposta aos desafios conjunturais e estruturais. Neste contexto, é fundamental desenvolver uma nova cultura de parcerias para os resultados, suportada no planeamento cuidado e em mecanismos robustos de governação, que assegurem uma assunção plena de responsabilidades, seja no âmbito de intervenções de cariz temático, seja de cariz territorial.

Assim, o elemento basilar da estratégia regional reside na constituição de parcerias que mobilizaram e envolveram os vários atores/parceiros presentes no território, em torno de uma visão de futuro para a Região de Lisboa. Acresce que, segundo as orientações comunitárias e nacionais, as intervenções devem privilegiar uma abordagem de complementaridade e de não sobreposição territorial, o que desde logo reforça a necessidade de estabelecer sinergias entre os diversos agentes que atuam no território. Por outro lado, a concretização de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial potencia novas soluções de governação (envolvendo parceiros públicos, privados e associativos) e assume a prossecução de uma estratégia territorial supraconcelhia, suportada no pressuposto de criação de uma parceria alargada de coordenação, cooperação e concertação.

7.2.1. Ações empreendidas para envolver os parceiros na preparação do programa operacional, e papel desses parceiros na execução, acompanhamento e avaliação do programa

O envolvimento e responsabilidades dos parceiros relevantes da Região está suportado num modelo de governação multinível, pelo que a articulação entre a Administração Central, Regional e Local e a iniciativa privada será incentivada, encontrando-se formas e mecanismos que possibilitem essa ligação institucional e que sejam facilitadoras do aparecimento de projetos em parceria.

Num quadro em que as intervenções devem privilegiar uma abordagem de complementaridade, é decisiva a criação de sinergias entre os diversos atores e níveis de governação. Neste sentido, emerge com maior significado o reforço:

- Da articulação intersectorial concentrando num único Programa Operacional os diversos domínios de política pública de forma a favorecer a adequação dos programas e projetos às necessidades e especificidades territoriais e a potenciar as abordagens integradas;
- Do papel dos municípios, nomeadamente da Área Metropolitana de Lisboa no processo de execução de fundos dando-lhe um papel liderante na coordenação de Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentado (AIDUS). O Acordo de Parceria prevê a existência de uma AIDUS na Área Metropolitana de Lisboa, referindo que face aos desafios da Região e ao seu papel na estruturação do sistema urbano nacional, justifica-se uma “significativa concentração dos investimentos na promoção da coesão social e da atratividade das áreas urbanas de incidência,

bem como na promoção de estratégias de baixa emissão de carbono, incluindo a promoção da mobilidade urbana sustentável e inclusiva, e medidas para melhorar a qualidade do ambiente urbano”. Assim, deverá promover-se um Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da AML que corporize uma AIDUS;

- Da participação das populações na preparação e execução dos fundos, através da exigência de um maior envolvimento na discussão dos diagnósticos e na conceção das estratégias. Enquadradas pelos instrumentos colocados à disposição neste período de programação, como o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), serão incentivadas experiências inovadoras de desenvolvimento local em contexto urbano, que beneficiem das experiências ensaiadas de forma *top-down* no passado (Iniciativa Bairros Críticos) e de outros ensaios *bottom-up* (Programa Bip-Zip Lisboa). Ou seja, de modo a potenciar a experiência de ciclos de programação anteriores na promoção de abordagens integradas de cariz *bottom-up*, promovidas pelas comunidades locais, e dos ensinamentos positivos de algumas abordagens *top-down*, será mobilizado o instrumento regulamentar DLBC, com o objetivo de promover, em territórios específicos, a concertação estratégica e operacional entre parceiros, e a concretização integrada de investimentos que assegurem a obtenção de resultados significativos a diversos níveis: no desenvolvimento local, na promoção e inovação social, na resposta com eficácia aos problemas de pobreza e de exclusão social, nomeadamente em territórios fragilizados.

Será estabelecida uma Comissão de Acompanhamento para o Programa Operacional, integrando designadamente representantes da Associação Nacional de Municípios Portugueses, representantes dos parceiros sociais e da economia social e Instituições de ensino superior. A Comissão de Acompanhamento reúne, pelo menos, duas vezes por ano, no 2º e 4º trimestre de cada ano.

À semelhança do que ocorreu nos sucessivos períodos de programação, tendo em vista renovar os bons padrões de desempenho alcançados, sobretudo numa conjuntura caracterizada pela maior escassez e mobilidade dos recursos humanos, serão asseguradas, logo nas fases iniciais de preparação e arranque dos próximos programas operacionais, ações de formação e respetivos documentos de suporte sobre os novos regulamentos, normativos e procedimentos dos fundos comunitários para 2014-2020 a todas as entidades com responsabilidades relevantes na sua gestão, controlo, monitorização e avaliação.

A focagem acrescida nos resultados que se pretende concretizar neste período de programação exige também uma particular atenção em matéria de capacitação institucional nos domínios da monitorização e avaliação dos fundos, tendo nomeadamente como ponto de ancoragem a rede de avaliação nacional, bem como promovendo uma adequada articulação com as respetivas redes comunitárias neste domínio.

A criação de condições que permitam garantir a melhoria contínua das capacidades de gestão será ainda estendida às diferentes categorias de beneficiários, através da preparação e execução de planos de formação contínua.

Os sistemas de informação e de comunicação no período de programação 2014-2020 prosseguem o processo de aperfeiçoamento e consolidação desenvolvido nesta matéria no passado, que se têm traduzido numa melhoria significativa da respetiva eficácia e eficiência, na desmaterialização de processos, na segurança da informação, na integração de dados e comunicação com a Comissão e na modularidade da sua arquitetura (que compreende todo o ciclo de vida dos projetos – desde a submissão de candidaturas até ao encerramento). A presença em redes sociais e a produção de e-Newsletters orientadas para o apoio dos beneficiários na gestão dos projetos tem-se revelado uma boa prática que será tida em conta.

Pretende-se a utilização de formulários eletrónicos, comuns na medida do possível aos demais PO, determinante para a eficácia do reporte automático às Autoridades de Certificação e de Auditoria, bem como da monitorização e avaliação dos Programas Operacionais.

Embora a disponibilização de serviços de fácil utilização pelos beneficiários esteja tendencialmente assegurada, será concretizado o seu desenvolvimento, integrado na iniciativa *eCohesion*, que compreende a criação do Balcão Único de Candidatura (BUC) – assegurando, em particular, a partilha de dados sobre os beneficiários, previamente autorizados por estes, que portanto dispensa a repetição do registo de beneficiários em diferentes sistemas e PO.

Versão de trabalho

SECÇÃO 8. COORDENAÇÃO ENTRE OS FUNDOS, O FEADER, O FEAMP E OUTROS INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO DA UNIÃO E NACIONAIS E O BEI

A coordenação e a integração entre os Fundos Estruturais e de Investimento Europeus, os outros Instrumentos de Financiamento Nacionais e Comunitários e o BEI constituem não apenas uma das linhas de reorientação da programação estrutural em Portugal, como os instrumentos essenciais para assegurar ganhos de eficácia e de eficiência na respetiva aplicação.

O PORLISBOA tem presente na sua arquitetura institucional e no modelo de governação definido a coordenação e integração entre os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), os outros Instrumentos de Financiamento Nacionais e Comunitários e o BEI, de forma a assegurar ganhos de eficácia, de eficiência e a prevenir a sobreposição de fundos nas ações a financiar.

A coordenação de políticas setoriais e territoriais é fundamental para o sucesso da aplicação dos fundos comunitários, pelo que o critério da valia regional na avaliação do mérito relativo de projetos será reforçado e serão promovidos concursos específicos alinhados com as RIS3 regionais no âmbito dos apoios do domínio competitividade, envolvendo POT e POR.

A oferta de apoios em cada Programa, para cada prioridade de investimento, será efetuada ponderando as três opções quanto ao procedimento a adotar - em contínuo, através de concursos ou convites. A seleção do procedimento realizar-se-á de forma harmonizada entre PO para cada prioridade de investimento, em função da natureza dos potenciais projetos e beneficiários candidatos.

Como princípio geral em prioridades de investimento com potenciais múltiplos beneficiários, será utilizada a abertura de candidaturas através de concursos, enquadrados num plano anual, oportuna e amplamente divulgado junto dos potenciais beneficiários.

No estabelecimento do plano anual de avisos, a aprovar pela Comissão Interministerial de Coordenação, sob proposta da Agência, será assegurada uma adequada coordenação setorial e territorial das intervenções.

Coordenação com o programa Horizonte 2020

A complementaridade e a coordenação entre o PORLISBOA e o programa Horizonte 2020 é considerada na definição da RIS 3 (Estratégia de Especialização Inteligente) onde se incluem:

- As ações de preparação para a participação dos intervenientes regionais de I&I no Horizonte 2020 (evoluir até à excelência) a desenvolver, sempre que necessário, através reforço das capacidades. A comunicação e a cooperação entre os pontos de contacto nacionais do Horizonte 2020 e as autoridades de gestão dos FEEI devem ser reforçadas.
- As ações de execução devem proporcionar os meios necessários para explorar e difundir, no mercado, os resultados da I&I decorrentes do Horizonte 2020 e dos programas precedentes, com especial atenção para a criação de um ambiente empresarial e industrial favorável à inovação, inclusive nas PME, em conformidade com as prioridades identificadas na estratégia de especialização inteligente relativa aos territórios em causa.

No domínio da competitividade e internacionalização, o financiamento do POR Lisboa tenderá a privilegiar as prioridades da estratégia de especialização inteligente definida para a Região, em estreita articulação com o Programa Cosme e os recursos do Horizonte 2020, nos respetivos programas de execução das componentes das estratégias.

Deve ser prestado um apoio conjunto às autoridades nacionais e regionais para a conceção e a execução de estratégias deste tipo, para identificar as oportunidades de financiamento conjunto das infraestruturas

de I&I de interesse europeu, promover a colaboração internacional, o apoio metodológico dado pela consulta interpares, o intercâmbio de boas práticas e a formação entre regiões.

Coordenação com o programa para o ambiente e a ação climática (LIFE) e o acervo ambiental

O PORLISBOA, dando um maior enfoque temático nos programas e da aplicação do princípio do desenvolvimento sustentável, procurar explorar as sinergias com os instrumentos de política da União (de financiamento ou não) relacionados com as medidas de adaptação às alterações climáticas e para a sua redução, para a proteção ambiental e a eficiência dos recursos.

O PORLISBOA promove, quando adequado, a garantia da complementaridade e a coordenação com o programa LIFE, em especial com projetos integrados nos domínios da natureza, da biodiversidade, da água, dos resíduos, do ar, da mitigação das alterações climáticas e da adaptação às alterações climáticas.

Esta coordenação deve ser alcançada através de medidas como a promoção do financiamento pelos FEEI de atividades que complementem os projetos integrados, no âmbito do programa LIFE, e a utilização de soluções, métodos e abordagens validados no âmbito do programa LIFE, incluindo investimentos em infraestruturas ecológicas, eficiência energética, eco inovação, soluções baseadas nos ecossistemas e a adoção de tecnologias de inovação conexas.

Os planos setoriais, programas ou estratégias relevantes podem servir como o quadro de coordenação sempre que estiver previsto apoio nestes domínios.

Coordenação com o Programa da União Europeia para o Emprego e a Inovação Social ("EaSI")

O PORLISBOA promove e assegura uma coordenação eficaz entre o Programa da União Europeia para o Emprego e a Inovação Social ("EaSI") e o apoio que os FEEI prestam, no âmbito dos objetivos temáticos de emprego e de inclusão social. Isto inclui a coordenação do apoio prestado no âmbito do eixo EURES do EaSI com ações para melhorar a mobilidade laboral transnacional apoiado pelo FSE de modo a promover a mobilidade geográfica dos trabalhadores e fomentar as oportunidades de emprego, bem como a coordenação entre o apoio dado pelos FEEI em prol do autoemprego, do empreendedorismo, da criação de empresas e empresas sociais e o apoio do EaSI ao abrigo do eixo microfinanciamento e empreendedorismo social.

O PORLISBOA procura replicar as medidas de maior sucesso desenvolvidas no âmbito do eixo progresso do EaSI, nomeadamente em matéria de inovação social e política de experimentação social com o apoio do FSE.

Coordenação com o Instrumento de Pré-Adesão (IPA), Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria e Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED)

O PORLISBOA procurará, no âmbito das respetivas responsabilidades, aumentar a coordenação entre os FEEI e os instrumentos externos, a fim de melhorar a eficácia de realização dos múltiplos objetivos políticos da União. A coordenação e as complementaridades com o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), o Instrumento de Pré-Adesão (IPA) e o Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria (IEV) são particularmente importantes.

Para apoiar a integração territorial mais profunda, o PORLISBOA procurará tirar partido de sinergias entre ações de cooperação territorial europeia no âmbito da política de coesão e o IEV, em especial no que se refere a atividades de cooperação transfronteiras, tendo em conta o potencial oferecido pelos

agrupamentos europeus de cooperação territorial.

Versão de trabalho

SECÇÃO 9. CONDIÇÕES EX-ANTE

9.1. Condições Ex-ante

Quadro 24: Condições ex-ante aplicáveis e avaliação do seu cumprimento

Condição ex-ante	Prioridades a que se aplica a condição	Cumprimento da condição ex-ante: Sim / Parcial	Critério	Cumprimento do critério: Sim	Referência (referência às estratégias, ato legal ou outros documentos aplicáveis, incluindo ...)	Explicações

9.2 Descrição das ações necessárias para cumprir as condições ex-ante, organismos responsáveis e o calendário das ações

Quadro 25: Ações que devem ser empreendidas para o cumprimento das condições ex-ante gerais aplicáveis

Condições ex-ante gerais aplicáveis	Incumprimento do critério	Ações a empreender	Prazo (data)	Organismos responsáveis

Quadro 26: Ações que devem ser empreendidas para o cumprimento das condições ex-ante temáticas aplicáveis

Condições ex-ante temáticas aplicáveis	Incumprimento do critério	Ações a empreender	Prazo (data)	Organismos responsáveis
1.X		Ação 1	Prazo para a ação 1	
		Ação 2	Prazo para a ação 2	

SECÇÃO 10. REDUÇÃO DOS ENCARGOS ADMINISTRATIVOS PARA OS BENEFICIÁRIOS

10.1 Redução dos Encargos Administrativos para os Beneficiários

A redução dos encargos administrativos para os beneficiários enquadra-se e constitui um resultado importante do processo de reforma da administrativa em curso em Portugal, designadamente no que respeita à desburocratização e simplificação dos procedimentos (salvaguardando a indispensável regularidade e segurança dos sistemas de gestão e controlo) e, sobretudo, ao desenvolvimento da Administração online – focalizada, na melhoria dos sistemas de informação e na interoperabilidade.

Esta dimensão foi evidenciada nas recomendações emitidas no âmbito do “Estudo de Avaliação Específica com vista à simplificação Administrativa”, concluído em novembro de 2012, e que se enquadra no conjunto dos exercícios de avaliação previstos no Plano Global de Avaliação do QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional e dos Programas Operacionais 2007-2013.

O enfoque na redução da carga administrativa para os beneficiários, concretamente para o período de programação 2014-2020, foi igualmente preconizado na iniciativa comunitária *e-cohesion*.

Neste contexto, destacam-se as seguintes medidas com implementação prevista:

- Aperfeiçoamento e consolidação dos sistemas de informação numa lógica de melhoria de eficácia e eficiência, na desmaterialização de processos, na segurança da informação;
- Criação, desde o arranque dos PO, de Balcão único de Candidatura (BUC). Visa a disponibilização, a todos os promotores, de um único ponto de acesso, assegurando a partilha de dados e dispensando a repetição do registo do beneficiário em diferentes PO;
- Normalização de formulários eletrónicos comuns, na medida do possível, aos vários PO;
- Introdução de mecanismos de validação da informação: promoção da simplificação no processo de verificação das condições de elegibilidade;
- Criação de Base Única de promotores (BUP), armazenando, numa base única, toda a informação disponível na administração pública sobre o beneficiário;
- Melhoria nos mecanismos de autenticação dos beneficiários: aumento dos níveis de segurança na autenticação / acreditação dos beneficiários;
- Criação de um Quadro Regulamentar Nacional claro e objetivo, evitando a multiplicidade de regulamentos específicos e de enquadramento adotados entre 2007 e 2013.
- Utilização mais extensiva e transversal na aplicação de metodologias de custos simplificados para fundamentação da despesa cofinanciada e quando possível e adequado, a definição de “valores máximos de referência”.

SECÇÃO 11. PRINCÍPIOS HORIZONTAIS

11.1. Desenvolvimento Sustentável

A temática do desenvolvimento sustentável tem norteado a programação estratégica e operacional da Região de Lisboa, nomeadamente através da avaliação ambiental estratégica do PO e, no futuro, do respetivo follow-up das suas recomendações.

De um modo genérico no período 2014-2020, o princípio do desenvolvimento sustentável assenta nas seguintes medidas:

- Avaliação Ambiental Estratégica do PO Regional;
- Avaliações ambientais dos projetos a cofinanciar, quando aplicável, no sentido de garantir que os requisitos em matéria de proteção ambiental são cumpridos;
- Aplicação do princípio poluidor-pagador, ao nível dos projetos, quando aplicável;
- Possibilidade de majoração de apoios concedidos a projetos que demonstrem:
 - Promover uma utilização eficiente dos recursos;
 - Contribuir de forma significativa para a transição para uma economia de baixo carbono;
 - Potenciar o crescimento da Economia Verde na Região de Lisboa.

No que se refere ao princípio do poluidor-pagador, a sua aplicação será efetuada às operações que vierem a beneficiar de apoio no quadro do presente Programa Operacional Regional, sendo observado quando da seleção e atribuição dos financiamentos.

11.2. Igualdade de Oportunidades e Não-Discriminação

A temática da igualdade de oportunidades e da não discriminação é assumida como uma questão central no contexto da programação, implementação, monitorização e avaliação do novo ciclo de intervenção dos fundos comunitários.

A resposta à persistência ou mesmo aos riscos de agravamento de dinâmicas de desigualdade de oportunidades na sociedade portuguesa, fruto da crise dos últimos anos, assumirá assim grande relevância no período 2014-2020. Essa resposta tem em conta as orientações de política comunitária e nacional neste domínio, seguindo uma dupla perspetiva que aprofunda a experiência adquirida em anteriores períodos de programação, designadamente no QREN (2007-2013):

- por um lado, o respeito por estes princípios na programação, implementação, monitorização e avaliação dos fundos obedecerá a uma lógica de transversalidade na promoção dos mesmos (numa perspetiva de mainstreaming desses princípios, de forma adequada ou pertinente face a cada área ou tipologias de intervenção dos fundos);
- por outro lado, atendendo às necessidades particulares de segmentos populacionais e territórios mais afetados por fenómenos de desigualdade e discriminação, serão apoiadas ações específicas e focalizadas na superação dessas desigualdades (ações de discriminação positiva).

Reconhecendo-se a necessidade de promover permanentemente o respeito por estes princípios, a estratégia regional de combate às diversas formas de discriminação deverá operacionalizar-se sob múltiplas dimensões e de forma integrada, tendo designadamente em consideração:

- que os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento contribuem para a prossecução destes princípios horizontais, ponderando os impactos potenciais das diversas intervenções a financiar na promoção desses princípios;
- o respeito por estes princípios nos processos de candidatura e seleção das operações a financiar pelos fundos comunitários, em função da natureza das respetivas operações.

11.3. Igualdade de Género

A Região de Lisboa tem contribuído para a igualdade de género, no âmbito do quadro programático das políticas públicas nessa área.

Trata-se de um esforço que importa prosseguir, uma vez a discriminação com base no género é uma forma de discriminação que subsiste na Região de Lisboa, abrangendo situações muito heterogéneas, desde a desigualdade no acesso e nas remunerações no mercado de trabalho, a situações de violência doméstica indissociáveis da maior vulnerabilidade física das mulheres, a que acrescem muitas vezes dependência financeira.

Assim, a estratégia regional no período 2014-2020 tem em consideração:

- que os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento contribuem para a prossecução deste princípio horizontal, ponderando os impactos potenciais das diversas intervenções a financiar na promoção desse princípio;
- o respeito por este princípio nos processos de candidatura e seleção das operações a financiar pelos fundos comunitários, em função da natureza das respetivas operações;
- a monitorização regular e a avaliação dos impactos dos fundos na prossecução destes princípios, nomeadamente através do sistema de indicadores de suporte à monitorização do Programa Operacional da Região de Lisboa (e.g., com desagregação sistemática de indicadores de realização e resultado sobre as pessoas segundo o sexo) e considerando esta matéria no planeamento e acompanhamento das avaliações a realizar ao longo do período de programação;
- o envolvimento das entidades com competências próprias nestes domínios e de outros parceiros estratégicos relevantes, nomeadamente a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) e o Instituto Nacional para a Reabilitação (INR).

Em matéria de ações especificamente direcionadas para a promoção da igualdade de género, sinalizam-se as seguintes grandes áreas de intervenção:

- fomento de uma maior conciliação da vida profissional e familiar, designadamente através da integração da dimensão da igualdade de género na organização, funcionamento e atividade das entidades dos setores público, privado e cooperativo (mediante, por exemplo, formas inovadoras de integração e organização laboral, consolidação e adaptação da rede de serviços coletivos nos territórios, nomeadamente em matéria de resposta a dependentes, em particular crianças e idosos nessa situação e a implementação de planos para a igualdade);
- criação de condições às famílias para que a estrutura etária possa voltar a rejuvenescer num quadro de maior participação da mulher na economia regional.

SECÇÃO 12. ELEMENTOS SEPARADOS

12.1. Grandes projetos com execução prevista durante o período de programação

Quadro 27: Lista dos grandes projetos

Projeto	Data prevista para a notificação/apresentação à Comissão de uma candidatura de grande projeto (ano, trimestre)	Data prevista para o início da execução (ano, trimestre)	Data prevista para a conclusão da execução (ano, trimestre)	Eixos prioritários/prioridades de investimento
Hospital Lisboa Oriental	2014 4º trimestre	2015 1º trimestre	2019 2º trimestre	Eixo 9 Prioridade Investimento 9.7

12.2. Quadro de desempenho do programa operacional

Quadro 28: Quadro de desempenho do programa operacional, discriminado por fundo e por categoria de região (quadro de resumo)

Eixo prioritário (discriminado por Fundo e por categoria de região)	Fundo	Categoria de região	Definição do indicador ou fase fundamental da execução	Unidade de medida, se for pertinente	Metas para 2018	Objetivo final (2023) ³⁷		
						H	M	T

12.3. Parceiros relevantes envolvidos na preparação do programa

Domínio	Grupo de Trabalho	Data	Entidades Participantes
Crescimento Sustentável	Regeneração Urbana	5 de Abril 2013	ISS, IP - Centro Distrital de Setúbal
			FPCUB - Federação Portuguesa de Ciclismo e Utilizadores de Bicicleta
			CM Mafra

³⁷ O valor-alvo pode ser apresentado como um valor total (homens e mulheres) ou discriminado por género.

			CM Barreiro
			CM Lisboa
			AML
			CM Odivelas
			DGT - Direção-Geral do Território
			InCI, IP - Instituto da Construção e do Imobiliário
			QUERCUS
			GEOTA
			DGPC - Direção Geral do Património Cultural
			LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil
			OA - Ordem dos Arquitetos Portugueses
			IST / CESUR
			IHRU, IP
			AUP - Associação dos Urbanistas Portugueses
			APAP – Associação Portuguesa de Arquitetos Paisagistas
			Comité de Investimento do Jessica Holding Fund Portugal
			CPCI - Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário
			Baía do Tejo
			IGOT - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
			CIP - Confederação Empresarial de Portugal
		23 de Abril 2013	ISS, IP - Centro Distrital de Setúbal
			FPCUB - Federação Portuguesa de Ciclismo e Utilizadores de Bicicleta
			GEOTA
			LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil
			DGPC - Direção Geral do Património Cultural
			OA - Ordem dos Arquitetos Portugueses
			IST / CESUR
			Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, I.P.
			AUP - Associação dos Urbanistas Portugueses
			APAP – Associação Portuguesa de Arquitetos Paisagistas
			Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
			CM Lisboa
			CM Odivelas
			CM Sintra
			AML
			Comité de Investimento do Jessica Holding Fund Portugal
			CPCI - Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário
			CM Loures
			Confederação do Comércio e Serviços de Portugal

			Baía do Tejo
			QUERCUS
			CIP - Confederação Empresarial de Portugal
Domínio	Grupo de Trabalho	Data	Entidades Participantes
Crescimento Sustentável	Economia do Baixo Carbono	5 de Abril 2013	QUERCUS
			CM Setúbal
			CM Lisboa
			AML
			ANTRAL – Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários em Automóveis Ligeiros
			Instituto da Mobilidade e Transportes
			Ordem dos Engenheiros
			APA, IP
			Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI, IP)
			Autoridade Metropolitana de Transporte de Lisboa
			Direção-Geral de Energia e Geologia
			Associação Portuguesa do Veículo Elétrico
			FPCUB - Federação Portuguesa de Ciclismo e Utilizadores de Bicicleta
			ADENE - Agência para a Energia
			GEOTA
			AIP
			Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE)
			AERLIS-Associação Empresarial da Região de Lisboa
		22 de Abril 2013	Instituto da Mobilidade e Transportes
			ANTRAM
			CM Setúbal
			CM Lisboa
			AML
			APA, IP
			Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI, IP)
			Autoridade Metropolitana de Transporte de Lisboa
			Direção-Geral de Energia e Geologia
			FPCUB - Federação Portuguesa de Ciclismo e Utilizadores de Bicicleta
			Turismo de Portugal, IP
			ADENE-Agência para a Energia
			GEOTA
			Ordem dos Engenheiros
			Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE)
			QUERCUS

Domínio	Grupo de Trabalho	Data	Entidades Participantes
Crescimento Sustentável	Recursos, Serviços Ambientais e Riscos	3 de Abril 2013	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S. A.
			ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil
			Empresa Geral do Fomento, SA (EGF)
			APEA - Associação Portuguesa de Engenharia do Ambiente
			Departamento de Geologia (FC/UL)
			Direção-Geral do Território
			GEOTA
			Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT)
			QUERCUS
			Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
			APA, IP
			CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal
			CM Loures
			CM Alcochete
			AML
			Associação Portuguesa de Geógrafos
			Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC)
		22 de Abril 2013	Tapada Nacional de Mafra
			AdP - Águas de Portugal, SGPS, S. A.
			ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil
			APA, IP
			APEA - Associação Portuguesa de Engenharia do Ambiente
			Departamento de Geologia (FC/UL)
			Instituto de Investigação Científica e Tropical, IICT
			GEOTA
			Tratolixo
			ANPC
			Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT)
			QUERCUS
			Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
			CM Loures
			CM Sintra
			CM Vila Franca de Xira
			AML
			ESGRA – Associação de Empresas Gestoras de Sistemas de resíduos
			Associação Portuguesa de Geógrafos (APG)

			Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC)
Domínio	Grupo de Trabalho	Data	Entidades Participantes
Crescimento Inclusivo	Demografia e Serviços de Proximidade Inclusão e Inovação Social	8 de Abril 2013	Cáritas Diocesana de Lisboa
			CDSS Setúbal - Centro Distrital de Setúbal
			Instituto Nacional para a Reabilitação
			ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.
			CDSS Lisboa – Centro Distrital de Lisboa
			UDIPSS - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal
			Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos
			IGOT-Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
			CM Moita
			CM Loures
			CM Montijo
			Confederação Portuguesa do Voluntariado
			AEEASG - Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações
			Fundação Aga Khan Portugal
			CVP - Cruz Vermelha Portuguesa
			ANDC - Associação Nacional do Direito ao Crédito
			EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza
			APD - Associação Portuguesa de Deficientes
			IES - Centro de Formação e Investigação em Empreendedorismo Social
			GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial
			Programa Escolhas
			SCML - Santa Casa de Misericórdia de Lisboa
			Área Metropolitana de Lisboa
		23 de Abril 2013	Cáritas Diocesana de Lisboa
			CDSS Setúbal - Centro Distrital de Setúbal
			Instituto Nacional para a Reabilitação
			ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.
			CDSS Lisboa – Centro Distrital de Lisboa
			Fundação EDP
			UDIPSS - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal
			Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos
			Confederação Portuguesa do Voluntariado
			AEEASG - Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações
			Fundação Aga Khan Portugal
			CVP - Cruz Vermelha Portuguesa

			ANDC - Associação Nacional do Direito ao Crédito Instituto do Envelhecimento / Universidade Lisboa CM Montijo CM Moita EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza APD - Associação Portuguesa de Deficientes IES - Centro de Formação e Investigação em Empreendedorismo Social GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial Programa Escolhas SCML - Santa Casa de Misericórdia de Lisboa Área Metropolitana de Lisboa
Domínio	Grupo de Trabalho	Data	Entidades Participantes
Crescimento Inteligente	Educação, Emprego e Empreendedorismo	11 de Abril 2013	ANESPO-Associação Nacional de Escolas Profissionais LISPOLIS - Associação para o Pólo Tecnológico de Lisboa ACIDI Universidade Católica Portuguesa INA – Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas Madan Parque – Parque Ciência e Tecnologia Almada-Setúbal Espírito Santo Ventures Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril CM Odívetas CM Loures CM Odívetas CM Mafra ANDC - Associação Nacional do Direito ao Crédito ANESPO-Associação Nacional de Escolas Profissionais ANJE – Associação Nacional Jovens Empresários Startup Lisboa - Incubadora de Empresas IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I. P. DRELVT - Direção Regional de Economia Santa Casa de Misericórdia de Lisboa ANESPO-Associação Nacional de Escolas Profissionais INA – Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas AMA - Agência para a Modernização Administrativa, I.P. AML Direção Geral da Educação IEFP

Domínio	Grupo de Trabalho	Data	Entidades Participantes
Crescimento Inteligente	Meios Criativos e Indústrias Culturais	15 de Abril 2013	IADE-U Instituto de Arte, Design e Empresa
			Live content
			Just Like You
			Fábrica Braço de Prata
			CM Almada
			Fórum Empresarial da Economia do Mar
			ExperimentaDesign
			Hei Communication Lisboa
			Direção Geral do Património Cultural
			Madame Management
			Artemrede
			iMatch PORTUGAL
			Zero em Comportamento
			APAP - Associação Portuguesa das Agências de Publicidade, Comunicação e Marketing
			AML
		16 de Outubro 2013	Produções Fictícias
			Ydreams
			Metropolitana
			IADE – U
			CCB
			Live Content
			Lx Factory
			Experimenta Design
			Ler Devagar
			Restart – Instituto de Criatividade, Artes e Novas Tecnologias
			Trienal de Arquitectura de Lisboa
			Empresa Música no Coração
			Fundação Gulbenkian Programa Próximo Futuro
			TVI
			Artemrede
			BAR – Agência de Marketing e Publicidade
			UAU – Produtora de Espectáculos
			Manifesto Moda
			Dinheiro Vivo
			Sociedade Portuguesa de Autores
			Dinamia'CET - ICTE

			SIC
			Fundação EDP
			Associação de Produtores Independentes de TV
		23 de Outubro 2013	Produções Fictícias
			IADE – U
			Ydreams
			AICA – Associação Internacional de Críticos de Arte
			Live Content
			Lx Factory
			Experimenta Design
			Revista Time Out
			Trienal de Arquitectura de Lisboa
			Fundação Gulbenkian Programa Próximo Futuro
			TVI
			Galerista
			Som e Fúria
			Artemrede
			EGEAC – Cultura em Lisboa
			BAR – Agência de Marketing e Publicidade
			Zero em Comportamento
			UAU – Produtora de Espectáculos
			Dinheiro Vivo
			Sociedade Portuguesa de Autores
			Dinamia'CET - ICTE
			Festival Indie Lisboa
			SIC
			Associação de Produtores Independentes de TV
Domínio	Grupo de Trabalho	Data	Entidades Participantes
Crescimento Inteligente	Sistemas Produtivos e Especialização Inteligente	18 de Abril 2013	SIEMENS, SA
			CM Sintra
			CM Loures
			Associação de Turismo de Lisboa
			Administração do Porto de Lisboa (APL, SA)
			Instituto de Medicina Molecular
			Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA
			Volkswagen Autoeuropa, Lda
			APSS, SA
			FILKEMP - Indústria de Filamentos, SA

			Fundação para a Ciência e a Tecnologia
			Grupo Soporcel
			IAPMEI
			Taguspark - Parque de Ciência e Tecnologia
			Fundação Champalimaud
			Oceano XXI - Associação para o Conhecimento e Economia do Mar
			AML
			CM Sintra
			Turismo de Portugal, I.P.
			TEKEVER – Tecnologias de Informação, S.A.
Domínio	Grupo de Trabalho	Data	Entidades Participantes
Crescimento Inteligente (RIS3)	Viagens e Turismo	29 de Outubro 2013	AHP – Associação de Hotelaria de Portugal
			Fátima Hotels
			Grupo Tivoli Hotels & Resorts
			Grupo Pestana
			Heritage, Gestão e Marketing, SA
			Aequitare
			TAP
			ANA Aeroportos de Portugal, SA – Aeroporto de Lisboa
			Bensaúde Turismo
			Hotel Ritz, SA
			André Jordan
		18 de Novembro 2013	AHP – Associação de Hotelaria de Portugal
			Fátima Hotels
			Autoridade para as Condições de Trabalho
			Grupo Pestana
			Heritage, Gestão e Marketing, SA
			Aequitare
			TAP
			Hoti Hotéis
			Ibercruises
			ANA Aeroportos de Portugal, SA – Aeroporto de Lisboa
			Bensaúde Turismo
			Ritz Four Seasons Lisboa
			André Jordan
Domínio	Grupo de Trabalho	Data	Entidades Participantes
Crescimento	Mobilidade e	31 de	LISNAVE

Inteligente (RIS3)	Transportes	Outubro 2013	APVE – Associação Portuguesa de Veículos Eléctricos
			Brisa Inovação
			LAUAK – Aerospace Structures and Components Manufacturing
			APL – Administração do Porto de Lisboa
			DANOTEC
			Almadesign
			QLS Automotive, Ida
			Novabase
			Galp Energia
			Proespaço – Associação Portuguesa das Indústrias do Espaço
			Inteli
			EDP Inovação
			ISQ
			PEMAS – Portuguese Association for the Aerospace Industry
		14 de Novembro 2013	LISNAVE
			APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA
			Brisa Inovação
			APL – Administração do Porto de Lisboa
			DANOTEC
			Almadesign
			Novabase
			Galp Energia
			Proespaço – Associação Portuguesa das Indústrias do Espaço
			Inteli
			EDP Inovação
			ISQ
			PEMAS – Portuguese Association for the Aerospace Industry
Domínio	Grupo de Trabalho	Data	Entidades Participantes
Crescimento Inteligente (RIS3)	Conhecimento, Prospeção e Valorização dos Recursos Marinhos	22 de Outubro 2013	Ocean Vision
			Fórum Empresarial do Mar
			GLINTT
			DGRM – Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marinhos
			Instituto de Sistemas de Robótica, IST
			Centro de Energia das Ondas, IST
			Artesanalpesca – Organização de Produtores de Pesca
			IPMA, IP – Departamento do Mar e Recursos Marinhos
			LARSYS
			Faculdade de Ciência e Tecnologia (UNL)

			Iniciativa Gulbenkian Oceanos
			Centro de Oceanografia (FCUL)
			Bioalvo, SA
			Associação dos Comerciantes do Pescado e Fileira do Pescado
			EDP Inovação
			Docapesca
			CERAMED – Equipa Guitosano
			Partex- Companhia Portuguesa de Serviços, SA
			Galp Energia
			Hydra, IT – Tecnologias de Informação e Conteúdos
			A4F – AlgaFuel, SA
			APA, IP
			EDISOFT
			GMV – Innovating Solutions
			TEKEVER – Tecnologias de Informação, SA
			Siemens
			EurOcean – Centro Europeu de Informação em Ciências e Tecnologias do Mar
		7 de Novembro 2013	Ocean Vision
			Fórum Empresarial do Mar
			ADP
			GLINTT
			Ciência Viva
			DGRM – Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marinhos
			Artesanalpesca – Organização de Produtores de Pesca
			APA, IP
			FCT, UNL
			Bioalvo, SA
			EDP Inovação
			Docapesca
			Galp Energia
			EDISOFT
			TEKEVER – Tecnologias de Informação, SA
			DEM/IST
			EurOcean – Centro Europeu de Informação em Ciências e Tecnologias do Mar
			Centro de Oceanografia (FCUL)
Domínio	Grupo de Trabalho	Data	Entidades Participantes
Crescimento Inteligente	Investigação, Tecnologias e	17 de Outubro	Instituto de Medicina Molecular
			Hovione

(RIS3)	Serviços de Saúde	2013	Tecnifar
			Eurotrials
			Universidade de Lisboa, Pelouro da Investigação
			José de Mello Saúde
		7 de Novembro 2013	Instituto de Medicina Molecular
			Hovione
			Tecnifar
			Apifarma
			ITQB/IBET
			Universidade de Lisboa, Pelouro da Investigação